

**FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**LUCIELE NARDI COMUNELLO**

**REDES EM (CO)OPERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:  
estratégias e desafios na produção da vida na cidade**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo  
Orientadora

Porto Alegre  
Janeiro 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**LUCIELE NARDI COMUNELLO**

**REDES EM (CO)OPERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:  
estratégias e desafios na produção da vida na cidade**

Porto Alegre

2010

**LUCIELE NARDI COMUNELLO**

**REDES EM (CO)OPERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:  
estratégias e desafios na produção da vida na cidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Porto Alegre,

2010

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C741r Comunello, Luciele Nardi

Redes de cooperação e sustentabilidade: estratégias e desafios na produção da vida na cidade / Luciele Nardi Comunello. – Porto Alegre, 2010.

128 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia Social PUCRS.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo.

1. Complexidade. 2. Porto Alegre - Programa de Redes de Cooperação. 3. Desenvolvimento Sustentável.

I. Scarparo, Helena Beatriz Kochenborger. II. Título.

CDD 301.31

### **Bibliotecário Responsável**

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação **REDES EM (CO)OPERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: estratégias e desafios na produção da vida na cidade**, elaborada por LUCIELE NARDI COMUNELLO e aprovada pela Comissão Examinadora foi aceita como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

### COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo  
Presidente  
PPG da Faculdade de Psicologia - PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cleusa Maria Andrade Scroferneker  
PPG da Faculdade de Comunicação Social – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina de Moura Carvalho  
PPG da Faculdade de Educação – PUCRS

*Às crianças e aos poetas  
que inspiram mundos repletos de encantamentos,  
a serem explorados por nossas sensibilidades*

## AGRADECIMENTOS

À Helena Carolina, minha mãe, por ter me ensinado o profundo sentido do amor e do respeito, pelo exemplo de sensibilidade, cuidado e capacidade de transformação/transmutação;

A Luigi, meu pai, pelo exemplo de auto-superação constante, pela inquietação, por constituir-se ponte, pelas intermináveis discussões sobre a vida em suas mais complexas dimensões;

À Helena Scarparo, minha orientadora, pelo verdadeiro encontro, pela acolhida afetuosa, pela inspiração e compreensão, pelo entusiasmo e pela parceria no pensamento e na afecção;

À Renata pelo estímulo às minhas intuições;

Aos meus irmãos Lene, Nani, Cris, Adri, Mara e Ludi, por me ensinarem cotidianamente e de forma amorosa a difícil tarefa do encontro com a diferença; à Nani pelas provocações filosóficas vividas e ao Ludi pelas profícuas discussões jurídico-complexas e imprescindível colaboração no momento do “parto”;

Aos meus sobrinhos próximos Camillo pelo companheirismo, Carolina por incitar o constante, pueril e criativo contato com o imaginário;

Aos tios Lauro e Nance pelo exemplo profissional, pelo apoio e pelas conversas nos almoços de domingo;

À professora Neuza Guareschi, pela iniciação à vida acadêmica, por ter feito diferença em minha formação, pela generosidade e pelo auxílio fundamental para que eu chegasse até aqui;

Às colegas Magda Kaspary e Sarah Puthin de maneira especial, pelo companheirismo, carinho, amizade, paciência e contribuições efetivas para a construção deste trabalho;

Aos colegas de grupo Félix Guazina, Dulce Bedin, Mara Lins, Loiva Leite, Fernanda Barichello, Aline Accorssi e Aline Hernandez. pelas reflexões, partilhas, pelas dicas preciosas e, principalmente, pela agradável “com-vivência”;

Aos colegas do programa de pós-graduação de todas as áreas, pelas trocas nos corredores e em reuniões discentes, pela disponibilidade em construir e aprender coletivamente sobre os processos de nossa formação profissional;

Aos bolsistas de pesquisa, principalmente à Pâmela Machado pela disponibilidade, paciência e atenção no cumprimento das tarefas burocráticas que constituem o cotidiano na academia;

Aos estagiários Andrea Velho, Guilherme Manica e Norton Mayer pelos ensinamentos e parceria no trabalho

Aos mestres Raul Agostini, Alda Py Velloso, Paulo Guarnieri, César Córdia e Nestor Nadruz pelos ensinamentos sobre política, democracia, sustentabilidade, cidadania e participação; pelo exemplo de perseverança e força;

Aos colegas de luta, e não citarei os nomes porque são muitos, pelo aprendizado coletivo contínuo, pela persistência e por abraçarem o desafio de transformação das relações cotidianas;

A Fabiano Gomes, Felipe Dable, Débora Claudio, Aline Bohrer, Elder Santos e Cristina Dal Bello por terem feito parte importante desta trajetória. Em especial à Débora e Felipe pela amizade, confiança e companheirismo;

À Cláudia A. de Los Angeles Silveira, Sheila G. Leite e Alessandro G. Zapata pela atenção, cuidado e eficiência com relação aos aspectos burocráticos e infra-estrutura que tornam possível a realização de nossas pesquisas. À Inez Giasson, insubstituível, pelo carinho, comprometimento e doação;

A todos os professores que, de forma competente, atuaram na (des)construção do pensar durante esses dois anos;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq por ter tornado este estudo viável em função de seu financiamento;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pelo acolhimento e por proporcionar a possibilidade de um pensar fronteiriço;

À PUCRS pela excelência no ensino, pela busca de uma qualificação cada vez mais interdisciplinar e pela progressiva inclusão do corpo discente nos fóruns de discussão sobre aspectos da formação, o que considero um procedimento de vital importância.

... os ecos de vossas vozes também compõem esta escrita.

## RESUMO

Esta dissertação é fruto de um estudo-intervenção em um movimento urbano na cidade de Porto Alegre. É constituída por três sessões, que propõem reflexões acerca dos processos de pesquisa e das experiências cotidianas. Esta pesquisa tem como cenário um movimento urbano – o “*Porto Alegre Vive*”, que consideramos de extrema importância em sua potência de articulação entre sociedade, meio ambiente, política, técnica e ciência. Nos últimos trinta anos, esses elementos têm ganhado progressiva atenção, associados à emergência do conceito de sustentabilidade. Políticas institucionais são construídas e propostas de gestão também são pensadas coletivamente, no sentido de poderem dialogar com a complexidade das problemáticas sociais e ambientais da contemporaneidade. A cartografia nasce como estratégia dentro de um método-caminho complexo que se constrói ao andar. Traz consigo a importância da implicação e compromisso do pesquisador com a realidade; busca traçar um desenho em movimento, na tentativa de produzir saberes em diálogo com os espaços da vida cotidiana. Partimos de uma crítica às metodologias modernas, como programas, para encarar um método-estratégia. Para dar respaldo a essa discussão, articulamos alguns fragmentos do pensamento de Feyerabend, em suas inspirações “contra o método”; Morin, na busca de um olhar complexo atravessado por alguns de seus operadores, como a dialógica, recursão e hologramática; Iñiguez, com a perspectiva do Construcionismo Social; e Santos, enfatizando a importância de resgatar a relação entre “senso comum” e conhecimento científico. Assim, utilizamos os recursos de registro em diário de campo, acompanhando as reuniões e deslocamentos pelas redes em que se insere o movimento urbano, conversas com cinco lideranças comunitárias, afetos e memórias. Para organizar o texto, traçamos dois recortes: a sustentabilidade e as redes em (co)operação. No primeiro, buscamos compreender como se constituiu este saber “glocal” – dialógica entre global e local - e de que forma se faz presente na constituição do movimento urbano estudado; no segundo, incitamos reflexões sobre autonomia e democracia, através das redes. Para tal, utilizamos a topologia das redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas. As redes na cidade ora respeitam padrões de centralização, o mais comum e, ora apresentam padrões de distribuição. O olhar para as relações distribuídas nos possibilita refletir acerca do “glocal”, tornando menos clara a fronteira entre os espaços público e privado e a possibilidade de estabelecê-la em relação ao território geográfico. As relações de cooperação são colocadas em foco, sendo, recursivamente, causa e efeito de relações mais autônomas e, conseqüentemente, mais democráticas. Reconhecemos a importância das questões ambientais, acerca da sustentabilidade, na animação de movimentos urbanos, compreendidos como micropolítica; concebemos a noção de desenvolvimento sustentável como uma possibilidade de (re)organização de fluxos, a partir da reflexão que a própria noção de sustentabilidade traz à de desenvolvimento, evidenciando os limites da lógica do progresso no processo de urbanização.

**PALAVRAS-CHAVE:** complexidade, sustentabilidade, redes

## ABSTRACT

This dissertation is the result of a study-intervention in an urban movement in the city of Porto Alegre. It consists on three sessions, offering reflections on the research processes and everyday experiences. This research setting is an urban movement - the "*Porto Alegre Vive*", which we consider extremely important in its potency of joining society, environment, politics and science. In the last thirty years, the attention to these elements have increased, with the emergence of the concept of sustainability. Institutional policies are built and management proposes are also collectively thought, in order to be able to include the complexity of environmental and social problems in contemporary world. The cartography, in this study, is used as a strategy within a complex method-path, that is built into its way. It considers the importance of the researcher involvement and commitment with reality, in attempt to produce knowledge in dialogue with everyday life. We start with a critique to modern methods, such as programs, in direction to a method-strategy. To support this argument, we articulated fragments of Feyerabend's thought in his inspirations "against method"; Morin, in search of a complex look crossed by some of its cognitive operators, such as dialogic, recursion and hologramma; Iñiguez, with the perspective of social constructionism; and Santos, emphasizing the importance of rescuing the relationship between "common sense" and scientific knowledge. Therefore, we used as resources the "field diary", registering the meetings and the way into the networks the urban movement was inserted in, talks to five community leaders, affections and memories. To organize the text, we draw two lines: the sustainability and networks in (co)operation. At first, we aim to understand how this "glocal" - a dialogue between global and local - knowledge is constructed and how it makes part of the constitution of this urban movement; in the second, we present reflections on autonomy and democracy, through the networks. To get there, we used the topology of centralized, decentralized and distributed networks. The most common networks in the city are moving into decentralization patterns, and sometimes into patterns of distribution. The possibility of distributed relations allows us to reflect on the "glocal", making borders between public and private spaces less clear; and the possibility of establishing frontiers in relation to geographical area. (Co)operation ties are in focus as, recursively, cause and effect of more autonomous and, therefore, more democratic relationships. We accept the importance of environmental issues, on the sustainability, into urban movements formation; we conceived the notion of "sustainable development" as an opportunity to flows (re)organization, from the reflection that the notion of sustainability brings to the development, highlighting the limits of the logic of progress in the process of urbanization.

**KEY WORDS:** complexity, sustainability, networks

## SUMÁRIO

II – INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I – O Método na Complexidade: para cada caso, um caso .....	27
Rachaduras na ciência moderna: o retorno do sujeito à observação .....	30
Caminhante não há caminho, o caminho se faz ao andar.....	38
A cartografia como estratégia: atitude, implicação, transformação .....	41
Cartografia em Movimento .....	43
Considerações finais .....	45
REFERÊNCIAS .....	47
CAPÍTULO II – CORES E CONTORNOS DA SUSTENTABILIDADE NA VIDA DE UM MOVIMENTO URBANO .....	49
Um ponto de partida: caindo na rede.....	50
Sustentabilidade, autonomia e ecocentrismo: um olhar dialógico .....	57
“Sustentável”: a brecha da desordem na lógica de ‘ordem e progresso’ .....	61
Cores e contornos da sustentabilidade no <i>Movimento Porto Alegre Vive</i> : meio ambiente, história e cultura.....	67
Quem dita a ordem: os poderes invisíveis na gestão da cidade.....	75
E ao final... retornamos ao começo, mas nunca no mesmo ponto.....	80
REFERÊNCIAS .....	83
CAPÍTULO III – (CO)OPERAÇÃO E REDE NA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE... ..	86
A lógica dos múltiplos caminhos .....	87
A comunicação faz a rede: “o movimento vive dentro do meu computador”.....	95
O reino da mediação: processos de centralização em redes .....	100
A rede como paradigma da não-fronteira: tensões de distribuição transfigurando as relações democráticas .....	105
Considerações Finais: “as Associações de Bairro vêm ganhando força no cenário político da cidade” .....	114
REFERÊNCIAS .....	117
IV CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	119
ANEXOS .....	124

## **LISTAS DE SIGLAS**

**AGAPAN** – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

**CMDUA** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

**COMPHAC** – Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural

**FRACAB** – Federação das Associações Comunitárias e Assoc. de Bairro

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Lugares

**IPHAN** – Instituto de Patrimônio Histórico e Ambiental Nacional

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PDDUA** – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

**UAMPA** – União das Associações de Moradores de Porto Alegre

## II – INTRODUÇÃO

*A ciência é, e continua a ser, uma aventura. A verdade da ciência não está unicamente na capitalização das verdades adquiridas, na verificação das teorias conhecidas, mas no caráter aberto da aventura que permite, melhor dizendo, que hoje exige a contestação das suas próprias estruturas de pensamento (Morin, 1998, p. 26).*

A aliança com o pensamento complexo apresenta-se como desafio, tensiona a todo o tempo o pensar, instigando-o à complexidade através de operadores como a dialógica, a recursão e o holograma<sup>1</sup>. O paradigma da complexidade, em Edgar Morin, também nos traz a abertura ao questionamento do instituído, das próprias estruturas do pensamento e a necessidade de que a ciência possa refletir sobre si mesma, buscando sua aproximação com a filosofia (Morin, 2005). Assim, foi inevitável a construção de uma abordagem que pudesse dar conta desses aspectos, propondo uma reflexão sobre o método e os pressupostos que lhe dão respaldo. A reflexão acerca dos bastidores da produção de conhecimento, não pôde ser excluída. Este texto se propõe a ser uma construção reflexiva e dialógica, pois ao mesmo tempo que se constitui como força afirmativa, também se concebe aberto ao seu antagônico, que emerge, inevitavelmente, a cada proposição.

Outra marca nesta escrita é sua tentativa de aproximação entre *prosa* e *poesia*, entre razão e emoção, denunciando o *homo sapiens demens* que existe em nós. Para Morin (2005b), o *homo* é *sapiens*, em sua dimensão racional; *faber*, em sua capacidade de criar técnicas; *economicus*, quando agimos em função de interesses econômicos pessoais e *demens*, dimensão da loucura, da insensatez – lúdica, mítica, imaginária. Assim, afirma que não podemos separar o *sapiens* do *demens*, porque entre eles circula afetividade, sentimento. Existe um elemento de paixão fundante da razão, de forma que essas duas dimensões apresentam-se como complementares.

Essa aproximação fala do meu caminho, enquanto pesquisadora-ativista, participante do movimento que estudo. No caminho da pesquisa, vou constituindo-me

---

<sup>1</sup> A dialógica afirma a coexistência dos opostos, antagônicos como elementos complementares; a recursão imprime uma lógica circular à, até então concebida linearmente, relação entre causas e efeitos; e, por fim, o terceiro princípio, o holograma, relativiza a visão holística de que o todo é maior do que a soma das partes, propondo que o todo está na parte, assim como a parte está no todo (Morin, 2005; 2000).

também membro do movimento urbano em que me inseri. Assim, vivo momentos de poesia, paixão e afetividade quando sou ativista e, ao mesmo tempo, é na racionalidade que encontro suporte para alçar um sobrevoos, quando inserida nos espaços acadêmicos. O sobrevoos ao território produz o distanciamento do olhar e este, por sua vez, possibilita uma crítica, que é também autocrítica.

Neste estudo, o encontro com o campo vem antes da pesquisa formal. Tornei-me, antes de tudo, participante de uma Associação de Moradores, chamada *Moinhos Vive*. Foi o espaço de relações que se deu a partir da minha inserção que acabou por constituir-se solo fértil ao florescimento de um desejo de pesquisar.

A participação na Associação tornou visível a “sustentabilidade” como atravessamento importante na mobilização dos movimentos urbanos. Além disso, os movimentos urbanos na cidade de Porto Alegre, parecem ganhar outros contornos, que envolvem relações de autonomia e cooperação. Especialmente a partir da última década, com a emergência do *Movimento Porto Alegre Vive*, se impõem como possibilidade de produzir diferenças nos modos de compreendermos as relações sociais incluindo, de forma importante, as relações da sociedade com o Estado. Para pensar essas questões, fui acolhida pelo grupo de pesquisa “*Psicologia e Políticas Sociais: memória, história e produção do presente*”, que se tornou plataforma de lançamento para a pesquisa<sup>2</sup>. Postas estas questões, convido o leitor para percorrermos juntos os caminhos que compõem essa experiência.

### **Viajar para contar a história**

Certa vez fui a uma exposição de Flávio Del Mese, reconhecido fotógrafo gaúcho, que acabara de retornar de uma viagem à Espanha, onde havia peregrinado pelo Caminho de Santiago de Compostela. Como de costume, o fotógrafo havia programado um roteiro, realizado o percurso com a máquina fotográfica em punho e, naquele momento, iria apresentar os slides da viagem e contar a sua história. Desse encontro, lembro-me de um ensinamento: uma viagem possui três momentos.

---

<sup>2</sup> A pesquisa formaliza-se, cumprindo os requisitos necessários para tanto, como por exemplo, a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, que se encontra no anexo 1 deste trabalho, juntamente com as cartas de apresentação, de autorização, e o termo de consentimento livre e esclarecido.

Primeiro viajamos com o planejamento: olhamos os mapas, traçamos os caminhos, estabelecemos as paradas etc.; em seguida, o caminho propriamente dito, a viagem da experiência, em que tomamos consciência de que o território nunca é igual ao mapa, pois que encontramos outras nuances, percebemos cores, cheiros, enfrentamos o imprevisível, o incerto; e, por fim, é o momento de reviver a aventura, contar histórias, organizar o conhecimento produzido e compartilhar as aprendizagens do percurso, que é novamente outro.

Quando inicio esta escrita, esse ensinamento emerge e decido registrá-lo. A mim, parece análogo ao processo de construção de uma pesquisa: primeiro, a escrita do projeto, em que se busca traçar o caminho que desejamos trilhar; segundo, sua realização – os livros, o campo, a desordem; por fim, o terceiro momento, a hora de organizar o que se produziu no caminho, nos encontros, o que nossa sensibilidade foi capaz de captar... E contar uma história.

É importante destacar que a história é sempre contada por alguém. Portanto, dedicarei algumas linhas desta introdução para apresentar ao leitor aquela que conta a história, uma autora que é múltipla. Muitas vezes falam em mim, a escrita do texto carrega consigo uma multiplicidade de encontros, o que explica a opção pelo pronome pessoal “nós” na narrativa. O “nós” é a unidade na diversidade: contempla o “eu” (o sujeito que retorna à observação), o “tu” (interlocutores diversos), o “ele” (vozes estranhas que acabam sendo apropriadas na constituição de um texto miscigenado). O “nós” integra pesquisadora, autores, pensadores, cidadãos... enfim, formaliza, na escrita, o posicionamento ético-político da busca de aproximação entre senso comum e conhecimento científico, atuando na dissolução de relações hierárquicas e centralizadoras na relação com os saberes.

### **Memorial em algumas linhas**

O olhar para a questão da sustentabilidade é, também, constituído pela experiência de ter vivido durante cinco anos em um sítio na zona rural de Porto Alegre, o que me proporcionou o estabelecimento de outra relação com a natureza, com o tempo, com os ciclos, com a vida. A relação com as redes tem, certamente, o colorido da infância, ao nascer filha do meio, a “número quatro” de sete. A possibilidade de olhar

para as conexões e perceber seus tensionamentos, relações de (co)operação, está desde cedo estabelecida. Já a vivência do político no cotidiano tem a marca de participação em grupos de jovens e movimento estudantil, que acompanhou minha formação desde o ensino fundamental à graduação em Psicologia.

Ainda na graduação, como bolsista de Iniciação Científica, travei contato com os Estudos Culturais e o Construcionismo Social, que constituem pontos importantes em minha formação. Assim que terminei a faculdade, fui dedicar-me ao estudo da filosofia oriental através do Yôga. Aqui começa a relação com o campo desta pesquisa.

Um grupo de amigos e eu abrimos uma escola de Yôga no bairro Moinhos de Vento. Um de nossos desejos era fazer com que a atividade da escola transgredisse os limites de suas paredes, podendo interagir com o bairro. Com o objetivo de encontrar possibilidades de inserção do trabalho, através da participação em projetos que fizessem sentido àquela comunidade, iniciamos um mapeamento das lideranças locais. Foi assim que fui parar na Associação de Moradores, como representante da escola. A partir da primeira reunião, engajei-me em um projeto de gestão de resíduos no bairro e, desde então, nunca mais a deixei.

Assim, podemos considerar que o encontro com o campo acontece antes do interesse pela pesquisa formal. Através da participação na Associação, fui tomando conhecimento de diversos movimentos análogos que pareciam configurar uma nova forma de organização da sociedade civil. A inserção da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento foi ponto de inserção em uma rede complexa, que inclui outras associações, em locais como os bairros Rio Branco, Petrópolis, Chácara das Pedras, Centro, Cidade Baixa, entre outros. Além dessas associações, fazem parte dessa rede modos nodos como Câmara de Vereadores em suas audiências públicas e grupos de trabalho, o Fórum de Entidades, o *Movimento Porto Alegre Vive* e, mais tarde, o Movimento em Defesa da Orla, secretarias, órgãos como o Instituto de Patrimônio Histórico e Ambiental Nacional, Organizações não-governamentais, entre outros.

Neste percurso, a autora é compositora, ou fiandeira, tecelã, como as moiras<sup>3</sup> gregas, as três irmãs teciam o destino dos homens. Utiliza em sua trama todo e qualquer

---

<sup>3</sup> As moiras, ou Parcas, na mitologia grega, são as três irmãs, filhas da noite. Dirigem a sorte dos mortais, tecendo o seu destino. “possuem elas este fio misterioso, símbolo do curso da vida, e nada consegue aplacá-las nem impedí-las que lhe cortem a trama.” (Commelin, 1983, p.81)

saber, todo o conhecimento com o qual puder travar contato no percurso que realiza. Não há como separar o autor-pesquisador da produção – ela é um tecer junto, conjunto. Tomarei por conhecimento tanto a produção acadêmica, quanto as práticas cotidianas, pois ambas compõem, constroem o que chamamos realidade. Não há hierarquia entre saberes (Iñiguez, 2002). Assim, teoria, prática e vida cotidiana são nós de uma rede, que vão sendo conectados pela ação do autor-rede enquanto este realiza o seu percurso singular, sua cartografia. Dos encontros nos caminhos, nas falas, nas ideias, nas paisagens, nas lutas, na burocracia, nas reuniões intermináveis, no desejo e na fúria, na inquietação e na indignação de todos os atores que encontrei nesta trilha. Tudo isso é, nesta dissertação, fonte de pesquisa.

### **Lançando o olhar ao campo**

Organizações como associações de moradores são comuns em comunidades e grupos de baixa renda. Na história de nosso país esse processo está relacionado com a intervenção nestas localidades, com objetivo de proporcionar o seu desenvolvimento. Mesmo a Psicologia, principalmente pela mão da Psicologia Comunitária, surgida na década de 60, como crítica às noções de neutralidade e ênfase no compromisso político da ciência, (Arendt, 1997), acabou tendo seu olhar voltado para comunidades com este perfil, também em função de uma herança marxista que abriga o compromisso com a luta de classes e a emancipação da classe “operária”.

As organização e associações como o *Moinhos Vive* têm berço em bairros nobres de Porto Alegre. Esse foi ponto mobilizador de minha atenção: parecem apresentar a emergência de um novo *ethos* – uma nova forma de pensar e agir, de se relacionar com os espaços urbanos, cuja luta não é pautada na divisão de classes e nem confere à questão do trabalho uma centralidade. Sua ação contém, direta ou indiretamente, uma nova visão da cidade como rede, que conecta diferentes pontos em relação e são fortemente atravessados pela luta ambientalista, que vem ganhando força nos últimos quarenta anos. Como efeito disso, não lutam pelo desenvolvimento da cidade, mas pela desnaturalização desse conceito e pela possibilidade de revisá-lo.

É interessante também aqui ressaltar a mudança na organização do próprio espaço da cidade, que vai aos poucos perdendo a centralidade em uma configuração anteriormente marcada pela importância do “centro”, onde se concentrava a atividade

comercial. O espaço urbano adquire contornos mais distribuídos, com a construção de zonas mistas, que produzem uma interação mais dinâmica entre os moradores da cidade, nodos de redes. Jacobs (2000) defende a combinação de usos principais, afirmando sua relação com a geração de diversidade das relações no território urbano, em detrimento do planejamento ortodoxo que clama pelo retorno do centro:

[...] Não é preciso dizer que as ruas e bairros que possuem boa combinação de usos principais e têm êxito na geração da diversidade devem ser admirados e não desprezados por causa dessas mesclas e destruídos pela tentativa de separar seus elementos. Infelizmente os planejadores tradicionais parecem ver nesses mesmos lugares populares e atraentes apenas um convite irresistível para empregar os propósitos tacanhos e destrutivos do planejamento urbano ortodoxo. (p.195)

Pensar a cidade como rede de relações me fez tomar este movimento de bairro como um de seus nodos, recursivamente produto e produtor da cidade. Assim, a tensão provocada em qualquer nodo da rede pode produzir transformação em sua totalidade. As associações constituem espaços políticos – espaços de movimentação de desejos e de produção de outros relacionamentos possíveis com a vida cotidiana e com os espaços da cidade. A diversificação do espaço urbano (território), marcada pelo surgimento das zonas mistas, híbridas, é holograma da diversificação das relações que nele se estabelecem, tornando-se condição para a emergência de outras relações sociais possíveis.

A partir da experiência em que ia sendo jogada através de uma rede de movimentos e encontros, passando por seus nodos, comecei a indagar: quais as condições para a emergência de uma cultura de associação, dentro de uma lógica cooperativa, em um bairro nobre da cidade, representante da cultura de consumo e do individualismo? Que acontecimentos e saberes se tornaram condições para a emergência deste tipo de movimento, que deseja a luta por participação na gestão do espaço urbano?

Tomamos a micropolítica, então, como a aborda Jameson (1996): uma emergência tipicamente pós-moderna, no sentido de que a considera fruto da expansão do capitalismo tardio – o capitalismo em seu terceiro estágio: ‘multinacional’. É definida por “uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classes sociais” (p. 322). A dimensão política descolada de necessidades infraestruturais também parece apontar para a possibilidade de pensar em uma problemática social para além do binarismo classista, que é reforçado pelas pesquisas

que o afirmam, mesmo na tentativa de deflagrá-lo. A partir dessa noção, abandonamos a ideia de emancipação de uma classe operária para a potencialização de relações cidadãs autônomas pela possibilidade de incluir o desejo na política do cotidiano, através dos processos de auto-organização (espontânea) dos movimentos urbanos.

Esses movimentos se configuram pela multiplicação de diferentes formas de mobilização e de organização da sociedade relacionadas ao acelerado processo de globalização vivido nas últimas décadas. A partir desse processo, a gestão urbana passa a incluir, progressivamente, em sua pauta, a inevitável reflexão acerca de temas de preocupação global, como *meio ambiente, direitos humanos, migrações, questões étnicas e sociais* (Silva, 2006). Além de ocuparem espaço na agenda política (institucional) essas temáticas têm mobilizado a sociedade, por meio de diversas práticas engendradas na tessitura social, caracterizada pela participação dos cidadãos – micropolítica<sup>4</sup>. É a partir da interação de continuidade entre essas dimensões que podemos pensar nos modos de auto-organização social. Esse desafio envolve a problematização da relação global/local, bem como a necessidade de incluirmos a questão ambiental em nossas preocupações, face à constante ameaça da continuidade da vida no planeta (Morin & Kern, 1995; Morin, 2001).

A percepção da crise planetária tem gerado a busca de estratégias coletivas, como a construção da Governança Global, que nos impõe a necessidade de superação da noção de espaços e fronteiras, colocando em foco uma multiplicidade de iniciativas particulares, articuladas com a atuação do Estado e do mercado. Karabolad (2009) enfatiza a emergência do Terceiro Setor como marca das limitações do Estado para prover bens e serviços públicos e, ao mesmo tempo, marca das limitações do mercado, que não mais satisfaz a totalidade das necessidades e interesses dos cidadãos. A proposta de Governança Global nasce em 1996 e apresenta-se com o propósito de constituição de uma comunidade global, no sentido de ampliar ações sustentáveis, promovendo a democracia participativa, a equidade, os direitos humanos e ações humanitárias. Segundo a autora, a governança global se apresenta como desafio de mobilização e engajamento dos setores da sociedade em seus mais diversos níveis (Karabolad, 2009).

---

<sup>4</sup> Através do conceito, pretendemos dar visibilidade às práticas e estratégias em que se articulam desejo e política como espaço de afirmação de singularidades.

Como efeito local dessas discussões, em 2005, tivemos em Porto Alegre a implantação do Programa de Governança Solidária Local. Essa proposta se apresenta como intenção de romper com a dicotomia Estado-mercado, conclamando a todos: governos, empresas, universidades, meios de comunicação, organizações sociais, cidadãos em geral para criarem ambientes participativos e solidários e construírem redes sociais de cooperação voltadas para a melhoria da vida e da convivência. Parte do pressuposto que as novas exigências da cidadania impõem uma nova cultura política de cooperação e busca de entendimento a favor do bem comum, ao invés de disputa pelo poder a qualquer custo. Essa tentativa de descentralização do governo manteve-se em paralelo com a manutenção e fortalecimento do Orçamento Participativo, marca da administração anterior. (Franco, 2008).

O Orçamento Participativo foi implantado em Porto Alegre, em 1989, e constituiu-se, durante muito tempo, uma marca da gestão municipal. Foi e ainda é uma experiência importante na construção de uma relação participativa entre Estado e Sociedade. Uma das principais críticas feitas a esse modelo de gestão é o fato de o Programa ser conduzido pelo próprio governo, configurando-se uma política que ‘vem de cima’ (Souza, 2001), dentro de um modelo que cultiva a centralização política.

Sobre a política, Morin & Kern (1995) sinalizam seu caráter multidimensional e a necessidade de recuperarmos a noção de responsabilidade em nossas relações:

[...] O caráter multidimensional, planetário e antropológico da política é a consequência desta tomada de consciência global: o que estava nos confins da política (os problemas do sentido da vida, o desenvolvimento, a vida e a morte dos indivíduos, a vida e a morte da espécie) tende a passar ao núcleo. Precisamos portanto conceber uma política do homem no mundo, política da responsabilidade planetária, política multidimensional mas não totalitária. O desenvolvimento dos seres humanos, de suas relações mútuas, do ser societário, constitui o propósito mesmo da política do homem no mundo, que requer a busca da hominização. (p.146)

Assim, contextualiza-se minha escolha em articular a vida na cidade, a sustentabilidade, a política (micropolítica) nos movimentos urbanos e o modo como se organizam, em redes. Vejo nesta articulação a possibilidade de compreender a emergência desse acontecimento, este agir/pensar que torna possível a produção de novas formas de relação nos e com os espaços da cidade.

Com o vertiginoso aumento da população urbana nos últimos vinte anos, com a multiplicação dos cidadãos livres e a heterogeneidade que hoje constitui esse coletivo, torna-se de vital importância estudar os processos de organização dos cidadãos, a fim de refletir sobre a relação entre sociedade, estado e mercado e a forma como isso afeta as relações entre espaço público e privado, por exemplo. O movimento crescente de participação cidadã se impõe ao nosso olhar, pela potência de construção de outras relações sociais possíveis.

### **Enfim, a proposta de articulação**

A proposta de articulação deste trabalho se faz na busca de uma relação transdisciplinar. O paradoxo, então, reside na tentativa de uma interlocução que possa transversalizar as disciplinas, mas que é feita a partir de uma instituição disciplinar, dentro de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Interagir com a pesquisa implicou em viajar por campos até então desconhecidos e, por isso, pouco confortáveis. Vejo na articulação apresentada a inserção da arquitetura, da geografia, da comunicação, do direito, da biologia, da sociologia, da antropologia, da psicologia, entre outros.

Um olhar que possa reconhecer a necessidade dessa transversalização é necessário à compreensão dos fenômenos contemporâneos, como é o caso dos movimentos urbanos. Esta pesquisa tem como objetivo geral cartografar processos de auto-eco-organização na sociedade contemporânea, buscando compreender a articulação de redes de (co)operação que atuam no sentido de promover uma vida sustentável na cidade. A questão da auto-organização passa a ser pensada em um contexto político, econômico, histórico e cultural marcado pela tomada do espaço de vida intermediário entre as esferas do Estado e do mercado formal, através de organizações e movimentos espontâneos de cidadãos.

Alguns objetivos mais específicos foram surgindo, se delineando ao longo da pesquisa:

- articular a construção de um método-caminho singular, a partir das provocações de um pensamento complexo;

- cartografar acontecimentos importantes que se tornaram condição para a emergência da noção de sustentabilidade e, principalmente, compreender de que modo é tomada pelo *Movimento Porto Alegre Vive*, como disparador para suas ações;

- cartografar os padrões de relações em rede presentes na articulação do *Movimento*, buscando uma reflexão sobre a relação Estado-sociedade.

Nossa relação com esse fenômeno é constituída por alguns operadores, como os que foram citados no início desta introdução e, além deles, algumas outras noções que pontuaremos. Para organizar o fluxo da escrita, apresentamos este trabalho em três capítulos, cuja descrição segue abaixo:

### ***Primeira Seção: o método***

A primeira seção do trabalho é dedicada ao método na perspectiva da complexidade. É motivada pela necessidade de aproximação entre ciência e filosofia, já mencionada anteriormente. Partimos da crítica aos fundamentos da ciência moderna, principalmente com relação ao projeto de busca da Verdade, ao ideal de neutralidade, de objetividade e de assepsia metodológica. Defendemos a transição de um rigor metodológico que rompe com estes critérios e passa a ser definido pela explicitação de posturas teórico-epistemológicas, das escolhas do pesquisador, seu posicionamento ético-político. Para compor o argumento, buscamos promover algumas articulações possíveis entre autores como Feyerabend, Morin, Iñiguez e Santos, entre outros.

Para traçar um método que se constrói ao andar, aliamos-nos com a cartografia como estratégia metodológica. Ela surge como possibilidade de implicação e compromisso do pesquisador com a realidade<sup>5</sup>. A pesquisa então se abre à inclusão de afetos, intensidades, outras sensibilidades. A cartografia permite um desenho em movimento. Neste ponto do texto, conto do percurso realizado, as conversas com os participantes da pesquisa e o modo como se deu a organização do estudo.

Ainda, posicionamo-nos com relação à impossibilidade de dissociação entre sujeito e objeto, tomando o conhecimento não como uma representação da realidade, mas como sua construção. Incluímos a importância de resgatar a relação entre senso comum e conhecimento científico, buscando um religar de saberes para uma

---

<sup>5</sup> A realidade é aqui compreendida como construção social, em relação, e não como uma verdade *a priori*.

compreensão complexa do mundo. Essa visão complexa é impulsionada pelos operadores: sistêmico, hologramático, recursivo, dialógico, de reintrodução e de auto-eco-organização. Ao final, argumentamos a impossibilidade de replicabilidade de um método complexo, uma vez que cada pesquisa implicará a criação de estratégias singulares, de acordo com os contextos em que estiverem inseridas.

### ***Segunda seção: o Movimento e a sustentabilidade***

Na segunda seção deste trabalho, objetivamos realizar uma cartografia do *Movimento Porto Alegre Vive*, reconhecendo as cores e contornos da sustentabilidade em suas ações e intenções. O referido Movimento nasce em 2002, com o propósito de reivindicar maior participação dos cidadãos no processo de gestão da cidade, com vistas a um planejamento mais sustentável. O objetivo de mapear os discursos acerca da sustentabilidade nesse contexto torna-se justificado quando consideramos as dimensões que a noção de sustentabilidade tem tomado na produção de modos de vida contemporâneos nas últimas três décadas. Neste capítulo, refletimos sobre as diversas nuances que a sustentabilidade assume em esferas local e global.

Para tanto, nosso olhar é atravessado pelos operadores hologramático, recursivo e dialógico e pela noção de auto-eco-organização. Além disso, nos utilizamos da relação entre ordem-desordem e organização para compreender os processos sociais. Nossa discussão é proposta em quatro eixos: a sustentabilidade e a dialógica autonomia-ecocentrismo; a noção de desenvolvimento sustentável como possibilidade de cooptação e (re)organização diante da desordem imposta pelo conceito de sustentabilidade; as cores e contornos do “sustentável” no *Movimento Porto Alegre Vive* e encerramos a seção com a reflexão a respeito dos poderes que ordenam o planejamento da cidade.

### ***Terceira seção: as redes de (co)operação***

No terceiro capítulo, realizamos uma cartografia das redes em (co)operação que se estabelecem no cenário urbano, delineando seus movimentos e os actantes<sup>6</sup> neles

---

<sup>6</sup> Este termo é utilizado por Bruno Latour para designar qualquer pessoa e qualquer coisa; humanos e não-humanos que constituem nodos em uma rede sócio-técnica. (LATOURE, 2000) Enfatizamos esta perspectiva no sentido de dar visibilidade para os elementos não-humanos que se tornam condição para a emergência de outras relações humanas possíveis, constituindo, assim, o próprio humano. Esse conceito é abordado no capítulo III desta dissertação.

envolvidos. Para tanto, utilizamos como operadores a topologia das redes: centralizadas, descentralizadas e distribuídas, que também estão presentes no trabalhos de Ugarte (2008), Franco (2008b) e Martinho (2004).

Ao longo do texto, vamos desenhando diversas nuances das redes, que se movimentam entre centralização e distribuição, apresentando-se, por vezes, como fenômenos antagônicos. A organização do texto foi feita em quatro partes. Na primeira, encontramos a apresentação da topologia das redes, em diálogo com operadores da complexidade, como o holograma, a recursão e a dialógica.

No segundo momento, há a reflexão sobre a comunicação e articulação das redes, trazendo uma reflexão acerca da relativização da relação local-global, através do conceito de glocalidade, utilizado por Franco (2008b). Com isso, tensionamos a própria noção de território. Na terceira parte, contornamos os processos de centralização presentes nas redes e instituições, processos regulados por nodos centralizadores, em que o fluxo da rede é mediado por estes nodos. Aos processos que envolvem centralização de redes de forma rígida e recorrente, resolvemos chamar de *reino da mediação*.

Na quarta parte do texto, falamos sobre redes distribuídas, apontando as possibilidades de pensar a distribuição das redes no contexto dos movimentos urbanos. A distribuição das redes está associada a processos recursivos de produção de autonomia e, em função disso, de uma possibilidade mais democrática. As redes em relações distribuídas também nos fazem pensar sobre a impossibilidade de uma fronteira clara e rígida entre os espaços público e privado, uma vez que se apresentam como multiplicidades de conexões que incluem essas duas dimensões.

### **Prepare-se, eu vou contar uma história...**

A organização deste trabalho, como um todo, segue as disposições do normativo 002/07<sup>7</sup> que exigem capítulos/partes/sessões auto-suficientes, com o objetivo de facilitar a publicação de artigos após a defesa da dissertação. Em razão disso, em alguns momentos o leitor encontrará trechos que se repetem. O normativo também sugere o desenvolvimento de um capítulo teórico e um capítulo empírico. No entanto, pelos

---

<sup>7</sup> Este documento pode ser encontrado, na íntegra, no anexo 2.

motivos que apresento na primeira seção deste trabalho, procurei organizar o texto de uma outra forma, buscando não incorrer na dissociação teoria-prática. Assim, no primeiro capítulo realizamos uma reflexão sobre o método na complexidade e nos capítulos que seguem, incluímos as falas dos sujeitos para compor textos sobre os movimentos urbanos e suas relações com a sustentabilidade e as redes em (co)operação.

Ao escrever este texto, procuro uma postura que não se contenta com a desconstrução, mas que possui uma ética solidária, que vive no compromisso de construir junto, construir com. Vislumbro a produção de conhecimento como construção para a ação, propositiva – não como pretensa solução, manual, dominada pela lógica da produção; mas no sentido de algo que sempre busca, e busca sempre, ser uma estratégia possível, invenção contextual, fadada à morte. Assim, busco também uma nova estética - por uma ciência sensível e comprometida, uma ciência do encontro: razão, emoção, experimentação-intensidade, afetação (assim está para a ação). Nosso texto pretende ser uma propulsão para o pensar e, assim, é menos uma busca por reafirmar a profundidade requerida na era da hiperespecialização e mais uma tentativa de legitimar a abertura para a transdisciplinaridade. Nesse sentido, trata-se de um mergulho de superfície, em que os cilindros de oxigênio serão dispensáveis.

Para isso, lanço-me à apropriação de um espaço autoral, procurando estabelecer alianças no lugar de filiação. Como nos faz pensar o *princípio de reintrodução*, somos sempre dependentes de um espaço-tempo, aprisionados em um aqui-agora, pelas fronteiras de uma cultura, um campo linguístico.

Assim com eu, este trabalho resiste a todos os “istas” que se possa tentar utilizar para caracterizá-lo. O posicionamento da autora, em aliança com o de Morin, se faz compreender em contexto e permanece aberto ao diálogo (postura dialógica que legitima o seu antagonismo), ainda que encerrado por palavras que impõem limite ao movimento do pensar contínuo. Dentro dessa perspectiva, opto por firmar alianças com ideias que movimentaram o meu pensar ao invés de estabelecer filiação com teorias bem delineadas por fronteiras rígidas. Os mais apegados aos rótulos do que à capacidade de compreensão chamarão essa resistência de “falta de clareza sobre o posicionamento do autor”, eu a chamo “liberdade”.

## REFERÊNCIAS

- Arendt, R. J. J. (1997). Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1, 10, Porto Alegre. DOI: 10.1590/S0102-79721997000100003
- Commelin, P. (1983). *Nova mitologia grega e romana*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda.
- Franco, A.. (2008). *Minha Visão da Governança Solidária Local*. In: FEIJÓ, J., FRANCO, A. (Orgs.) *Olhares sobre a experiência da Governança Solidária Local de Porto Alegre*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Franco, A. (2008b) *Escola de redes – novas visões: sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet e o mundo glocalizado*. Curitiba: Escola-de-redes.
- Iñiguez, L. (2002). *Construcionismo Social*. In: Martins, J.B. (Org.) *Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social*. Curitiba: Fundação Araucária.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jameson, F. (1996). *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática.
- Karabolad, N. (2009, december). *Os caminhos e desafios para governança global e a responsabilidade socioambiental como ferramenta à sustentabilidade*. UniEthos. From: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br).
- Martinho, C. (2004) *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização* (2.ed.). Brasília: WWF Brasil.
- Morin, E. (1998). *Amor, poesia, sabedoria* Carvalho, E. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 72p.
- Morin, E. (2000). *Cabeça-bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* (2.ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2001). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.
- Morin, E. (2005). *Ciência com Consciência* (9. Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005b) *O Método 5: a humanidade da humanidade – a identidade humana*. (3.ed). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995) *Terra-Pátria*. Silva, P. A. N. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Silva, A. T. (2006, may) *Relações Internacionais e Meio Ambiente: construindo uma agenda de governança policêntrica*. III Encontro da ANPPAS. Brasília. From: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA382-07032006-152709.DOC](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA382-07032006-152709.DOC)
- Souza, C. (2001, ouctober/december). *Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo*. In: *São Paulo em Perspectiva*. 4, 15. São Paulo.
- Ugarte, D. (2008). *El Poder de las Redes*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

# **CAPÍTULO I – O Método na Complexidade: para cada caso, um caso**

## **RESUMO**

Esta seção dedica-se a realizar uma reflexão sobre o método a partir da perspectiva da complexidade, partindo da crítica aos fundamentos da ciência moderna, como a busca da Verdade, o ideal da neutralidade, da objetividade, da assepsia metodológica. A partir disso, evidenciamos a explicitação das posturas teórico-epistemológicas como elemento que confere rigor científico à produção de conhecimento. Assim, promovemos algumas articulações entre as contribuições de autores como Paul Feyerabend, Edgar Morin, Lupicínio Iñiguez e Boaventura de Sousa Santos. Para traçar um método-caminho, que se faz ao andar, aliamos-nos com a estratégia da cartografia, que surge como atitude do pesquisador, implicado com a realidade, abrindo caminho para afetos, intensidades, outras sensibilidades. Como argumentos centrais, temos a impossibilidade de dissociação entre sujeito e objeto, o conhecimento como construção e não como representação da realidade, a necessidade de retomar a relação entre senso comum e conhecimento científico, religando saberes; além disso, defendemos que a perspectiva de rigor pelo compromisso traz circularidade a uma pesquisa que, a partir disso, pode se pretender sustentável, ao aproximar a ciência da vida cotidiana. Apresentamos os operadores cognitivos que movimentam o pensar: sistêmico, hologramático, reintrodução, recursão, auto-eco-organização e dialógica. Defendemos o retorno do sujeito à observação, argumentando a impossibilidade de replicabilidade de um método complexo, uma vez que cada pesquisa demandará criação de estratégias singulares.

**PALAVRAS-CHAVE:** método, complexidade, cartografia

## **ABSTRACT**

This session is dedicated to some reflections about method since the perspective of complexity. It is based on a critique of the modern science foundations as the pursuit of The Truth, the ideal of neutrality, objectivity and sterilization of method. We start going towards a scientific rigor supported by the explicitness of its theoretical-epistemological approaches. To achieve our objective, we promote some possible articulations between the contributions of authors such as Paul Feyerabend, Edgar Morin, Lupicínio Iñiguez and Boaventura de Sousa Santos. In order to build a method as a path, which is going to be built during the way, we join the cartography as a strategy, that is the attitude of the researcher, involved with reality. This strategy includes the emotions, intensity and other sensitivities. As the central arguments, we discuss about the impossibility of separation between subject and object; we accept knowledge as a construction and not as a representation of reality; we consider the need to connect the relationship between common sense and scientific knowledge; in addition, we argue that the perspective of rigor as involvement brings roundness to the research that, through it, can become sustainable, bringing the science near to everyday life. We introduce the operators that handle the cognitive thinking: systemic, hologramatic, of reintroduction, recursive, of self-eco-organization and dialogic. We also argue the return of the subject into observation, supporting the impossibility of replication of a complex method, in the sense that each research will demand the creation of unique strategies.

**KEY-WORDS:** method, complexity, cartography.

*Ao revisitar a produção de conhecimento  
a complexidade procura religar  
toda a disjunção, todo fragmento  
que a modernidade tratou de isolar*

*Na busca de ruptura e subversão  
da racionalidade que a ciência impingia  
afirmando da autora a afecção  
por nova estética, escolho a poesia*

*Há quem possa alegar que poesia é arte e não ciência  
mas afinal, onde fica essa fronteira?  
é pulso e constitui a produção na imanência  
da dimensão demens é herdeira*

*A poesia nasce em mim como projétil, antecipação  
vem para ordenar, desordenar, organizar  
mistura conhecimento e imaginação  
os afetos, a pesquisa, o pensar*

Sabemos que o processo de produção de conhecimento é constituído de iniciação, burocracias e uma série de rituais que devem ser cumpridos a fim de que possamos ser legitimados pela Academia. Lyotard (2004) menciona os procedimentos que possuem a função de filtro ao definir o que deve ou não ser enunciado em determinados espaços:

[...] uma instituição difere sempre de uma discussão no que ela requer pressões suplementares para que os enunciados sejam declarados admissíveis em seu seio. Estas pressões operam como filtros sobre os poderes de discursos, eles interrompem conexões possíveis sobre as redes de comunicação: há coisas que não devem ser ditas. (p. 31)

Assim, nosso projeto de pesquisa passou por um processo de avaliação formal. A partir do retorno da avaliação do projeto e das exigências feitas para efetivá-lo, pusemo-nos a refletir sobre os discursos que legitimam determinadas práticas científicas e a perguntar-nos: como, em uma perspectiva complexa, que transversaliza o modo de pensar a construção do conhecimento, podemos esperar que uma pesquisa seja “replicável”? Como traçar um método mais estratégia do que programa<sup>8</sup> sem explicitar teoricamente em que pressupostos temos respaldo? Como um método de pesquisa pode

---

<sup>7</sup> O programa trata-se de uma “seqüência de operações definidas” (Morin, 2005b, p.250) para chegar a um determinado objetivo. Está em oposição à estratégia que, apesar de comportar uma seqüência de ordenações, é capaz de modificar-se ao sabor do fluxo dos acontecimentos. Ou seja, “a estratégia constrói-se, desconstrói-se, reconstrói-se em função dos acontecimentos” (p. 250).

estar dissociado da teoria que o sustenta, dos princípios onto e epistemológicos - da concepção de sujeito e realidade? Como pode a construção do caminho não dialogar com as interrogações que o suscitam? Como dissociar o sujeito-autor de seu objeto-pesquisa? Estaríamos nós cientistas ainda em busca da Verdade?

Quando utilizamos a palavra “Verdade”, com V maiúsculo, referimo-nos à Verdade absoluta, totalitária, excludente de outras possibilidades. No entanto, falar sobre verdade torna-se delicado, pois essa questão traz consigo uma série de ambivalências. Há no processo de produção de conhecimento uma busca respaldada pela ‘vontade de verdade’, vontade de sentir-se reconhecido sob a sua chancela. No entanto, as teorias se diferenciam dos dogmas pela sua abertura, pela possibilidade de serem degradadas (Morin, 2005). Assim, o antagonismo verdade-degradação constitui o mosaico da produção científica. Pensamentos e posicionamentos antagônicos igualmente compõem esse mosaico, constituindo relações que provocam o pensar e são espaços de conflito por excelência.

E desde esse conflito, como rejeitar padrões (excludentes), subverter a ordem (heterônoma), a dureza que ainda acomete a produção de conhecimento, com a qual desejamos romper? É nela e dela que falamos, estamos imersos nessa lógica, sob mecanismos de controle e manutenção de hegemonias: órgãos de fomento, legitimação do saber, metodologias, produtividade, controle de presença, prazos, formulários, normativos...

Partindo dessas questões e de uma grande inquietação que nos tomou naquela situação, em que nos víamos entre a exigência institucional de adaptação e a ânsia por outro modo de fazer pesquisa, resolvemos dedicar a primeira seção deste trabalho ao método na perspectiva do pensamento complexo. Essa iniciativa nasce como resposta à provocação que o parecer suscitou, tornando-se um ensaio para a abertura a outros pensares. É objetivo desta seção explicitar as escolhas e perspectivas que nos fazem optar por um método-caminho e não outro. Se não há uma Verdade acerca da realidade, podemos percorrer múltiplos caminhos. Partindo dessa premissa, o rigor científico reside em explicitar escolhas e pressupostos teórico-epistemológicos que lhes dão sustentação. Por isso, um método nunca está dissociado de uma teoria, assim como nenhuma observação pode estar dissociada de elementos que a constituem, como afirma Feyerabend (1991):

[...] não existe uma base de observação neutra, mas que o conhecimento em todas as suas fases é condicionado por experiências precedentes e por elementos teóricos, que derivam das mais sofisticadas teorias físicas tal como das mais modestas expectativas e disposições ‘físicas do sujeito’ (p.125)

Para alcançar nosso objetivo, proporemos um diálogo entre alguns autores, vislumbrando pontos de aproximação entre eles. As alianças são firmadas pelas aproximações possíveis, articulações que são efeitos do que se produziu pela leitura, do que o pensamento dos autores provocou. Fragmentos são postos em novos contextos, produzindo diferença: são nodos de uma rede, estabelecendo outras conexões possíveis.

### **Rachaduras na ciência moderna: o retorno do sujeito à observação**

*“Daqui se deduz – estamos na segunda e não menos importante consequência – que a ciência já não é considerada expressão paradigmática da racionalidade. Também a ciência, como qualquer outro produto humano, é fruto de intuição e imaginação tanto quanto de raciocínio.”*  
(Feyerabend, 1991, p.130)

Os autores com os quais me propus dialogar nesta seção são convergentes em sua crítica à ciência moderna, principalmente com relação aos mitos da Verdade e da objetividade. Iñiguez (2002), partindo da perspectiva do Construcionismo Social, situa a constituição da racionalidade moderna por volta dos séculos XV e XVI, caracterizada por princípios como fiabilidade, neutralidade, universalismo, constância e continuidade. Como um pensamento marcado por dualidades, a modernidade estabeleceu a dissociação entre sujeito e objeto, tomando o conhecimento como uma representação do mundo. A ciência moderna é também marcada pelas grandes narrativas, grandes compreensões do mundo e normatizações. A crítica ao pensamento moderno apontada pelo autor indica, entre outras coisas, as problematizações acerca do conceito de realidade. Incorpora o relativismo, adotando uma postura que privilegia o diálogo diante à multiplicidade cultural e epistemológica. Em seu relativismo faz aliança com autores como Richard Rorty, do qual se aproxima pela ideia de que não há realidade que seja independente da maneira pela qual nos referimos a ela; é um acesso que se dá por meio de formas coletivamente construídas.

Este importante elemento faz cair por terra as concepções de Verdade, de objetividade e neutralidade. A Verdade, porque já não há a possibilidade de pensarmos a realidade em essência, independente do acesso que temos a ela; a objetividade, pela emergência da relação entre a materialidade e a linguagem; e a neutralidade, porque essa relação depende sempre do sujeito que observa. Ainda com relação à neutralidade, nas ciências sociais de maneira mais radical, o autor se pergunta: como é possível separar sujeito e objeto quando o objeto é um outro ser humano, como aquele que o observa? (Iñiguez, 2002).

Encontramos aproximações com a crítica feita por Morin (2005c) quando afirma que o conhecimento não é uma representação do mundo, uma vez que é tomado como uma tradução/reconstrução cerebral. Acrescenta que “não há essência, não há substância, não há nem real: o real se produz através do circuito das interações que produzem a organização, através do circuito das relações entre o objeto e o sujeito” (Morin, 2005a, p. 461).

Assim, sujeito e objeto constituem-se recursivamente em sua relação, são elementos coemergentes no processo de conhecimento. O sujeito observador retorna à sua observação, dando fim aos rituais assépticos que se pretendiam fórmulas capazes de alcançar a Verdade. Não é mais possível pensar na produção de conhecimento pautada pela neutralidade, mas como um processo que inclui o observador em suas escolhas, firmadas em um posicionamento ético e político.

A necessidade de retorno do sujeito também se aproxima da abordagem de Boaventura de Sousa Santos (2001) ao pensar a respeito das rupturas exigidas pela ciência na pós-modernidade:

[...] Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. (p. 53)

Concebendo a relevância do posicionamento do pesquisador no processo de produção de conhecimento, esse autor propõe o ajuste de três principais dimensões, que estão associadas ao modo como nos relacionamos com o conhecimento. A dimensão ética diz respeito ao princípio da responsabilidade, que reside no cuidado com o outro,

seja ele um ser humano, um grupo social, ou a natureza; é uma responsabilidade pelo futuro. A segunda dimensão é a política, relacionada à participação, visa a uma repolitização global da vida coletiva, assente em duas ideias fundamentais – de que a hiperpolitização do Estado está em oposição à despolitização da sociedade civil e de que a liberdade não é um bem natural da humanidade que tenha de ser defendido da política. Por fim, a dimensão estética, presente no retorno de elementos como paixão, prazer, emoção, retórica, estilo, biografia - e tantos outros - no processo de conhecimento. Esses acabaram por ser evitados na modernidade, por ameaçarem a dualidade sujeito-objeto reconhecida, então, como única via de acesso ao conhecimento científico (Santos, 2000).

Essas dimensões se fazem presentes na busca de um estudo que possa ser sustentável, que rompa com a lógica linear e disjuntiva, trazendo a circularidade presente na compreensão de que a pesquisa é sempre intervenção na medida em que se encarnam, no plano da experiência, os conceitos e operadores que movimentam nosso pensar. Assim, a participação e o engajamento no movimento estudado carregam a dimensão ética do cuidado, a dimensão política, do comprometimento com os processos de politização da vida cotidiana e a dimensão estética da paixão presente na militância.

A ênfase na estética, na possibilidade de incluir, na pesquisa, as paixões, os desejos, as emoções e a sensibilidade do pesquisador, promove uma aproximação entre *prosa e poesia*, entre razão e emoção, denunciando o *homo sapiens demens* que existe em nós. Para Morin (2005), o *homo é sapiens*, em sua dimensão racional; *faber*, em sua capacidade de criar técnicas; *economicus*, quando agimos em função de interesses econômicos pessoais e *demens*, dimensão da loucura, da insensatez – lúdica, mítica, imaginária. Assim, afirma que não podemos separar o *sapiens* do *demens*: entre eles, circula afetividade, sentimento. Existe um elemento de paixão fundante da razão, de forma que essas duas dimensões apresentam-se como complementares.

Essa aproximação fala do caminho desta pesquisa, enquanto pesquisa-ativismo, em que a pesquisadora é participante do movimento que estuda. No caminho da pesquisa, a pesquisadora vai se constituindo também membro da comunidade. Assim, vive momentos de poesia, paixão e afetividade quando é ativista e, ao mesmo tempo, é na racionalidade que encontra suporte para alçar um sobrevoo, quando pesquisadora. O sobrevoo ao território provoca o distanciamento do olhar e este, por sua vez, possibilita uma crítica, que é também autocrítica.

Neste estudo, o encontro com o campo vem antes da pesquisa formalizada. A pesquisadora torna-se, antes de tudo, participante de uma Associação de Moradores, chamada *Moinhos Vive*. Foi o espaço de relações que se deu a partir dessa inserção que acabou por constituir-se solo fértil ao florescimento de um desejo de pesquisar. Toda pesquisa nasce de um desejo, de uma potência; no caso deste estudo, vemos a prática que não pode ser separada da militância. Misturam-se, assim, pesquisadora, militante, objeto, desejo: são sempre inseparáveis, pois como diz Corazza

[...] uma prática de pesquisa é um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar; uma forma de interrogar, de suscitar acontecimentos, de exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle [...] de merecer ter tal vontade de verdade e não outra(s); de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder (Corazza, 1996, p. 124).

O desejo está presente em nossa dimensão poética, que “advém da participação, do fervor, da admiração, da comunhão, da embriaguez, da exaltação e, obviamente, do amor, que contém em si todas as expressões desse estado segundo” (Morin, 1998, p.9). É através da vivência de nosso aspecto *demens* que podemos tornar a vida mais poética e menos prosaica.

[...] O ser humano traz em si um conjunto de características antagônicas e bipolares. Ao mesmo tempo em que é sábio, é louco; é prosaico e é poético; é trabalhador e lúdico; é simultaneamente empírico e imaginário. Vive de muitos jeitos e se apresenta de várias maneiras. É unidade e diversidade; é multiplicidade, pluralidade e indissociabilidade; é corpo, ideias e afetividade. É um *homo complexus*. (Petraglia, 2009)

Atentando ao aspecto da participação e da possibilidade de aproximar da pesquisa o pesquisador, em sua integridade e complexidade, afirmamos também o posicionamento de aproximar a ciência da vida cotidiana, reforçando a necessidade de resgatar a relação entre o senso comum e a produção do conhecimento. Santos (2001) corrobora a necessidade de resgatarmos os laços existentes entre essas duas dimensões, realizando uma crítica à disjunção moderna entre as causas e a intenção, que deu respaldo ao rompimento do conhecimento científico com o senso comum. Consonantes com essa perspectiva, propomos uma escrita que traduz o posicionamento de não-hierarquização entre as já referidas instâncias, como forma de reintegrar saberes que foram dissociados por uma ciência ancorada no ideal da racionalidade moderna. Assim, o texto da pesquisa compõe com as falas dos participantes, evidenciando a importância de inclusão do então chamado senso comum na construção de um saber complexo:

[...] a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. (Santos, 2001, p.55)

Dessa forma, propomos o conhecimento produzido como tessitura, que vai sendo tramado a partir do diálogo que estabelecemos entre o saber acadêmico, artefatos culturais e artísticos, senso comum. Toma-se o texto como construção, composição, em que a voz do autor não é uma, mas várias. A pesquisadora-autora-rede traça seu itinerário, percurso, por meio do qual é tomada, afetada pelo acontecimento. Traça o caminho na busca de religar saberes. Esse posicionamento dialoga com a perspectiva da complexidade, do latim *complexus*, que significa ‘tecer junto’.

Para um pensamento capaz de integrar os conhecimentos, Morin (2000) propõe princípios que constituem diretrizes do pensamento complexo. Neste trabalho, alguns deles transversalizam o pensar. Iniciamos pelo *Princípio Sistêmico* ou organizacional, que resgata a ligação das partes com o todo, concebendo uma tarefa impossível a de compreender as partes sem o todo ou o todo sem as partes, tendo em vista que sua relação produz propriedades emergentes. Esse princípio aparece, mesmo que não declaradamente, junto à noção de rede que também se constitui atravessamento deste estudo. Na rede, ganham visibilidade as conexões entre os nodos, em uma relação que produz propriedades emergentes, em uma configuração capaz de integrar a unidade e a multiplicidade. A própria opção pela cartografia como estratégia metodológica se relaciona com essa perspectiva, buscando desenhar elementos como a sustentabilidade, a democracia, a técnica, a política, em relação uns com os outros, produzindo efeitos emergentes. O andar pela rede de associações e movimentos nos leva a compreender, na relação dessas partes, a emergência de possibilidades de organizações políticas, institucionais, localizadas em um tempo-espço.

Ainda pensando a relação do todo com as partes, citamos o *Princípio holográfico, ou hologramático*, que postula que a parte contém em si o todo: “a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual; a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura,

suas normas” (p.94). Podemos, a partir desse operador, pensar em cada um dos sujeitos envolvidos neste Movimento urbano, como hologramas, contendo em si o Movimento, a partir de convicções, valores, desejos e intenções. O Movimento também se torna holograma de uma organização política, contendo em si as idiossincrasias institucionais ao mesmo tempo em que as tenta subverter. Por fim, a pesquisadora, enquanto militante também é holograma, o que nos faz pensar que o processo de conhecimento é também um processo de autoconhecimento:

[...] A vida humana, assim como o conhecimento, é uma aventura; uma viagem rumo ao incerto. Por isso, é importante que a reflexão esteja sempre ao lado da auto-reflexão, e a crítica, ao lado da autocrítica, para que os indivíduos se percebam também sujeitos. Todos somos construtores do futuro que é incerto. (Petraglia, 2009)

Nesse caso, o exercício do pesquisador de olhar para si é, ao mesmo tempo, olhar para os lugares, conflitos, antagonismos, fazeres, práticas, afetos, sensibilidades, que movimentavam as organizações das quais acabou por fazer parte em sua trajetória de pesquisa.

Em seguida, o *Princípio de Reintrodução* propõe que todo o conhecimento é uma tradução de uma mente/cérebro em um contexto histórico, social, cultural (Morin, 2005c). O autor propõe que o pensamento complexo implica a transgressão dos limites da universalidade, uma vez que eles acabam por excluir a singularidade, a localidade e a temporalidade e, neste ponto, se aproxima dos demais autores em diálogo.

Dentro dessa mesma lógica, o *Princípio de recursão ou circuito recursivo*, apresenta a relativização da relação causal, inserindo a noção de autoprodução, ou auto-organização, em que produto e efeito são necessários à produção do que os produz (Morin, 2000). Ao olhar para a relação que estabelecemos com o *Movimento Porto Alegre Vive*, vemos recursividade no momento em que o constituímos a partir de operadores e conceitos e somos constituídos por ele.

O Movimento apresenta-se como processo de auto-organização social. Essa propriedade relaciona-se com o *Princípio da auto-eco-organização*, que amplia esse processo, propondo que os seres vivos possuem capacidade de se auto-produzir, mas, para isso, precisam de energia que provém do ambiente em que vivem. Se pensarmos no fluxo de informação como energia que mobiliza esses Movimentos, podemos afirmar sua independência no momento em que há um processo de organização distribuído, sem um centro regulador; e ao mesmo tempo, em sua dependência, pois para cumprir os fins

a que se propõe, deve se submeter a uma série de normatizações e procedimentos. Dessa forma são autônomos e dependentes ao mesmo tempo: autônomos no processo de auto-organização, mas dependentes da energia gerada em seu meio.

A proposta de convivência entre dependência e independência também remete, por fim, ao *Princípio dialógico*. Esse princípio constitui uma atitude de conceber ideias antagônicas como simultaneamente concorrentes e complementares, “permite assumir racionalmente a inseparabilidade de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo” (Morin, 2000, p.96).

É justamente a possibilidade de incluir-se em uma trama complexa na produção do conhecimento que forja o espaço da autoria, no momento em que é o autor que se deixa transversalizar por teorias e perspectivas diversas, buscando uma organização que dê conta de fazer conviver elementos antagônicos ao produzir uma unidade capaz de acomodar em si a multiplicidade. O autor se produz nas conexões que é capaz de estabelecer, tornando-se o próprio espaço da articulação, ao invés de filiar-se a um pensamento, ele pensa, utilizando textos como máquinas de guerra<sup>9</sup>.

A tentativa de expressar esse desejo constitutivo da pesquisa se faz por caminhos que vão em direção à transdisciplinaridade. Em minhas andanças travo encontros com a sociologia, a antropologia, a arquitetura, a geografia, o direito... Certo dia, em aula, ao ouvir a exposição de meu projeto de pesquisa, um colega perguntou-me: “Ok, mas onde está a Psicologia nisto?”. A resposta a essa pergunta, que nunca mais calou, é certamente paradoxal, pois como posso eu reivindicar uma porosidade de fronteiras entre as disciplinas ao mesmo tempo que as reafirmo defendendo o campo disciplinar? E isso me fez pensar sobre a real possibilidade de posicionar-me com relação às fronteiras disciplinares, dentro de uma instituição constituída pela disciplinaridade na produção do saber. Falo de dentro de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia, e, portanto, de certa forma, preciso dar conta de responder a tal pergunta.

---

<sup>9</sup> Expressão retirada da obra *Mil Platôs*, de Gilles Deleuze e Felix Guattari: “Um livro tampouco tem objeto. Considerado como agenciamento, ele está somente em conexão com outros agenciamentos (...) Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua (...) Assim, sendo o próprio livro uma pequena máquina, que relação, por sua vez mensurável, esta máquina literária entretém com uma máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária etc. — e com uma *máquina abstrata* que as arrasta.” (2000, p. 11)

Morin & Kern (1995) nos ajudam a pensar a partir de uma crítica às ciências humanas, que acabaram por dividir e departamentalizar o sujeito: os caracteres psicológicos, culturais e sociais. Eu acrescentaria ambientais. Assim, os autores sugerem que a sociologia não pôde olhar o indivíduo, assim como a psicologia foi incapaz de ver a sociedade, a história postou-se à parte e a economia extraiu do *homo sapiens demens* o resíduo do *homo economicus*.

No momento em que tomamos o sujeito como uma emergência, incluindo sua base biológica (Morin, 2005), ou ainda, como um holograma, relativizamos as dimensões externo-interno, admitindo o aspecto extrínseco na constituição da subjetividade, a individuação é pensada em sua dimensão coletiva. Quando isso acontece, criamos porosidades nas fronteiras entre saberes, como por exemplo, as fronteiras entre a psicologia, a sociologia e a antropologia. Falar das relações que o sujeito estabelece em seu cotidiano é falar da constituição desse sujeito, é deslocar o foco da “essência” à relação e, assim, localizar-se no “entre”.

No tocante aos pressupostos ontológicos, como na topologia das redes, o autor é um nodo que busca construir pontes com seus aliados. Dessa forma, ao aproximar a cartografia da proposta da complexidade, compreendo que, enquanto Morin trata de religar aspectos biológicos, culturais e sociais, Guatarri e Rolnik (1986) dedicaram-se a pensar o sujeito produzido na cultura, por agenciamentos. Longe de afirmar que ambas as abordagens tratam da ‘mesma coisa’, faço uma tentativa de ponte para pensar nos processos de produção de subjetividade como a construção do sujeito social-cultural, sem negar seu aspecto biológico. Faço desta escrita um acontecimento, buscando criar uma consistência na própria escrita, nas próprias alianças e amálgamas criados ao longo do texto. O resultado é um texto caboclo, miscigenado, clandestino.

Trata-se aqui, então, de lançar um olhar aos processos de inscrição da cultura neste sujeito-holograma, “indivíduo hologramático” (Morin, 2005a, p.229) que contém a organização do todo, tem em si a cultura inserida através da linguagem, mas que também possui capacidade de auto-organização, que se dá mediante estratégias de negociação e de tensionamento de agências em um processo de ordem-desordem que vimos mencionado no texto, tratando de diversas dimensões.

## **Caminhante não há caminho, o caminho se faz ao andar...**

Ao compreender o método como um caminho que se faz ao andar, Morin (2005b) o aproxima da *estratégia*, em oposição ao *programa*. Enquanto o programa é uma “seqüência de operações definidas” (p.250) para chegar a determinado objetivo, permitindo o controle, o comando; a estratégia, apesar de comportar uma seqüência de ordenações, é capaz de modificar-se ao sabor do fluxo dos acontecimentos. Ou seja, “a estratégia constrói-se, desconstrói-se, reconstrói-se em função dos acontecimentos” (p. 250). A estratégia comporta a variabilidade, utilizando o eventual para lidar com a aleatoriedade, enquanto o programa não utiliza o eventual e possui fraca capacidade de interagir com o aleatório.

Aproximar o método da estratégia é incluir a incerteza nos processos de produção do conhecimento. Esse é um importante fundamento da perspectiva complexa, a inserção da incerteza e da dúvida; a questão da dúvida como parte do caminho do cientista não é algo assim tão novo; já impulsionava o pensamento de Descartes. Lembremos que a famosa premissa cartesiana “penso, logo existo” – que constituiu alicerce do pensamento moderno – foi precedida pela premissa: “duvido, logo penso”, propondo ser a dúvida indubitável.

Há uma importante diferença entre o pensamento de Descartes e dos autores e cientistas pós-modernos: o primeiro buscava um afastamento da dúvida, em direção à Verdade – “Não que nisso eu imitasse os céticos, que apenas duvidam por duvidar e fingem estar sempre irresolutos: ao contrário, todo o meu propósito tendia apenas a certificar-me, e retirar a terra movediça e a areia para encontrar a rocha ou a argila.” (Descartes, 2008 , p.65); os outros buscam a inclusão da incerteza de maneira radical em seus métodos. A incerteza acompanha o processo e encontra-se, inclusive, no ‘desfecho’ de uma pesquisa/teoria. A partir disso, a teoria é considerada como um sistema sempre aberto, no sentido de, ao contrário das estruturas dogmáticas, permitir sua contradição: “A racionalidade, em contrapartida, é aberta. Ela aceita que suas próprias teorias sejam ‘biodegradáveis’, que possam eventualmente ser superadas por argumentos ou acontecimentos que as contradigam.” (Morin, 1998, p.55)

A inclusão da incerteza produz efeitos na construção do método. Assim, a própria noção de método - como um percurso que ajuda a estratégia, que inclui os segmentos programados, mas também comporta descoberta e inovação - supera a noção

de metodologia - guias a priori que programam as pesquisas. O programa, como algo rígido, dá lugar à estratégia, que se faz ao longo do caminho; a partir disso “o método, ou pleno emprego das capacidades do sujeito, é a parte inelutável de arte e de estratégia em toda a paradigmatologia, toda teoria da complexidade” (Morin, 2005, p.338).

Conforme Petraglia (2009), o pensamento complexo inclui o princípio da incerteza, tal como proposto por Heisenberg - a partir da concepção da falibilidade lógica, da inclusão da contradição e da impossibilidade de determinação de verdades científicas. “O pensamento complexo é desprovido de fundamentos de certezas absolutas e permeia os diversos aspectos do real” (p.1).

Analogamente, podemos propor uma relação entre a possibilidade de reconhecimento da incerteza e os processos de ordem, desordem e organização, que também aparecem como elementos transversais que nos ajudam a pensar. Incluir a incerteza nos caminhos da pesquisa é, analogamente, acolher a desordem ao lado da ordem, como concorrentes e complementares em seu antagonismo para, partindo daí, propor uma organização (Morin, 2005).

Nesse autor, o conceito de organização supera a perspectiva de uma norma rígida e imutável; sem ignorá-la, amplia-se a ideia de estrutura. Nesse processo, a ordem está associada às noções de “estabilidade, constância, regularidade, repetição; há a ideia de estrutura” (p.197). Ao propor um diálogo possível entre ordem e desordem, a organização é um conceito que passa a integrar a multiplicidade e, ao mesmo tempo, singularidade, desconstruindo o projeto que legitimava somente uma ciência do geral.

Para Morin, a desordem se constitui pelo acaso, pelas irregularidades e instabilidades, pelos desvios, pelas aleatoriedades, pelos acontecimentos, acidentes, ruídos, erros - na dimensão objetiva - e pela incerteza ou imprevisibilidade - na dimensão subjetiva (Morin, 2005). Para Feyerabend (1991) “a entrega ao caos parece a única via praticável para desmascarar a insuficiência de todos os esquemas produzidos pela racionalidade abstrata valorizada pelo racionalismo ocidental” (p.125).

De um modo menos radical, a desordem pode ser compreendida de maneira dialógica, como oposição à ordem e, ao mesmo tempo, em cooperação com ela para gerar organização. A organização, no sentido que trazemos aqui é um *todo* maior (por constituir-se emergência) e menor (por constituir-se coação) do que a soma de suas partes.

Quanto à estabilidade dos processos, Morin (2005) nos faz pensar que um universo de ordem somente, seria um universo determinista, sem espaço para o *devir*, a inovação, a criação. Sendo somente desordem nada se conservaria, não haveria evolução<sup>10</sup>.

[...] Uma epistemologia da complexidade incorpora não só aspectos e categorias da ciência, da filosofia e das artes, como também os diversos tipos de pensamento, sejam eles míticos, mágicos, empíricos, racionais, lógicos, numa rede relacional que faz emergir o sujeito no diálogo constante com o objeto do conhecimento. Considera a comunicação entre as diversas áreas do saber e compreende ordem, desordem e organização como fases importantes e necessárias de um processo que culmina no auto-eco-organização de todos os sistemas vivos. (Petraglia, 2009, p.1)

Compreendemos a dimensão dialógica entre ordem e desordem na composição desta pesquisa. Ela parte de um projeto (projétil) como estratégia que se lança ao incerto. Ao andar, vamos vislumbrando possibilidades, nuances, formas e cores. Este texto é uma proposta de organização que faz dialogar a ordem de um projeto e a desordem do caminho que se fez ao andar. Propomos pensar no método como um percurso, no percurso como método; com isso, desejamos contar sobre a pesquisa realizada. Num caminho que se faz ao andar, o pesquisador-nômade-errante só pode conhecer e contar o caminho depois de tê-lo percorrido.

A partir das intuições de Feyerabend e Morin, buscamos a construção de um método que é fruto da relação entre a materialidade e a sensibilidade do sujeito pesquisador - é inventivo, é criação. Neste ponto, defendemos a impossibilidade de replicabilidade de uma pesquisa, já que, como vimos, sujeito e objeto não são dimensões separadas em suas essencialidades: constituem-se, recursivamente, em sua relação. Assim, levamos ao paroxismo a ideia de que cada caso é um caso. Cada método é efeito da sensibilidade de cada pesquisador e da relação que este estabelecerá com seu contexto de pesquisa. Portanto, se tomarmos em conta essas considerações, não mais poderemos conceber uma metodologia rígida, um programa dissociado das teorias e perspectivas que respaldam a pesquisa uma vez que compreendemos a verdade como algo contextual e temporário, jamais absoluto.

---

<sup>10</sup> Para Morin, a noção de evolução não é algo linear, que avança frontalmente, mas algo que parte de um desvio que consegue impor-se, tornando-se tendência. O autor não raro utiliza a imagem da espiral para explicá-la. “A evolução não pode mais ser uma ideia simples: progresso em ascensão. Ela deve ser ao mesmo tempo degradação e construção, dispersão e concentração” (Morin, 2005a, p. 65).

## **A cartografia como estratégia: atitude, implicação, transformação**

*Não existe ciência do singular, não existe ciência do acontecimento: é um dos princípios mais seguros de uma vulgata teórica ainda dominante.*  
(Morin, 2005, p.233)

A cartografia é um método oriundo da geografia e que se diferencia do mapeamento, uma vez que o mapa é uma “representação de um todo estático” e aquela é “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (Rolnik, 1989, p.15). Para essa autora, a produção de realidade e produção de desejo se dão por um mesmo processo, que é ao mesmo tempo “material, semiótico e social” (p.44).

O cartógrafo quer construir territórios, para ele não importa procedimentos, ele deve inventá-los em função do que pede o contexto em que se insere. Da mesma forma que a complexidade supera a metodologia pelo método, o cartógrafo cria de acordo com o contexto, produz estratégias distantes de um protocolo fixo e normatizado.

Assim, a cartografia aparece como estratégia metodológica e atitude diante da pesquisa. Neste trabalho, propomos uma tessitura em que a intenção da pesquisadora<sup>11</sup> mistura-se com os saberes enunciados por cidadãos engajados em movimentos urbanos e com o conhecimento científico, que em um plano imanente se entrelaçam no desenho de um território em movimento. Em consonância com as reflexões que fizemos até aqui, a cartografia promove rupturas com o modelo que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Sujeito e objeto são compreendidos como coemergentes no processo de produção de conhecimento. Sobre isso, Morin (2005a) afirma: “É na nossa maneira de perceber, conceber e pensar de forma organizacional o que nos cerca e que nomeamos realidade” (p.134), ao tecer uma crítica à objetividade pretendida pela ciência clássica, que postulava o objeto independente de seu observador.

Aliamo-nos à perspectiva cartográfica principalmente porque ela propõe um deslocamento da noção de rigor científico, que abandona a pretensão asséptica da

---

<sup>11</sup> No processo de constituição de uma autoria, são muitas as vozes que falam em mim. São cidadãos, autores, poetas, filósofos, ideias que ganham materialidade e tradução através de uma mente-cérebro, como diria Morin (2005c). Isso justifica a utilização do pronome “nós”, conforme já citamos na introdução deste trabalho.

neutralidade para se aproximar dos movimentos da vida: “a precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009, p.11). Adotamos essa estratégia por permitir a construção do caminho ao andar, tomando como ponto de partida a experiência (plano em que sujeito e objeto, teoria e prática constituem coemergências). A imersão no plano da experiência nos possibilita “conhecer o caminho de constituição de dado objeto”, que “equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho” (Passos & Barros, 2009, p.31).

Desse modo, nossa postura afirma o deslocamento do *objeto* como algo preexistente para a relação que o constitui. O foco na relação, como posicionamento político, nos remete à lógica das redes, lógica da conectividade. A forma como os apontamentos teóricos se articulam na construção de meu argumento marcam uma perspectiva em que a teoria não se contrapõe ou sobrepõe à prática, mas é colocada no mesmo plano, traça pistas do caminho que será percorrido ao longo da pesquisa. Aqui, produção de conhecimento não é encarada como uma verdade *a priori*, mas é tomada como condição de possibilidade para a emergência de modos de existência, artefato cultural que atua na produção de subjetividades. Proponho uma produção que seja resultado de uma composição entre diversidades de práticas sociais, culturais que produzem sujeitos e, recursivamente, são produzidas por eles.

Dentro da perspectiva de método complexo, lançamos mão da cartografia para traçar contornos acerca da micropolítica e seus movimentos, presentes tanto nas falas dos participantes, quanto nos diários de campo e documentos da *Associação Moinhos Vive*. Essa Associação é parte do *Movimento Porto Alegre Vive* e, hologramaticamente, contém as informações do todo. Se a realidade é uma construção social mutante, somos uma permanente construção no real e nossas experiências e reflexões sobre a realidade levam-nos cotidianamente a uma nova construção de sentidos e condição de existência.

[...] (Uma relação não é objetiva) “se os elementos entre os quais se instaura a relação estão implicados num processo histórico que produz novos acontecimentos! Neste caso podemos descrever uma fase particular da relação; não podemos generalizar, uma vez que não existe qualquer substrato permanente que contenha características permanentes e objetiváveis.” (Feyerabend, 1991, p.88)

Complexidade e cartografia se aliam no intento de compreender processos e estabilidades, postulando a inexistência de ‘objetos’ preexistentes às relações que com

eles estabelecemos, objetos-essência – não há realidade independente do acesso que temos a ela.

Objetivamos cartografar o *Movimento Porto Alegre Vive*, traçando seus contornos a partir dos discursos acerca da sustentabilidade e da formação de redes em (co)operação que configuram sua existência, conforme explicitamos nos capítulos seguintes. Ao longo do caminho vamos problematizando como essa articulação produz outras relações possíveis da sociedade com o Estado, bem como do espaço público com o privado.

No momento do projeto, perguntávamo-nos: quais os sentidos acerca da participação, compreendida como possibilidade de auto-organização social? Como a ideia de sustentabilidade aparece no *Movimento Porto Alegre Vive*? Como se estabelecem redes em (co)operação no processo de organização da vida na cidade? De que forma a micropolítica, entendida como capacidade de auto-organização social, incita outras possibilidades de relação sociedade-Estado?

Fui solicitada a construir um projeto, que contivesse questões norteadoras, objetivos claros, gerais e específicos, justificativas bem aplicadas. Em verdade, meu desejo era conviver naquele espaço, conversar com as pessoas e propor uma organização possível do conhecimento que dessa relação tivesse sido produzido.

### **Cartografia em Movimento**

O trabalho de campo desta cartógrafa acontece na participação nas reuniões de uma Associação de Bairro na cidade de Porto Alegre – *Moinhos Vive*; segue em viagem pelos nodos de uma rede articulada a partir das estratégias traçadas nessa Associação. Essas redes, abordadas no capítulo III deste trabalho, incluem associações de bairro, Movimentos e ONGs, espaços como Fórum de Entidades, Secretarias, órgãos de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, audiências públicas na Câmara de Vereadores, Leis, Projetos de leis, Programas, entre outros.

As sensações, afetações, narrativas, sentidos, ideias, referências de sua expressão foram registrados em diários de campo e na memória. O olhar foi ampliado pela experiência do encontro na oportunidade de conversar com cinco lideranças de movimentos análogos pela cidade, que pudemos conhecer por meio do andar nômade

pela rede e por suas conexões. Foram escolhidas cinco lideranças, cujos nomes eram recorrentemente citados nos espaços pelos quais andamos. São participantes de quatro diferentes organizações urbanas. Fragmentos desses encontros foram selecionados pela pesquisadora e passaram a compor o texto. Considerando que nosso foco repousava sobre os saberes que constituem essas relações, não nos detivemos a identificar os sujeitos dos enunciados, uma vez que compreendemos esse sujeito como holograma, contém em si os saberes que constituem o Movimento, na medida em que também se constitui nesse confluir de saberes. Não procuramos a verdade em um sujeito-essência, mas uma cartografia de fluxos de ideias, valores, pensamentos, afetos.

A caminhada é pelo próprio movimento... as sensações transbordantes de indignação, de vontade de fazer, mas ao mesmo tempo de impotência, de desilusão, decepção, fraqueza, medo de perder a integridade, medo de exposição e até mesmo medo da morte. Tal como o cartógrafo de Rolnik (1989), elenco alguns equipamentos básicos para essa tarefa:

- **Meios de transporte:** pernas, ônibus, lotação, carro... permitindo os deslocamentos pelos espaços da cidade, pelas redes, pelos movimentos, pelas Associações; A utilização das metáforas (do grego, *transportar*) também nos permite o trânsito por espaços imaginários.

- **Fator de a(fe)tivação variável:** para acompanhar acontecimentos visíveis e invisíveis durante o caminhar – reuniões, assembleias, audiências públicas, passeatas; conversas, olhares, afetos.

- **Diário de Bordo/Campo:** para registrar esses acontecimentos, observações, sensações ao longo da expedição; o diário de campo contém relatos de situações, acrescentados das sensações e pensamentos produzidos. Aos diários de campo, acrescentei o estudo de alguns documentos e de algumas atas cujas informações pertinentes puderam enriquecer o trabalho.

- **Equipamentos** adicionais:

- a) filmes e vídeos;
- b) e-mails, livros, revistas e jornais;
- c) conversas gravadas em memória ou em fitas.

As narrativas, que também são pontos no holograma, far-se-ão como vozes estrangeiras, presentes ao longo da composição, da cartografia, da trama. Nunca são elas mesmas, mas o próprio encontro, o que ficou e foi metabolizado pela autora, pela mão que escreve e que foi traduzido por um espírito-mente-cérebro. Aquilo que era estrangeiro já foi incorporado, foi apropriado pela trajetória da produção de uma autoria.

Assim, as conversas com as lideranças foram disparadores em meu andar. Fui buscando desenhar o movimento das intensidades - à medida que me sentia afetada por uma coisa e não por outra - expressas em suas vozes, mais embargadas, mais raivosas, mais encantadas... Os sentidos e as intensidades assim foram compondo uma compreensão-explicação para a relação desses atores com sua participação e luta pela cidade que desejam.

### **Considerações finais**

*Estas, por sinal, mostram o esforço do filósofo no sentido de superar o divórcio entre inteligência e emoção. Para isso, é sem dúvida necessário que o conhecimento (inclusive a filosofia) esteja mais perto do concreto, do presente, cooperando com as forças do acontecimento, decodificando e dando coerência aos detalhes da cotidianidade. Mas tudo isso com o objetivo de resgatar o encantamento que as religiões proporcionaram aos nossos ancestrais. Estar, sim, perto do cotidiano, do presente, mas visando a interpenetração da emoção e da ciência, da paixão e da inteligência, do sonho e da prática, de forma que a poesia possa vir a ser a flor espontânea do mundo futuro.*

(Wilmar do Valle Barbosa, p. XIII – prólogo de “A condição Pós-Moderna”)

Com este capítulo primeiro, reafirmamos um posicionamento que busca aproximar emoção e razão, homem e natureza, sujeito e objeto, fé e conhecimento (Feyerabend, 1991). Este posicionamento nos faz olhar para o fenômeno do movimento urbano como algo que se apresenta em sua situação singular, cujos contornos e cores emergem da relação que estabelecemos.

Para um fenômeno complexo, tecido em muitos fios, é necessária uma estratégia complexa:

[...] No plano metodológico, portanto, só resta aderir ao anarquismo, cuja palavra de ordem *anything goes* (vale tudo) não significa a negação de qualquer regra, mas a necessidade de adequar as normas ao caso concreto com que o cientista tem a ver, interpretando-as de

modo original ou afastando-se nitidamente delas. (Feyerabend, 1991, p.124)

Essa perspectiva tensiona as fronteiras (disciplinares, epistemológicas) que foram impostas ao pensar pela ciência moderna e que estão, muitas vezes, antes a serviço da manutenção do *status quo* do que da responsabilidade e da ética de uma ciência com consciência (Morin, 2005). Levantamos, assim, alguns aspectos que julgamos necessários ao pensar, em defesa de uma atitude *científica* comprometida, que possa estar implicada com a sociedade, com a perspectiva das multiplicidades de modos de vida, com o respeito à diversidade, com a explicitação das relações entre saber-poder, técnica, política e, principalmente, ética.

Em nossa caminhada travamos contato com muitas informações e as organizamos de acordo com as redes que percorremos, de acordo com as afetações produzidas. A singularidade do autor está na forma como este confere ao conhecimento uma organização, tendo em vista tempos, lugares, cenários, fluxos, intensidades.

A perspectiva da complexidade entra aqui primeiro, no sentido da busca de religar o saber fragmentado pela hiperespecialização; e segundo, por uma concepção não essencialista, que busca conceber sujeito e objeto através de uma produção recursiva, em que o foco está na relação.

Relativizam-se as noções de causa e efeito e de produto e produção. O conhecimento é visto como construção conjunta, dialógica, um tecer junto, a partir do qual produzimos o mundo em que vivemos e somos produzidos por ele. Uma vez que se tira a possibilidade de pensar em um ‘objeto’ que preexista às relações que estabelecemos com ele, não há uma verdade independente do acesso que temos a ela, independente de nosso contexto social, histórico, cultural, linguístico. Assim, o método não tem a pretensão de ser uma receita para conduzir-nos à verdade, mas torna-se um percurso realizado pelo autor-rede, pesquisador-nômade<sup>12</sup>; ‘o método é a atividade pensante do sujeito’ (Morin, 2005, p.337) e, portanto, não pode ser “replicado”.

---

<sup>12</sup> “(...) pode-se habitar de um modo liso inclusive as cidades, ser um nômade das cidades (...) diferenciais de velocidade, retardos e acelerações, mudanças de orientação, variações contínuas... (...) Não só existem estranhas viagens numa cidade, também existem viagens no mesmo lugar; (...) Viagem no mesmo lugar, esse é o nome de todas as intensidades, mesmo que elas se desenvolvam também em extensão. Pensar é viajar, e tentamos anteriormente erigir um modelo tecnológico dos espaços lisos e estriados.” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 166).

Tendo dito isso, podemos passar à história que será contada, pois já sabemos dos posicionamentos que forjaram escolhas pelo caminho. Nossa história começa com uma cartografia da noção de sustentabilidade (Capítulo II), compreendida como um importante vetor de constituição do *Movimento* urbano estudado. Ao compreender essa constituição, passamos à cartografia de redes em (co)operação (Capítulo III), através da topologia das redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas, buscando compreender as articulações presentes na vida dos movimentos urbanos. Os pontos discutidos neste capítulo aparecerão como elementos transversais na constituição do texto: fios de uma trama, de um tecido em conjunto.

## REFERÊNCIAS

- Corazza, S. M. (1996). Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: Costa, M. V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação. p. 105-131.
- Deleuze, G., Guattari, F. (2000). Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Neto, A. G., Costa, C. P. (Transl.)., 1. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G., Guattari, F. (1997). Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Pelbart, P.P., Caiafa, J. (Transl.)., 5. São Paulo: Ed. 34.
- Descartes, R. (2008) Discurso do Método. Neves, P. (Transl.). Porto Alegre: LP&M.
- Feyerabend, P. (1991). Diálogo sobre o Método. Lisboa: Editorial Presença.
- Iñiguez, L. (2002). Construcionismo Social. In: Martins, J.B. (Org.). Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social. Curitiba: Fundação Araucária.
- Liotard, J. F. (2004). A Condição Pós-moderna. (8. ed.). Barbosa, R. C. (Transl.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Morin, E. (1998) Amor, poesia, sabedoria. Carvalho, E. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- Morin, E. (2000) Cabeça-bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. (2.ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005). Ciência com Consciência. (9.ed.). Alexandre, M., Dória, M. A. S. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005a). O Método 1 – A natureza da natureza. (2.ed.). Heineberg, I. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005b). O Método 2 – A vida da vida. (3.ed.). Lobo, M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005c). O Método 5: A humanidade da humanidade – a identidade humana. (3.ed.). Silva, J. M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (2009). Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.

Petraglia, I. (2009, september). Edgar Morin: Complexidade, transdisciplinaridade e incerteza. From: E:\Edgar Morin Complexidade, transdisciplinaridade e incerteza.mht,

Rolnik, S. (1989). Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade.

Santos, B. S. (2000). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (2001). Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento.

## CAPÍTULO II – CORES E CONTORNOS DA SUSTENTABILIDADE NA VIDA DE UM MOVIMENTO URBANO

### RESUMO

Considerando as dimensões que o conceito de sustentabilidade tem tomado na produção de modos de vida contemporâneos nas últimas décadas, esta seção se destina a discutir a noção de sustentabilidade, em suas diversas nuances, no contexto de constituição de um movimento urbano. O *Movimento Porto Alegre Vive* nasce em 2002, a partir da mobilização de alguns cidadãos, com a intenção de produzir relações mais participativas nos processos de planejamento urbano. Para melhor compreendermos a relação entre a noção de sustentabilidade e o movimento urbano, fazemos aliança com a cartografia enquanto estratégia metodológica que nos possibilita pensar em termos de articulações em movimento. Neste “texto-rede”, também compomos com a complexidade, em Edgar Morin, através de seus operadores hologramático, recursivo, dialógico e de auto-eco-organização; e da perspectiva da ordem-desordem-organização. Este texto é marcado pelo posicionamento de inclusão do senso comum, compreendendo-o como ponto importante na produção de conhecimento. Assim, a discussão que propomos se desenvolve em quatro eixos. No primeiro, discutimos a questão da sustentabilidade em sua dialógica entre autonomia e ecocentrismo; no segundo, compreendemos a noção de desenvolvimento sustentável como uma possibilidade de cooptação e (re)organização, a partir da desordem instaurada pelo próprio conceito de sustentabilidade. Na terceira, realizamos uma cartografia do *Movimento Porto Alegre Vive* e as cores e contornos assumidos por suas ações e proposições. Por fim, nossa reflexão sobre os poderes que ordenam o planejamento da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** sustentabilidade, movimentos urbanos, complexidade.

### ABSTRACT

Considering the scale that the concept of sustainability has taken in the production of contemporary lifestyles in recent decades, this session aims to discuss the notion of sustainability in its many nuances in the context of an urban movement. The *Porto Alegre Vive Movement* was founded in 2002, from the mobilization of some citizens, with the intention of producing more participatory relationships in the process of city planning. To comprehend the relationship between the concept of sustainability and urban movement, we make an alliance with cartography as a methodological strategy that allows us to think in terms of join and moving. In this net-paper, we also compose with the complexity, from Edgar Morin, through its operators hologramatic, recursive, dialogic and of self-eco-organization; and the perspective of the order-disorder-organization. This text is characterized by the inclusion of common sense, understanding it as an important issue into production of knowledge. Thus, we propose the discussion in four axes. At first, we discussed the issue of sustainability in its dialogic between autonomy and eco-centrism; in the second, we understand the concept of sustainable development as a possibility of cooptation and (re)organization, from the disorder introduced by the concept of sustainability. Third, we conducted a cartography of the *Porto Alegre Vive Movement* and the sustainability into their actions and propositions. Finally, our reflection on the powers ordering the city planning.

**KEY WORDS:** sustainability, urban movements, complexity.

*“Já não é necessário ser naturalista para ver que nossas cidades são monstruosas. Todos começamos a sentir que o que chamamos de ‘progresso’ é, na verdade, uma corrida grotesca que nos torna cada dia mais neuróticos e desequilibrados. Necessitamos de compensações. O jardim pode ser uma destas compensações. Tivéssemos mais jardins públicos e privados, seria mais amena e menos embrutecedora a vida nas cidades.”*

José Lutzenberger (ambientalista, fundador da AGAPAN e Fundação Gaia) - Trecho utilizado em uma manifestação.

### **Um ponto de partida: caindo na rede**

Este capítulo é fruto de uma tessitura, em que a intenção da pesquisadora<sup>13</sup> se mistura com saberes enunciados por cidadãos engajados em movimentos urbanos (conhecimento tomado como ‘vulgar’ pela ciência moderna) e com o conhecimento científico que em um plano imanente se entrelaçam no desenho de um território em movimento: cartografia<sup>14</sup>. A cartografia aparece como estratégia metodológica e atitude diante da pesquisa, promovendo uma ruptura com o modelo que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Sujeito e objeto são compreendidos como co-emergentes no processo de produção de conhecimento.

Aliamo-nos à perspectiva cartográfica principalmente porque ela propõe um deslocamento da noção de rigor científico, que abandona a perspectiva asséptica da neutralidade para se aproximar dos movimentos da vida: “a precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção.” (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009, p.11). Adotamos essa estratégia por permitir a construção do caminho ao andar, tomando como ponto de partida a experiência (plano em que sujeito e objeto, teoria e prática constituem coemergências). A imersão no plano da experiência nos possibilita “conhecer o caminho de constituição

---

<sup>13</sup> No processo de constituição de uma autoria, são muitas as vozes que falam em mim. São cidadãos, autores, poetas, filósofos, ideias que ganham materialidade e tradução através de uma mente-cérebro, como diria Morin (2005c). Isso justifica a utilização do pronome “nós”, conforme já citamos na introdução deste trabalho.

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre cartografia, leia o primeiro capítulo desta dissertação.

de dado objeto”, que “equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho” (Passos & Barros, 2009, p.31).

A vivência junto à Associação *Moinhos Vive*<sup>15</sup> nos conduziu pelos emaranhados de uma rede complexa de *actantes*<sup>16</sup> e nos levou a um encontro com cinco cidadãos, membros do *Movimento Porto Alegre Vive*, considerados referências por seus pares. Compreendemos, em nossas conversas, a multiplicidade que ali estava colocada: um, envolvido desde sempre com uma política no interior da lógica partidária, institucional; outro, técnico apaixonado pelo território da cidade, com o que trabalhou durante toda a vida; um, revolucionário, ativista, articulador, comunicador e adorador das árvores; outra, amante da história que é contada pelos casarios antigos da região que habita, pela arquitetura, pelas calçadas, pela paisagem que registra um passado-presente repleto de sentidos; um, motivado por aspirações religiosas, confiante na nobreza do ser humano e ao mesmo tempo conhecedor dos vis caminhos da desmedida busca pelo poder. Assim os vejo.

Foram cinco encontros, um com cada liderança. Iniciávamos com a leitura do Termo de Consentimento, acompanhado da explicação da pesquisa e então conversávamos sobre os mais variados temas relacionados à participação no *Movimento Porto Alegre Vive*. Por isso optamos por não chamar entrevista, mas encontro ou conversa. Cada conversa foi única, pois não havia um roteiro predeterminado e sim perguntas que emergiram da relação que pudemos estabelecer. As conversas tinham como eixo o objetivo de compreender sua participação nos movimentos urbanos. Os cidadãos eram membros de quatro associações de bairros da cidade de Porto Alegre, todas elas vinculadas ao *Movimento Porto Alegre Vive*.

Depois disso, os encontros foram transcritos e, após algumas leituras, buscamos selecionar os trechos mais potentes, de acordo com as afecções da pesquisadora. A escolha dos fragmentos faz parte de um contexto de participação militante no próprio Movimento, através de reuniões e encontros que foram sendo registrados em Diário de Campo. Assim, neste texto, os trechos selecionados, em composição com os registros dos Diários, passam a dialogar com marcos históricos e teóricos que nos permitem de

---

<sup>15</sup> O contexto desta pesquisa – Associação *Moinhos Vive* e sua relação com o *Movimento Porto Alegre Vive* são mais amplamente abordados na introdução deste trabalho.

<sup>16</sup> Este termo é utilizado por Bruno Latour para designar qualquer pessoa e qualquer coisa; humanos e não-humanos que constituem nodos em uma rede sócio-técnica. (LATOURE, 2000) Esse conceito é abordado no capítulo III desta dissertação.

alguma forma compreender, contextualizar, ampliar ou problematizar cada temática abordada.

A proposta da escrita neste trabalho traduz o posicionamento de não-hierarquização entre saber acadêmico e senso comum, como forma de reintegrar saberes que foram dissociados por uma ciência pautada pelo ideal da racionalidade moderna (Santos, 2001). Assim, o texto compõe com as falas, evidenciando um posicionamento que considera a importância do então chamado senso comum na construção do saber:

[...] A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. (p.55)

Ainda com relação ao posicionamento desta pesquisa, faço aliança com Iñiguez (2002), na compreensão de que, atualmente, vivemos uma situação de conflito: todas as grandes narrativas e as promessas da modernidade caem por terra; a promessa expressa pelo socialismo utópico não se cumpriu e não param de se apresentar os refugos do capitalismo a denunciar o seu limite. Torna-se insuficiente a lógica de ideologias dominantes ou blocos claros e com contornos definidos. Trata-se da emergência de vetores de distintas naturezas - múltiplos, diversos - que se atravessam em nossa constituição híbrida, antagônica e complementar - dialógica.<sup>17</sup> Daí a necessidade de dar visibilidade aos elementos, ao mesmo tempo concorrentes e complementares, existentes nos processos de constituição do sujeito e da sociedade. “E não é fácil conviver com esse conflito. A postura do pós-modernismo, se é que se pode dizer assim, é tentar conviver com ele, solucionando-o por intermédio do diálogo” (Iñiguez, 2002, p.118)

Da convivência e do encontro vivido durante dois anos e meio no seio dessa Associação de Bairro, das reuniões semanais, das conversas com esses sujeitos, dos percursos pela rede de espaços e actantes, dos registros em diário de campo, das leituras, estudos e memórias, nasce uma proposta de organização. Para isso, selecionamos os trechos que consideramos mais potentes propondo, nesta seção, uma

---

<sup>17</sup> Fazemos referência aqui e em outros momentos no texto que segue, ao princípio *dialógico* de Morin (2000), considerado como um de seus operadores cognitivos, que provocam no fazer pensar e dizem respeito à possibilidade de concebermos dois elementos antagônicos como concorrentes e complementares ao mesmo tempo. Esse operador respalda um projeto político e epistemológico ao propor a produção de um outro pensamento, mais integrador, que não se pretende verdade única, mas certeza contextual e provisória, aberta à compreensão das dualidades, ao diálogo e à sua própria desconstrução.

reflexão sobre a questão da sustentabilidade como importante atravessamento na constituição do *Movimento Porto Alegre Vive*<sup>18</sup>.

Não nos interessa capturar a sustentabilidade como conceito, mas cartografar alguns acontecimentos que fizeram parte das condições para sua emergência e compreendê-la como uma noção multifacetada, múltipla, que assume diferentes formas de acordo com o contexto no qual está inserida. Assim, buscamos compreender o contexto dos discursos acerca da sustentabilidade e os contornos que este conceito assume nas ações dessas organizações civis – tomadas como micropolítica. Ao termo micropolítica, neste trabalho, associamos o fenômeno narrado por Jameson (1996) como uma emergência tipicamente pós-moderna, no sentido de que o considera fruto da expansão do capitalismo tardio – o capitalismo em seu terceiro estágio: ‘multinacional’. É definido por “uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classe social” (p.322). O autor lamenta a fragmentação característica da era pós-moderna. Nós, ao contrário, buscamos conceber o que há nela de potência: abandonamos a ideia de emancipação de uma classe operária para a potencialização de relações cidadãs autônomas pela possibilidade de incluir o desejo na política do cotidiano.

A possibilidade de inclusão do desejo na dimensão da política traz o posicionamento que afirma a aceitação da complementaridade do *demens* em nós. Para Morin (1998), somos todos seres *homo sapiens demens*,

[...] ser *homo* implica ser igualmente *demens*: em manifestar uma afetividade extrema, convulsiva, com paixões, cóleras, gritos, mudanças brutais de humor, em carregar consigo uma fonte permanente de delírio, em crer na virtude de sacrifícios sanguinolentos, e dar corpo, existência e poder a mitos, deuses de sua imaginação. (p.7)

É através da vivência de nosso aspecto *demens* que podemos tornar a vida mais poética e menos prosaica. O estado de poesia “advém da participação, do fervor, da admiração, da comunhão, da embriaguez, da exaltação e, obviamente, do amor, que contém em si todas as expressões desse estado segundo” (Morin, 1998, p.9). Félix Guattari foi outro filósofo a mencionar a política do desejo. Em sua obra “As três

---

<sup>18</sup> É importante enfatizar que, quando falo do *Movimento Porto Alegre Vive* e da rede que percorri, estou me remetendo às Associações de bairro que o compõem (das quais fazem parte as lideranças entrevistadas), mas também ao Fórum de Entidades, espaço que agrega essas associações e outras entidades como ONGs ambientalistas, sindicatos, associações profissionais etc.

ecologias”, denuncia a crise ecológica vivida em dimensão planetária e sugere que a única forma de superá-la seria uma revolução política, social e cultural, alterando relações de forças nos domínios do macro e do micro – sensibilidade, inteligência e desejo. (Guattari, 2007, p.9)

O autor apontou o surgimento de formas de organização plurais, múltiplas, distribuídas, frutos de uma sociedade extremamente complexa (tecida em muitos fios), que nos remete à diversidade de territórios existenciais.

[...] Essa situação é ainda mais paradoxal quando vemos que estão chegando ao fim os tempos em que o mundo encontrava-se sob a égide do antagonismo Leste-Oeste, projeção amplamente imaginária da oposição classe operária/burguesia no seio dos países capitalistas. Será que isso quer dizer que as novas problemáticas multipolares das três ecologias virão pura e simplesmente substituir as antigas lutas de classe e seus mitos de referência? Certamente tal substituição não será tão mecânica assim! Entretanto parece provável que essas problemáticas, que correspondem a uma complexificação extrema dos contextos sociais, econômicos e internacionais, tenderão a se deslocar cada vez mais para o primeiro plano (império de um mercado mundial). (Op. Cit., p.11)

Propomos uma reflexão acerca da micropolítica como alternativa a pensar o sujeito através de um único vetor – classe social - como possibilidade de superação dessa lógica e, ao mesmo tempo, coexistência. Adicionam-se vetores no campo de força social. Enquanto a luta classista ainda faz sentido em alguns contextos, novas formas ganham contorno em outros, multiplicando os modos de compreender e estar no mundo. Como exemplo disso, vemos a temática da sustentabilidade, que se tem feito bastante presente em nosso cotidiano. Nas últimas décadas tornou-se um importante vetor de constituição da vida contemporânea, na medida em que altera os modos como vivemos, agimos e compreendemos a vida. Assim, o adjetivo ‘sustentável’ acaba por se inserir no mundo das instituições, nas dimensões arquitetônicas, leis e regulamentos, saberes científicos, se estendendo a questões filosóficas, à ética e à moral.

Bombardeios de informação são realizados diariamente pela mídia. Somos incitados a fazer escolhas a partir do momento em que nos pensamos como seres ‘sustentáveis’: separar o lixo, utilizar papel reciclado, apagar a luz, poupar a água, utilizar transporte coletivo, pensar na arquitetura da própria casa (coletor de água da chuva, painéis de energia solar, teto verde, paredes de tijolo cru...), contribuir ou não com a utilização de combustíveis fósseis; utilizar ou não o ar condicionado, fumar ou não fumar, utilizar ou não as sacolas plásticas de supermercado, reduzir consumo e

tantas outras coisas. A ideia de sustentabilidade emerge como um acontecimento complexo, tornando-se campo profícuo para uma reflexão transdisciplinar, que toma aos poucos diversos campos, tais como a ecologia, biologia, arquitetura, economia, educação, direito, serviço social, passando também a uma dimensão política que se faz presente na gestão da cidade.

O desafio imposto às ciências sociais, pelo contexto de abertura do novo século, consiste, justamente, em desenvolver conceitos e teorias que sirvam como instrumentos para compreender e intervir sobre processos da vida cotidiana. Refletir sobre as condições de sustentabilidade social, econômica e natural no século XXI requer buscar novas formas de pensar, capazes de identificar as alternativas para a construção de relações solidárias entre seres humanos e de maior harmonia entre eles e seu meio ambiente (Baumgarten, 2002). Aqui, tomaremos a perspectiva da harmonia menos como estabilidade e mais como possibilidade de uma “política da dialógica”, capaz de legitimar a convivência com o seu antagônico, de forma complexa.

Assim, a necessidade de abordar o tema da sustentabilidade, inscrita nos movimentos urbanos, decorre da percepção desta esfera como possibilidade de articulação das dimensões da natureza, da técnica e da cultura. Cria-se uma oportunidade para compreender a apropriação da natureza por meio de um processo articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação social – *Movimento Porto Alegre Vive* - apoiado numa proposta que privilegia o diálogo.

Para auxiliar o traçado desses contornos, incluímos a provocação que Edgar Morin nos coloca como fundamental para lançarmos ao mundo um olhar complexo. Trata-se do desafio de buscarmos uma “binocularidade mental”, no esforço de pensar as noções de ordem e desordem como concorrentes e complementares em seu antagonismo. (Morin, 2005). Ao inserir este nodo na teia da escrita, assumimos um posicionamento no modo de conceber a própria “ordem” no mundo (ao escrever/pensar propomos uma ordem que passa a constituir o mundo). Propomos, neste texto, uma organização que cria nuances singulares - que falam da nossa relação com este objeto, que se constitui ao mesmo tempo em que nos constituímos, recursivamente<sup>19</sup>.

Para melhor compreendermos essa dinâmica, faz-se mister localizar os termos ordem e desordem, integrados pela organização. Em Morin (2005) o conceito de

---

<sup>19</sup> Morin (2000) traz o princípio da *recursão*, que relativiza a relação linear entre causa e efeito, propondo uma circularidade nessa relação, ou seja, o efeito produz causa, que produz seu efeito e assim sucessivamente.

organização supera a perspectiva de uma lei rígida e imutável. Sem ignorá-la, amplia-se a ideia de estrutura. Nesse processo, a ordem está associada às noções de “estabilidade, constância, regularidade, repetição; há a ideia de estrutura” (p.197). Ao propor um diálogo possível entre ordem e desordem, a organização é um conceito que passa a integrar certa multiplicidade e, ao mesmo tempo, singularidade, desconstruindo o projeto que legitimava somente uma ciência do geral.

Para o autor, a desordem se constitui pelo acaso, pelas irregularidades e instabilidades, pelos desvios, pelas aleatoriedades, pelos acontecimentos, acidentes, ruídos, erros - na dimensão objetiva - e pela incerteza ou imprevisibilidade - na dimensão subjetiva (Morin, 2005). A desordem, de maneira dialógica, se opõe à ordem e, ao mesmo tempo, coopera com ela para gerar organização. A organização, no sentido que trazemos aqui é um “todo” maior (por constituir-se emergência) e menor (por constituir-se coação) do que a soma de suas partes.

Assim, podemos pensar que a ordem criada pelos espaços institucionais, pelas leis, fluxogramas, procedimentos enrijecidos, burocracia etc. é constantemente tensionada pela micropolítica - desordem que se apresenta na potência do desviante – força transformadora. Em relações que, ainda hoje, apresentam padrões de centralidade bem estabelecidos, o núcleo (ordem-estrutura) é formado pela hegemonia, enquanto as resistências vêm da periferia, em um jogo de forças que opera, ora de forma mais centralizada, ora de forma distribuída, como veremos mais adiante.

No entanto, Morin (2005) faz pensar que um universo de ordem somente, seria um universo determinista, sem espaço para o *devir*, a inovação, a criação, ao passo que, em sendo somente desordem nada se conservaria, não haveria evolução<sup>20</sup>. Compreendendo a dimensão dialógica entre ordem e desordem na composição dinâmica da organização, podemos propor o *Movimento Porto Alegre Vive* como uma organização a partir dessa dialógica, como uma organização complexa integrada por múltiplos elementos, como a questão da sustentabilidade em suas nuances, como veremos neste capítulo.

---

<sup>20</sup> Para Morin, a noção de evolução não é algo linear, que avança frontalmente, mas algo que parte de um desvio que consegue impor-se, tornando-se tendência. O autor não raro utiliza a imagem da espiral para explicá-la. “A evolução não pode mais ser uma ideia simples: progresso em ascensão. Ela deve ser ao mesmo tempo degradação e construção, dispersão e concentração” (Morin, 2005a, p. 65)

## Sustentabilidade, autonomia e ecocentrismo: um olhar dialógico

Todo o conhecimento é uma construção contextual, localizada em um tempo-espaço. Nosso ponto de partida é a experiência vivida na *Associação Moinhos Vive*, como parte do *Movimento Porto Alegre Vive*<sup>21</sup>... esse ponto vai se conectando a uma rede que o localiza, contextualiza, explicita dialógicas presentes, estende a problemática, ou ainda, acaba por produzir outros sentidos às suas práticas. Assim, é relevante pensar na questão da sustentabilidade como importante atravessamento na constituição desse movimento social. Buscamos compreender como este saber foi sendo construído, conectando pontos de uma rede que articula elementos globais que se fazem presentes nas ações locais.

A *Associação Moinhos Vive* é uma das instituições fundadoras do *Movimento Porto Alegre Vive* e constituiu-se nodo de entrada na rede. Em seu estatuto, explicita o propósito de sua existência: *defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável*, aliado à *defesa dos interesses paisagísticos e morais da comunidade que reside no Bairro Moinhos de Vento*<sup>22</sup>. A partir do engajamento em suas ações, a preocupação da população com o “desenvolvimento sustentável” no cenário urbano se torna bastante explícita, ao mesmo tempo em que o uso desta expressão se torna banalizada e desgastada em diversos cenários.

Em termos de registros documentais, a noção de *desenvolvimento sustentável* aparece, pela primeira vez, com o relatório Brundtland, datado de 1987, a partir do qual essa expressão é conceituada e divulgada. Esse relatório foi redigido na Noruega, por solicitação da ONU, e a comissão de redação foi presidida pela ex-primeira ministra Gro Harlem Brundtland (Almeida, 2007). Entretanto, esse documento é uma decorrência de movimentos que vinham acontecendo desde a Segunda Guerra Mundial.

É a partir da Segunda Guerra, com o advento das bombas nucleares, os episódios como Hiroshima e Nagasaki, em maio de 1945, que aflora a consciência de um destino planetário comum, pela percepção da ameaça do fim coletivo emergente. Morin e Kern (1995) relacionam a percepção de um destino comum com o esboço de uma consciência

---

<sup>21</sup> Como dito, o *Movimento Porto Alegre Vive* surge em 2002, pela união de diversas Associações que apresentavam uma convergência de interesses com relação à preservação cultural e ambiental da cidade. No ano de 2008, o Movimento migra para o Fórum de Entidades, marca sob a qual as Associações passam a se reconhecer.

<sup>22</sup> O Estatuto da Associação foi posteriormente modificado para o modelo de diretoria colegiada. Mas ainda está sofrendo alterações nesse sentido de forma a não ter sido levado à Assembléia até o presente momento.

planetária, apontando um contexto marcado pela ameaça nuclear global, pelo surgimento de uma consciência ecológica planetária, pelos processos de mundialização civilizacional e cultural, entre outros. Ao elencar esses elementos, os autores lançam o olhar para o modo como a unidade da espécie humana, em seu substrato bio-antropológico, torna-se possível por meio de um “tecido comunicacional, civilizacional, cultural, econômico, tecnológico, intelectual, ideológico” (p.42). Assim, humanidade e planeta se revelam em sua unidade física, biosférica e histórica.

Como espaço de articulação entre essas esferas, o *Movimento Porto Alegre Vive* se constitui um território de potencialização das autonomias<sup>23</sup> individuais e, ao mesmo tempo, de ações cooperativas. Essas relações estão presentes na reivindicação de espaços de participação e deliberação no planejamento da cidade, no sentido de que este possa incluir noções como sustentabilidade e preservação ambiental e cultural. Carvalho (2006) situa o contexto em que a inserção da dimensão da natureza ou meio ambiente na política pode ser vista como uma forma de ampliação do espaço público, no momento em que a reflexão sobre essa temática toma lugar importante na discussão política efetuada pela sociedade. Segundo a autora, os movimentos sociais acabam por produzir uma politização da natureza, ou biologização da política, ao tornarem as lutas ecológicas territórios de emancipação. Essa pode ser considerada uma tendência que marcou movimentos sociais nas décadas de 60 e 70, mas, principalmente a partir da década de 90.

Quanto às questões de emancipação e autonomia, se por um lado os movimentos aparecem como efeito de uma tomada de consciência da população, “*de um Movimento que surgiu da conscientização das pessoas*”; por outro, as ações aparecem associadas à necessidade de conscientização das pessoas: “*tem que dizer sempre a mesma coisa para incutir as pessoas a compreender a coisa, como é que está acontecendo*”, em uma tendência à “orientação” do outro, que parece se pautar na concepção de sujeito-indivíduo autônomo-racional.

---

<sup>23</sup> Aqui nos referimos à noção de autonomia presente em Morin (2005b), relacionada à capacidade de auto-organização dos indivíduos-sujeitos enquanto sistemas complexos, fazendo parte de uma sociedade como sistema igualmente complexo e capaz de auto-organização. O conceito de Morin une dialogicamente a autonomia à dependência, uma vez que os seres só podem manter sua individualidade na e pela dependência do seu ambiente (auto-eco-organização).

A perspectiva da autonomia da razão<sup>24</sup> ainda é encontrada em movimentos como a Educação Ambiental. Carvalho (2001) realiza uma crítica a esse posicionamento, no sentido de apresentar uma visão restrita dos processos de constituição do sujeito. Ainda se trabalha dentro de uma perspectiva que reduz os indivíduos à sua dimensão racional, ao ego, ignorando a sua complexidade. “Entre a intenção e o gesto há um universo de sentidos contraditórios que a relação causal razão-comportamento está longe de comportar” (Carvalho, 2001, p.48).

Dialogicamente, se por um lado a sustentabilidade será compreendida como um disparador para refletir sobre a responsabilidade dos seres humanos com a vida no Planeta, que nos faz ocupar espaços de luta, potencializando a dimensão política no cotidiano; por outro, as linhas de pensamento ligadas à ecosofia, à ecologia profunda, inauguram uma crise ontológica, abrem as brechas para desordem em um mundo antropocêntrico – o homem é arrancado do centro do mundo. A partir disso, reafirma-se a crítica ao racionalismo, o que também provoca a necessidade de rever noções de ator determinante de sua ação e de livre arbítrio, por exemplo. Iñiguez (2002), ao pontuar críticas com relação à modernidade, cita a ‘centralidade do sujeito’, de sua consciência, como um sujeito autônomo, dono de si mesmo, que é responsável e agente da própria situação.

A centralidade do sujeito cede lugar a noções que apresentam um deslocamento da consciência para uma instância “superior” ao indivíduo, uma emergência, sabedoria auto-reguladora anterior à espécie, associadas às noções de sinergia e/ou sincronidade, tão utilizadas pelo *Movimento New Age*<sup>25</sup>. Trata-se do reconhecimento de “uma dimensão psíquica na natureza, (...) da qual a mente humana é apenas uma parte, uma mente imanente ao sistema social global e à ecologia planetária que alguns chamam Deus” (Santos, 2001).

Margulys (2002) faz referência à Segunda Conferência Gaia – “Gaia em Oxford” – em 1996, que teve como pauta a discussão: seria a vida terrestre um superorganismo? Cientistas e ativistas se reuniram para refletir sobre essa temática e,

---

<sup>24</sup> Fazemos aqui uma referência à perspectiva da autonomia em Kant, pautada estritamente pela razão. Se fôssemos aproximá-lo da reflexão proposta por Morin, diríamos que Kant, ao definir o seu conceito de autonomia, consideraria o *homo* em sua dimensão *sapiens*, mas não o seu aspecto *demens*.

<sup>25</sup> O *Movimento New Age* foi um movimento contracultural, surgido na década de 60, como uma rejeição aos principais aspectos da modernidade. Teve influência direta do movimento *hippie*. Promove valores como a paz, a fraternidade e o amor. A temática ecológica também embalou esse movimento, dando respaldo a uma crítica ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Apresentou-se como um movimento de retorno ao religioso, agora com mais liberdade e sem dogmas, com tendências ao ecletismo (LACROIX, 1996).

das discussões, surgiu a necessidade de criação da Sociedade Geofisiológica na Universidade do Leste de Londres. O termo geofisiologia é utilizado para visibilizar a importância de íntima integração entre geologia e biologia nos estudos sobre a vida na superfície terrestre. Uma das principais figuras da conferência foi James Lovelock, criador da hipótese Gaia.

Margulys (2002) afirma que a arrogância da busca em curar nosso planeta enfermo reflete nossa tendência ao auto-engano - necessitamos nos proteger de nós mesmos. A teoria de Lovelock não propôs Gaia como um organismo, mas como um sistema que “recicla a matéria em nível global (...), emerge a partir de dez milhões ou mais de espécies viventes conectadas que formam seu corpo incessantemente ativo” (p. 140). Assim, questiona a hipótese de que a Terra esteja sob ameaça humana, argumentando que nosso planeta já sobreviveu pelo menos três mil milhões de anos sem a nossa espécie – nós não somos a espécie eleita, não somos o centro da vida!

Esse pensamento nos coloca na direção de uma nova ordem, (re)organização: um mundo sem centro (não mais antropocêntrico), capaz de auto-organização. Nesse contexto, o conceito de ecosfera opera a impossibilidade de separação entre a humanidade e a natureza (Naess, 1989). Nenhuma espécie assume este papel de centralidade: eis a vida sem centro – “a biodiversidade é uma exigência absoluta para a sobrevivência de Gaia” (Margulys, 2002, p.146).

A única maneira através da qual o ser humano exerce dominação, aponta, é por meio de sua expansão, ou seja, de um crescimento demográfico sem limites. Um fragmento de conversa toca nesse aspecto, apontando o problema do crescimento populacional desmedido e da usurpação da natureza. Toca também na questão da sabedoria preexistente à condição humana. No entanto, marca a centralidade do homem em um processo de corrosão dos recursos naturais e mostra a ambivalência entre o convívio equilibrado com a natureza e a lógica do consumo: *“Então enquanto nós vivemos assim, o processo vai se adiantando, e a Terra vai perdendo, ela não tem reposição, porque tudo o que acontece se repõe para restabelecer o equilíbrio natural das coisas, isso é fundamental: o equilíbrio, não fomos nós que inventamos isso. Tanto é que todas as formas de vida que existem fora o homem, exatamente eles procuram este processo, né, que é restabelecer sempre o equilíbrio com os predadores naturais. Agora o homem é um predador artificial, porque ele tira e não repõe e prejudica as outras espécies tudo o que ele faz, mas transforma em grandes... em grandes palácios*

*de consumo. Isso é o homem.*” Os discursos acerca da sustentabilidade aparecem como elemento de desordem com relação às proposições da sociedade de consumo. Convivem as antagônicas noções de desenvolvimento, progresso e consumo (lineares); e de modos de vida sustentáveis (complexos e indefinidos).

Para dar conta deste conflito entre o desgaste do meio ambiente e a perspectiva das produções incitadas pelo capitalismo, Guattari (2007) chama a atenção para a necessidade de um entrelaçamento entre os registros ecológicos – meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana – para compreender os modos de vida no planeta diante dos avanços técnico-científicos e do considerável crescimento demográfico.

Assim, ao mesmo tempo em que a emergência da questão da sustentabilidade nos possibilita pensar nos processos potencializadores de autonomia em espaços de micropolítica, capazes de realizar o entrelaçamento entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade; também ela nos faz pensar nos processos de auto-organização da vida na Terra, que prescindem da ação humana – perspectiva ecocêntrica, que tira o homem do centro do universo. Considerando a dialógica presente, sigo fazendo referência aos processos humanos de produção da sustentabilidade, propondo-a como a desordem insurgida dos refugos do projeto moderno de “ordem e progresso”.

### **“Sustentável”: a brecha da desordem na lógica de ‘ordem e progresso’**

A busca de preservação da natureza, que se constitui um refugio desordeiro com relação à era industrial, da progressiva tecnicização, passa a ser a causa dos movimentos ambientalistas. As lutas ambientais surgem nos arredores da década de 60, como efeito de uma crise alicerçada na fragmentação dos saberes, na destruição do meio ambiente e nas tendências de economização da vida, centrada na tecnologia e lógica de livre mercado (Leff, 2000). Assim, desde o período pós-guerra a sociedade vinha fortemente atravessada pelo projeto hegemônico de desenvolvimento a qualquer custo, mesmo que implicando a degradação do meio ambiente.

Como importante conquista dessas lutas temos a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. Iniciavam as discussões acerca daquilo que se tornou residual do modo de vida

inaugurado pela revolução industrial. (Morin & Kern, 1995). Os representantes das principais potências mundiais, então, iniciaram uma reflexão sobre a necessidade de preservação e promoção do meio ambiente, incluindo tratamento dos resíduos gerados pela produção em diversas escalas. Nessa ocasião, o desenvolvimento é visto como um benefício e direito de todos os povos (Declaração de Estocolmo<sup>26</sup>). Mais tarde, o próprio conceito de desenvolvimento pôde ser repensado.

A publicação do Relatório Meadows – ‘Limites do crescimento’, no mesmo ano, denunciou a inviabilidade da expansão industrial ilimitada. Defendia como meta o “crescimento zero”. Nessa época o Brasil experimentava um acelerado desenvolvimento econômico e uma desenfreada urbanização; por isso, insurgiu contra a proposta de crescimento zero, justificando o direito dos países considerados subdesenvolvidos à experimentação dos mesmos níveis alcançados pelas grandes potências. Foi apoiado por outros países, então considerados terceiro mundo (Silva, 2009). Morin e Kern (1995) contam sobre o surgimento dessa noção, como efeito do processo de descolonização dos anos 50-60, em que cerca de dois terços da população planetária, até então refugados nos baixios da história, entraram no mundo. A partir daí, os problemas do chamado terceiro mundo passaram a ser tomados, cada vez mais, como problemas do próprio mundo.

No âmbito global, a necessidade de rever o ideal de progresso e desenvolvimento levantada pelos ambientalistas na Conferência sobre o Meio Ambiente em 72 só foi reconhecida pelas nações vinte anos depois, em 1992, quando o conceito de sustentabilidade passou, oficialmente, a adquirir uma definição mais ampla que incluía não só o meio ambiente, mas questões econômicas e sócio-culturais (Leff, 2000). A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) reafirma a perspectiva do “desenvolvimento sustentável”, buscando propor uma integração entre a lógica do desenvolvimento e a necessidade de um olhar atento para as questões ambientais e sociais de maneira mais radical. O Brasil teve importante papel na construção dessa história, no momento em que foi sede dessa Conferência. Nessa ocasião, formalizou-se a construção da Agenda 21, um diagnóstico

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.cnrh-srh.gov.br/camaras/GRHT/itemizacao/estoc.htm>

com proposições em termos de desenvolvimento sustentável do planeta, acordo firmado entre 179 países participantes do evento (Pompéia, Muhringer, [S/D]).

A *Agenda 21* é um marco na discussão sobre desenvolvimento sustentável, trata-se de um consenso político formal sobre o que deve constar nos programas de planejamento das Nações, como devemos proceder no novo século (Bursztyn, 2001; Jacobi, 2003). Põe em pauta a relação entre a ciência, as condicionantes éticas de sua produção e a conciliação de melhores condições materiais de subsistência sustentável.

Como um holograma<sup>27</sup>, a Universidade passa pelo desafio da sustentabilidade que entra em confronto com um modo operante surgido e desenvolvido em conformidade com os paradigmas que marcaram a era industrial: produtivismo, hegemonia da ciência sobre a natureza, positivismo, especialização e disciplinaridade (Bursztyn, 2001). A aproximação do âmbito acadêmico em relação ao tema não é tão recente como a consagração do conceito, que é da segunda metade da década de 80. A proposta de dialogar com essa questão, atentando ao pensamento complexo trazido por Morin (2001) é refletir sobre outros modos possíveis de compreender a sustentabilidade, através da ideia de transdisciplinaridade, bem como um novo modo de produzir conhecimento. Assim, no contexto de produção do conhecimento também vivemos os antagonismos complementares de uma lógica ordeira, a ciência moderna, com vistas ao desenvolvimento e, de outro lado, sua desordem clamando por integração e transdisciplinaridade, na busca de re-ligar os conhecimentos.

Como vimos, a noção de sustentabilidade vai se constituindo a partir de um processo heterogêneo e contraditório de formação da sociedade global. Esse processo é marcado pelo sistema desigual de trocas que permeia a sociedade e gera exclusão social. Faz-se necessário um projeto de reintegração, a fim de religar processos e práticas, inserindo-os na proposta da dialógica, a partir da qual é possível assumir a convivência e complementariedade dos antagônicos, colocados em diálogo para produzir uma integração perdida na era da hiperespecialização. Esses elementos sinalizam para a urgência em desenvolver estratégias sócio-político-ambientais sustentáveis e em incorporar preceitos éticos ao desenvolvimento econômico e técnico-científico (Baumgarten, 2002).

---

<sup>27</sup> Um dos três operadores da complexidade aqui utilizados é o holograma. O *Princípio hologrâmico, ou hologramático* postula que, assim como o todo contém a parte, a parte contém em si o todo: “a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual; a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas” (MORIN, 2000, p.94).

Em termos de legislação, a discussão sobre meio ambiente ganha corpo em 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente. A questão da sustentabilidade também aparece articulada ao movimento constituinte, em 1988, que supôs a promulgação de uma constituição com a garantia de meio ambiente saudável, controle social, centralização nos municípios e integralidade. Assim, colocou-se em pauta a necessidade de práticas apoiadas em uma ética voltada para a cidadania, para a afirmação da diferença e de produção de relações igualitárias. Essas práticas potencializavam a transformação de um indivíduo em sujeito-coletivo, capaz de presentificar em seu entorno a valorização da vida em relações sustentáveis.

A noção de sustentabilidade vem contrapor a lógica do desenvolvimento, é a sua desordem. Vem denunciar os refugos da sociedade de consumo, seu caráter insustentável. Rapidamente, como estratégia de sobrevivência, é incorporada por ela, ao ser colocada ao seu lado, com o termo “desenvolvimento sustentável”. Essa junção pode ser tomada como cooptação por parte da lógica desenvolvimentista e, antagonicamente, como uma possibilidade de (re)organização deste própria lógica.

A noção de desenvolvimento sustentável é inserida no mercado, através de instrumentos tais quais a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) - por um lado, como alavanca na tentativa de reconstrução do tecido social e ambiental, por outro, como cooptação de um conceito desordeiro e desviante, que garantiria a sobrevivência da sociedade de consumo (ordem, núcleo), a despeito das contundentes críticas apresentadas pelos movimentos ambientalistas ao levantarem a bandeira da sustentabilidade (desordem, periferia). O núcleo resiste às investidas da periferia. No entanto, essa tensão, principalmente a partir da década de 90, provoca uma mudança no olhar diante do crescimento econômico – mais qualitativo e menos quantitativo. Insere-se, aqui, de forma mais incisiva, a preocupação com a adoção de um comportamento ético por parte das empresas, principalmente com relação à qualidade de vida do seu entorno. No entanto, todos esses mecanismos ainda se mantêm sob a égide de valores como o bem-estar e o progresso social sem repensá-los (Almeida, 2007).

É possível cartografar, nas andanças pelo *Movimento Porto Alegre Vive*, um afeto de resistência à lógica do desenvolvimento a qualquer custo, estimulado por inúmeros acontecimentos em nível global. Por outro lado, há, ao mesmo tempo, um desejo de permanência do poder, que se quer alcançar com essa mesma lógica. Grudar nesta máscara “sustentável” pode conferir poder, em nível macropolítico, justamente

porque o discurso da sustentabilidade foi sendo apropriado pela sociedade do consumo, o produto ecológico deve ser consumível... Assim, a potência de desterritorialização das práticas engendradas pela sociedade de consumo, acaba por colar nessa lógica sustentável, que a faz sobreviver. É a máscara nova que mantém o território, mantém os agenciamentos do desejo de consumo...

Em Porto Alegre, nas discussões do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)<sup>28</sup>, é notável a defesa do desenvolvimento econômico (quantitativo) e do progresso da cidade, por meio da inserção do argumento “técnico”<sup>29</sup>. A técnica vem junto à representação da ordem, fortemente calcada na noção de progresso. Cria-se uma tensão entre a política de crescimento/desenvolvimento urbano e a necessidade de pensar a sustentabilidade – vista como desordem. Partindo desse ponto de vista (da ordem e progresso), o *Movimento* passa a ser visto como reacionário, anti-desenvolvimentista, contrário ao progresso: “*Então é uma luta incrível, a gente fica sendo... nos chamam de poetas... que não vivem a realidade, que são contrários do desenvolvimento econômico, né, quando o desenvolvimento econômico é a minha pior preocupação, porque eles... nesse desenvolvimento muita gente perde e eles ganham. E hoje eles não fazem mais puramente pelo lucro, mas querem também fazer usura, quer dizer, quer mais daquilo que já dão para eles, eles ainda querem mais...*” Os militantes são vistos como sonhadores: “*Então eu sei que eu estava começando a brigar, de novo, forte com eles, denunciando e tudo... e o pessoal impáfido, nem liga mais... eu sou assim um Dom Quixote*<sup>30</sup> *para eles.*” A imagem de Dom Quixote nos remete ao aspecto

---

<sup>28</sup> O I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre data de 1979. Atuou regulamentando o uso do solo urbano, descentralização do comércio e estrutura viária (mobilidade urbana). Foi construído a partir de uma visão predominantemente técnica e pouco participativa. Somente em 1993, ano de realização do I Congresso da Cidade, é que se incluiu como diretriz a participação cidadã e, junto dela, os aspectos ambientais, na busca de incorporar o ideal de desenvolvimento sustentável na gestão da cidade (PDDUA, 1999).

<sup>29</sup> Nas discussões do Projeto de Lei 470/02, que versava sobre construções na área da Orla do Guaíba, os representantes da lógica progressista faziam referência a Dubai – cidade ícone do processo de verticalização, com prédios que chegaram a atingir 500 metros de altura. Daí uma frase de que se tornou emblemática: “Quem gosta de Dubai, que vá para Dubai”, de um vereador vinculado ao movimento ambientalista. Ironicamente, cerca de um ano depois, Dubai entra em colapso por liberação desmedida de crédito no setor imobiliário. O problema se aproxima da Crise ocorrida nos EUA, pelo mesmo motivo: liberação de crédito para a produção de crescimento de forma insustentável - <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/11/27/materia.2009-11-27.8449484734/view>.

<sup>30</sup> Uma referência ao engenheiro fidalgo, mítico personagem de Miguel Cervantes (Saavedra, 1794), marcado pela falta de juízo, tomado pela fantasia e sonho-delírio. Tornou-se cavaleiro para servir à sua República, utilizando as armas de seus ancestrais. Dom Quixote de La Mancha assim resolve chamar-se, carregando em seu nome o desejo de honrar sua família e o local de seu nascimento.

*demens*<sup>31</sup>, capaz de dar voz a um desejo de preservação e resistência, que em nada corrobora o excesso de racionalidade contemporâneo, a lógica da ordem e do progresso: “Um dia eu olhei no jornal um artigo do P. F. chamando o pessoal que não queria a obra aqui do lado de maluco e sei lá o que... e de gente sem cérebro, sei lá como foi o termo que ele usou.”

Compreendemos a dimensão *demens* do humano como potência transformadora. Nela mora a desordem. Isso se torna claro ao levarmos em conta o esgotamento de um modo de vida pautado pela racionalidade (vida de prosa), sendo tensionado pelo seu refugio: a luta, a participação, a paixão, o desejo (vida de poesia), aspectos esses que constituem os espaços de micropolítica.

Nesses espaços, constrói-se uma crítica ao ideal desenvolvimentista e à lógica do consumo, que cria progressiva valorização da criação humana, distanciando-se da natureza, da observação de seus processos. “Um parque de diversões que é um Shopping hoje em dia, né, vale tudo mais o que tem lá dentro do que tu olhares um parque natural com árvores e tudo, né. Porque nesse parque artificial, há coisas novas, criadas que as pessoas estão sempre procurando. Mas se ele vai num parque natural, quando nascem flores e tudo ali, poucas pessoas se dão conta que aquilo ali, embora sejam plantas antigas, mas é sempre bonito, é sempre elegante, ver que a... nenhuma produção do homem atinge aquilo ali. Aquilo está acima do que o homem faz. E a ação dos ingredientes naturais ali que são os insetos e aquele ecossistema formado ali...” Enfatiza-se o paradoxo entre o desenvolvimento, a tecnologia, o crescimento econômico, a produção humana e a nossa dimensão biológica inscrita na possibilidade de contarmos com os ciclos naturais dos quais também fazemos parte.

Galeano (2007) constrói sua crítica à civilização industrial e sociedade de consumo, que acabou por intoxicar o planeta:

[...] Os sonhos e os pesadelos são feitos dos mesmos materiais, mas este pesadelo diz ser nosso único sonho prometido: um modelo de desenvolvimento que deprecia a vida e adora as coisas (Galeano, 2007 p.120)

A sociedade de consumo é um dos pilares do desenvolvimento, noção que surge no final da década de 40, criando também o seu antagônico – a noção de subdesenvolvimento. Foi um fenômeno ocidental que construiu suas bases com o

---

<sup>31</sup> Morin (2005c) busca a integração dos aspectos *sapiens* (faber, economicus) e *demens*, que dizem respeito à dimensão delirante, louca, lúdica, mítica, imaginária, presente no humano.

domínio de riquezas materiais, tomado como verdadeiro sentido da vida (Silva, 2009, p.78).

A noção de “sustentável” nasce como desordem de um modelo pautado na promessa de progresso e desenvolvimento a qualquer custo. Instaure-se o conflito entre a hegemonia da técnica e do desenvolvimento científico, de um lado, e a necessidade de preservação, de outro. No entanto, em uma tentativa de sobrevivência, o desenvolvimento incorpora a sustentabilidade, com o surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável”. A desordem foi incorporada pelo núcleo, promovendo uma (re)organização.

A lógica da sociedade de consumo constitui o indivíduo pós-moderno, a partir de suas leis, indivíduo que consome soluções, torna-se cidadão-cliente que julga que o que lhe cabe no cenário da cidade é o pagamento de impostos e, conseqüentemente, a espera de soluções prontas e instantâneas para os seus problemas. Por outro lado, a possibilidade de pensar em relações sustentáveis, repensar a vida em solo urbano, produz outras ações. O *Movimento Porto Alegre Vive*, nesse sentido, constitui-se na contra-hegemonia, propondo formas de participação cidadã, que desacomodam a ordem estabelecida pela economia e pela técnica.

### **Cores e contornos da sustentabilidade no *Movimento Porto Alegre Vive*: meio ambiente, história e cultura**

Na mesma linha da proposta feita pelo Relatório que denunciava os limites do crescimento aconteceu, ainda em 1972, em Paris, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural<sup>32</sup>. Esse evento igualmente se apresenta como oposição à lógica do desenvolvimento desmedido em nome do progresso, afirmando a preservação de monumentos e sítios de valor histórico e cultural em âmbito mundial e nacional. A convenção apontou a valorização da criação humana, tradições culturais, arquitetura como inscrição histórica e expressão de valores humanos, da arte, da estética e da ciência. No âmbito natural, registros da história da Terra, dos processos geológicos, ecológicos e biológicos significativos para a evolução dos ecossistemas, conservação da

---

<sup>32</sup><http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/convencao-protacao-patrimonio-mundial>

diversidade biológica, ressaltando o aspecto técnico em seu reconhecimento (ICOMOS, 2009).

A declaração oriunda dessa Convenção foi incorporada à legislação brasileira cinco anos depois, com o decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977<sup>33</sup>. A Unesco<sup>34</sup> define que a identificação e a inscrição do patrimônio compete aos Estados-membros. Entretanto, na prática, o comprometimento com essa tarefa é assumido por pessoas, organizações não-governamentais (ONGs) e outros grupos que identificam possíveis perigos para a preservação desses sítios. (ICOMOS, 2009).

Como um holograma dessa discussão em nível global, o *Movimento Porto Alegre Vive*, surgido em Porto Alegre em 2002, volta-se, principalmente, à luta pela participação da população no planejamento urbano e na preservação do patrimônio ambiental e cultural da cidade. Essa preocupação aparece em uma das falas: “*O importante mesmo é o meio ambiente e o urbanismo, ligado também ao processo do meio ambiente, o resto é tudo é consequência*”, que nos diz sobre a necessidade de pensarmos as relações estabelecidas em um território de maneira mais integrada, lançando o olhar para a possibilidade de tomar como complementares a necessidade de desenvolvimento urbano e, ao mesmo tempo, de sustentabilidade através da preservação ambiental. As vantagens do processo de urbanização são, em algum nível, reconhecidas, como o aumento de segurança, por exemplo. Sobre o aspecto da complementaridade entre urbanismo e meio ambiente, Moraes (1994) cita a relação de equilíbrio entre urbanização e preservação – para urbanizar é preciso preservar. No momento em que a preservação ambiental não é considerada juntamente com a instalação do aparato da cidade,

[...] tem-se como arquétipo a “cidade fantasma”, onde o atrativo de um recurso natural valioso estimulou a ocupação daquele lugar, porém uma vez esgotado o móvel imediato da colonização, os equipamentos produtivos e de consumo instalados não conseguem manter um mínimo dinamismo da vida econômica local. Assim, uma forma de valorização pode na verdade empobrecer o lugar onde se manifeste. (p.36)

Levantando a necessidade de um pensamento integrado entre urbanização e meio ambiente, os membros do *Porto Alegre Vive*, incluem na pauta reflexões sobre

---

<sup>33</sup> <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-80978.pdf>

<sup>34</sup> <http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/convencao-protecao-patrimonio-mundial>

como os processos vividos na cidade contemporânea podem se tornar sustentáveis, trabalhando na manutenção e na transformação da vida na cidade. Apresentam a coexistência das noções de sustentabilidade voltada para o futuro, com a preocupação do legado deixado às próximas gerações (posicionamento prometeísta, calcado na ideia de uma utopia, da melhor cidade); e, por outro lado, voltada ao presente, à qualidade de vida dos habitantes da cidade.

A ideia de sustentabilidade é multicolorida, aparece associada à preservação ambiental, mas também se estende à preservação do patrimônio histórico e cultural do planeta. A necessidade de preservação do patrimônio histórico e cultural como forma de manutenção das referências culturais também nos fala de uma memória que atua na produção do presente, localizando fatos e pessoas.

Além dessa temática, os cidadãos lutam por preservar a arborização, a segurança, a tranquilidade do local onde moram, realizando uma crítica à ideia de progresso desmedido, sem avaliação com relação aos recursos e ao patrimônio urbano deixado como legado às próximas gerações. As dimensões de preservação ambiental e cultural/históricas podem ser tomadas como elementos coemergentes, frutos de um mesmo espírito do tempo. Essa preocupação é central e, por vezes, é uma causa tomada como natural: *“preservação do patrimônio público, de melhor qualidade de vida, da ambiência, enfim, tudo o que uma pessoa normal, que não precisa ser..., que tenha um pouquinho de neurônios, queira, deve querer.”* Conforme Moraes (1994), a perspectiva da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável representa uma maturação dos movimentos ambientalistas, no momento em que se deslocam de uma visão essencialmente preservacionista e ecológica. A luta pela preservação ambiental e cultural da cidade se dá através da defesa das Áreas de Interesse Cultural<sup>35</sup>, uma das sessões do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. O PDDUA, como é chamado, tem sofrido mutilações no aspecto da preservação ambiental, em prol de uma visão progressista que privilegia a verticalização da cidade e que serve aos interesses de grupos restritos.

---

<sup>35</sup> As Áreas de Interesse Cultural são estabelecidas pelo Artigo 92 do PDDUA (Lei Complementar 434/99). São definidas como “áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural que deve ser preservado a fim de evitar a perda ou o desaparecimento das características que lhes conferem peculiaridade.”(PDDUA, 1999, p.61). Sua preservação é realizada em regime urbanístico específico, por tombamento e inventário, levando em consideração o valor histórico, excepcionalidade, valores de representatividade, de referência, arquitetônico, simbólico, práticas culturais, tradições e heranças, relações físicas e culturais com o entorno (PDDUA, 1999).

Além disso, apresentam uma preocupação com a preservação de costumes, atividades, características, com a qualidade de vida, enfatizando a importância da memória para uma sociedade e dos referenciais que conectam as gerações: *“E aí eu comecei a me dar conta que também um dos fatores que mantém aquela... aquela condição do ser humano, diferenciada, também são referenciais. Então tu não podes destruir, arrasar... tu não podes destruir assim totalmente referenciais mesmo materiais, ou seja, arquitetônicos, referenciais de arquitetura e etc, porque é o que liga... é um elo que tu tens, porque nada mais é a nossa caminhada do que uma sucessão de gerações, né. Já está na Bíblia, né: uma geração segue a outra.”* A preocupação com a preservação da tradição, dos costumes, das referências nos faz pensar no fato de que grande parte dos membros do *Movimento* são senhores e senhoras aposentados/as que se preocupam com a herança ambiental e cultural a ser deixada às gerações vindouras.

A ideia de luta pela preservação de patrimônio histórico remete à reflexão dialógica que Morin e Kern (1995) propõem ao discutir o conceito de resistência, que contém o paradoxo conservar/revolucionar, progredir/resistir. Mostram que a conservação tem necessidade de revolução - na busca de transformar as relações humanas e, ao mesmo tempo, a revolução tem necessidade de conservação - biológica e das heranças culturais e civilizacionais. Isso se presentifica nas lutas do Movimento, quando a resistência diz respeito à necessidade de conservação de um patrimônio, das histórias e memórias de gerações impressas nas ruas da cidade.

Nas estratégias traçadas com intuito de defesa do patrimônio histórico e cultural da cidade, o local se confunde com o global: *“A gente tá lutando desde 2003 pelas Áreas de Interesse Cultural (...) E cada um que lutasse no seu bairro pelas áreas de interesse cultural do seu bairro, porque cada bairro tem as suas áreas, entendeu.”* A perspectiva de participação na gestão da cidade aparece localizada nos bairros, nodos de uma rede, que, sendo constituída por um princípio de relação, se transforma ao ter transformado qualquer um de seus nodos. A transformação do tecido social pode se dar a partir do tensionamento de qualquer um de seus pontos, uma vez que a rede é feita de múltiplos caminhos. Relativiza-se, então, a perspectiva de dissociação entre o local e o global.

Em âmbito global, a importância da preservação do Patrimônio Histórico tem visibilidade no início da década de 70 e, em 2003, o *International Council on*

*Monuments and Sites*<sup>36</sup> (ICOMOS), em sua 14ª Assembléia Geral, dá o pontapé inicial para a “preservação de valores sociais intangíveis de monumentos e sítios” (ICOMOS, 2009). Em seguida, na Declaração Kimberly, inclui-se a noção de patrimônio intangível, que se refere à memória, às crenças, às narrativas, ao conhecimento tradicional, à ligação ao lugar, às comemorações, aos rituais; e, ainda, a atenção às comunidades locais. A instituição reconhece a dimensão multidisciplinar como de imensa importância na conservação dos contextos históricos.

Como fruto dessa discussão, cinco anos depois, na 16ª Assembléia, a Declaração de Québec firma seu compromisso com a “preservação do espírito do local”, expressão que passa a ser utilizada a partir de então para designar “a proteção do patrimônio tangível e intangível” (ICOMOS, 2009). O tangível diz respeito aos edifícios, às rotas, às passagens, aos objetos. Essas concepções aparecem associadas à noção de desenvolvimento sustentável e social no mundo. Trata-se do reconhecimento da identidade das comunidades e da necessidade de preservá-la. A inovação deste conceito de espírito do lugar, além de sua concepção relacional, é o resgate de uma dimensão importante da vida local, expressa na complementaridade dos “elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar” (ICOMOS, 2009). De forma dialógica, a Declaração de Québec propõe considerar como construção mútua e igualmente complementar as concepções antagônicas de tangível e intangível. Tratando-se de uma questão relacional, a defesa do espírito do lugar enfatiza a participação das comunidades e a comunicação interativa, afirmando o compartilhar (inclusive intergeracional) desse espírito como elemento necessário ao desenvolvimento sustentável e social.

A força da identidade local torna-se uma estratégia de convivência produzida a partir dos movimentos de globalização, transnacionalização, que configuram multiplicidades. Os cidadãos, organizados de acordo com suas localidades, reconhecem as transformações globais produzidas pelo desenvolvimento urbano, pelas mudanças climáticas como obstáculos para os quais devemos buscar soluções sustentáveis. Assim, as declarações do ICOMOS acabam tornando-se referenciais para a organização da sociedade: ONGs, organizações intergovernamentais, autoridades nacionais e locais através de “legislação, políticas e processos de planejamento e gestão”.

---

<sup>36</sup> <http://www.international.icomos.org/>

A comunidade implicada nos processos de gestão considera a preservação do meio ambiente necessária, uma questão de sobrevivência: *“e nada contra os investimentos, nada contra a construção civil, mas não da maneira que estão fazendo. Porque tem que cuidar muito da questão do ambiente natural, porque isso aí é a nossa sobrevivência, se nós não cuidarmos disso, e já estamos no limite...”* Enfatizam as conseqüências da devastação produzida por um ideal de cidade - e de vida - voltado para o progresso e acúmulo de bens: *“Isso tudo está relacionado a... e a aproximação dos animais das florestas, tudo, estão vindo mais para a cidade, porque eles não tem mais, estão perdendo, né, os espaços. A Amazônia vai ser um desastre quando terminarem de liquidar com ela, vai ser um desastre para todos nós, (...) e outra coisa, deixar crescer a população... porque o homem em si, ele é por natureza e por formação que ele recebe, ele é predador, né, ele não constrói nada com, para a natureza, ele simplesmente tira da natureza e transforma aquilo em papel de valor. Esse é o homem.”*

Essa fala aponta para a premência de um olhar atento às questões ambientais no espaço urbano e em seu entorno. No *Movimento*, a preocupação com a preservação ambiental aparece relacionada com possibilidades de articulação política. No Brasil, o movimento ecológico ganhou corpo na década de 70, sob plena ditadura militar, representou um importante disparador no contexto de democratização do país.

As iniciativas de democratização da sociedade, na América Latina e leste europeu, a partir da década de 80, tomaram diferentes rumos, dando origem a práticas alternativas diversas. No Brasil, o processo de democratização (pós-ditadura) veio acompanhado de uma forte política de descentralização enfatizando, sobretudo, o desenvolvimento local. Surgiram diversas lutas pelos direitos das minorias, com a emergência e a valorização do terceiro setor<sup>37</sup> e dos espaços para discussão de políticas públicas. Na mesma época, os movimentos ambientais ganharam força, constituindo motor na participação da sociedade civil (Pompéia, Muhringer, [S/D]).

No contexto das lutas por preservação do meio ambiente na cidade, alguns acontecimentos foram emblemáticos, como foi o caso do episódio no Jardim Botânico, Rio de Janeiro. Nessa ocasião, a comunidade se uniu para abraçar uma figueira e, com

---

<sup>37</sup> A denominação ‘terceiro setor’ refere-se a todas as instituições e movimentos que participam da organização da sociedade, mas que não são nem governo (primeiro setor), nem mercado – iniciativa privada (segundo setor).

isso, impedir sua derrubada, conforme previa uma determinação oficial. No Rio Grande do Sul, um jovem universitário subiu em uma árvore para impedir que ela fosse cortada com o objetivo de dar vazão aos processos de urbanização respaldados pela ideia de crescimento e progresso da época. Esse fato mobilizou movimentos que culminaram com o surgimento da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN, protagonizado por Lutzenberger, no início da década de 70. O Rio Grande do Sul se tornou referência em termos de meio ambiente com o surgimento da AGAPAN (Pompéia, Muhringer, [S/D]) e da primeira Secretaria de Meio Ambiente do País - SMAM, criada em 1976<sup>38</sup>.

Fatos como esses, contam uma história em que o Rio Grande do Sul, e Porto Alegre de forma importante, torna-se protagonista de práticas relacionadas às causas ambientais promovendo participação popular. Uma das práticas que colocou Porto Alegre sob o olhar atento dos estudiosos da área foi o Orçamento Participativo, que visa conferir à população a possibilidade de decidir as prioridades de investimento para desenvolvimento das comunidades. (Souza, 2001).

Assim, a cidade de Porto Alegre tem sido palco de estratégias – com maior ou menor grau de centralização - para envolvimento e articulação da população nas tomadas de decisões. Como exemplo disso, o já citado Orçamento Participativo e, posteriormente, a proposta de gestão da Governança Solidária Local. Sendo reconhecida como uma capital “politizada”, Porto Alegre foi sede de eventos como o Fórum Social Mundial e a Conferência Mundial para o Desenvolvimento das Cidades.

Atualmente, podemos pensar, a partir do surgimento de movimentos como o *Porto Alegre Vive*, em um exercício de cidadania que passa não só pela necessidade de garantir direitos previstos, mas de transformar a vida e sua relação com ela, podendo inclusive propor que se repense o modelo sobre o qual a cidade está sendo projetada. Os cidadãos de Porto Alegre são considerados “*atentos, sempre prontos à resistência*”. Algumas iniciativas desses movimentos têm buscado soluções mais complexas para problemáticas igualmente complexas, como é o caso da violência urbana, por exemplo, entendida como uma questão que deve ser resolvida em parceria com a comunidade. Trata-se de um processo em que a sociedade civil organizada se envolve e “*reassume*

---

<sup>38</sup> [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p\\_secao=27](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=27)

*sua responsabilidade*”, como uma força capaz de (re)configurar a relação paternalista da sociedade com o Estado.

Essas iniciativas parecem alinhadas com a proposta da governança global, que implica a gestão presente e futura do planeta, ou seja, uma gestão sustentável protagonizada pelos cidadãos. Sua lógica é calcada em uma visão bastante abrangente dos processos de privatização que marcaram as últimas décadas do século XX, o poder estratégico, político e econômico do Estado foi transferido para as empresas que, então, foram chamadas a partilhar com a sociedade civil. Inaugura-se um modelo de gestão tripolar: governo, empresas, sociedade civil organizada (Almeida, 2007).

Em termos de planejamento urbano, regulamentado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA e leis especiais, o *Movimento Porto Alegre Vive* têm desempenhado importante papel, na discussão acerca de pontos como mobilidade urbana, transporte (incluindo transportes alternativos), habitação (moradores de rua), geração de renda, disputa pela terra. Quanto aos tópicos em pauta, as associações e ONGs que compõem o *Porto Alegre Vive* são diversas. Uma das lideranças conta sobre a Associação de moradores que representa: *“Nós tínhamos três prioridades: participação popular, habitação popular e transporte coletivo. Eram as três prioridades da entidade, nós elegemos em Assembléia lá. Participação popular, nós avaliamos que 90% nós conseguimos. Na questão da habitação de interesse social, nós conseguimos 80%. Na questão do transporte – 0%! Nada! O lobby é muito forte (...) a maior luta do movimento popular é a disputa pela terra. Essa é a maior luta do movimento popular. É uma luta surda, silenciosa, agora que ela está começando a aparecer...”*

Foi a pressão da participação popular pela conquista de espaços de participação que promoveu a inclusão do Fórum Municipal de Entidades, constituído por representantes de Associações de bairros, sindicatos, ONGs, que acabou se transformando em um dos mais importantes instrumentos da participação popular na gestão da cidade (no âmbito do Planejamento Urbano), juntamente com o Fórum de Planejamento. A habitação vem na esteira dos interesses de expansão da construção civil, que tem sido estimulada pelas injeções de capital estrangeiro. Vainer (2005) aponta a questão da habitação como um evento importante no sentido de fomentar os debates acerca da cidade e sua progressiva importância na formulação de projetos nacionais. Essa discussão vem sendo atualizada politicamente com as ocupações dos

movimentos Sem-Terra, Sem-Teto (no contexto urbano), Movimento de Ocupação Urbana. No entanto, apesar de vermos a preocupação com habitação popular em uma das Associações de moradores, não há uma discussão integrada sendo feita com relação a esses movimentos de ocupação que se estendem pelo território urbano. Eles não entram na pauta das Associações de Bairro.

*Em uma visita à Câmara de Vereadores, por ocasião de uma audiência pública, registro a presença do Movimento de Ocupação Urbana. A pauta da audiência foi a votação dos Projetos de ampliação dos Estádios dos dois clubes de futebol da cidade. A discussão incluiu a questão da ocupação da Orla do Guaíba, um dos pontos mais polêmicos nas discussões dos Movimentos com a Câmara no último ano. Chamou minha atenção a sua organização: todos utilizavam camisetas do Movimento de Ocupação e sentaram juntos, do outro lado da plenária, longe dos militantes do Fórum de Entidades. Isso me levou a pensar na falta de diálogo que estava ali posta: ambos os movimentos refletem sobre relações sustentáveis na cidade, mas ainda não estabelecem diálogo. (Diário de Campo, dezembro de 2008).*

Já a discussão acerca dos transportes explicita a resistência de grupos detentores de capital. Relata-se o monopólio do transporte urbano rodoviário que acaba por exercer pressão contra projetos como o do metrô, o do transporte fluvial no Guaíba ou outras alternativas mais limpas e sustentáveis. Essa relação é denunciada: “*as decisões hoje estão tomadas basicamente em interesses de determinadas corporações.*”

### **Quem dita a ordem: os poderes invisíveis na gestão da cidade**

A partir da década de 80, a cidade incorpora em seu território os valores capitalistas de produtividade e competitividade; a cidade empresarial-competitiva, então, transforma-se na palavra de ordem das agências internacionais de financiamento (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros) que compartilham da ideia da cidade administrada como uma empresa, por aqueles que entendem de empresa. Assim, aos poucos, a iniciativa privada vai assumindo um papel central nas decisões do planejamento urbano, apoiada pelos órgãos acima referidos

(Vainer, 2005). O foco “uni-centrado” no desenvolvimento econômico, aliado à lógica do consumo, entretanto, remete à usura e insustentabilidade do progresso urbano.

Nos últimos quarenta anos, o desenvolvimento se apresenta em suas diversas facetas: acelerado processo de industrialização, urbanização, expansão da sociedade de consumo, aumento da competição, tendo como efeitos o aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental (Silva, 2009). Essa dinâmica pode ser claramente percebida no espaço da cidade, em que a vida se constitui a partir dessas diretrizes: *“E a cidade, como eu tenho sempre dito, se transformou em uma mercadoria de negócios, destruindo tudo que já se montou. Eles não têm, eles não interessam pela visão assim de preservação, de cultura, de costumes, de atividades, de características... essas coisas não existem para eles. Eles pegam um terreno deles e “ó, vamos construir aqui”.*

O desejo de repensar os rumos do desenvolvimento da cidade, vem acompanhado de memórias, histórias e um certo saudosismo. Os moradores comentam como a cidade se complexificou e como está transformada a relação que os moradores estabelecem com os espaços que habitam: *“porque antigamente, as pessoas tinham um padrão, né, um andar que se repetia de geração para geração. Quando se instalou o sistema de bondes aqui em Porto Alegre, no início do século passado, as pessoas tinham limites para tudo”.* A linearidade do andar pela cidade se torna uma complexa rede de caminhos possíveis, multiplicam-se as possibilidades, são diversas as rotas, se entrecruzam as linhas, o viandante se torna nômade e estrangeiro no aumento das encruzilhadas – representantes do híbrido, as fronteiras bem estabelecidas dão lugar a uma (des)ordem, ordenada pelo caminho que se faz ao andar.

Ao mesmo tempo, essa complexificação da organização urbana apresenta a problemática do excesso de automóveis, promovendo constantes engarrafamentos em determinadas regiões: *“Mas existem duas coisas terríveis aqui na cidade que as pessoas não se dão conta: as ruas foram ocupadas pelos automóveis, as pessoas não têm mais chance. O automóvel se transformou num grande perigo de vida pelas pessoas. Seguido está acontecendo acidentes aí que não acaba mais.”* Tão complexa quanto a trama viária é a relação das entidades envolvidas com o transporte urbano: *“A luta no transporte coletivo foi importante também. (...) Agora, o interessante é que assim, essa questão do transporte ela é muito difícil, ela é muito difícil mesmo. O lobby, a força das empresas de transporte coletivo... tu não tens noção!”* Os enunciados apontam que os interesses das empresas de transporte urbano oferecem resistência à inserção de

alternativas mais sustentáveis, apresentadas pelos cidadãos, que levem em consideração o impacto ambiental: *“Porque que tu achas que Porto Alegre, na beira do Rio, não tem transporte fluvial até hoje. O que que justifica uma linha de trem urbano fazendo concorrência à linha de ônibus, lado a lado. Quer dizer, é um transporte mais econômico, público, não poluente, subutilizado e do lado as linhas de ônibus fazendo o mesmo movimento. Uma travessia, uma travessia... uma viagem de ônibus até a ilha da pintada leva uma hora e dez, mais ou menos, se não subir a ponte ali no meio. De barco é doze minutos.”*

O domínio de determinados grupos detentores do capital no planejamento urbano é pauta recorrente em reuniões, em trocas de e-mails, em manifestos das Associações e também nas entrevistas: *“Mas aqui não é assim, e não é assim em lugar nenhum, porque o poder econômico é universal (...) tomou conta de tudo.”* Ao tecerem uma crítica feroz a essa prevalência de interesses econômicos no planejamento urbano, questionam o ideal de progresso: *“Eu já cansei de ouvir pessoas assim: ‘Não, mas é o progresso! Não podemos impedir, porque traz emprego’. Essa onda do emprego é o que eles mais falam, né. E eles sempre foram muito inteligentes para fazerem valer os seus interesses, porque a experiência não é só nossa, ela vem de fora. Tem grupos econômicos que são ligados aos grupos daqui, que transferem as informações.”*

Novamente, a luta por uma gestão mais sustentável, participativa, democrática entra em conflito com a hegemonia de determinados interesses, principalmente de grupos ligados à construção civil. Não somente a lógica da cidade-empresa é globalizada, mas também suas estratégias de intervenção. Essas denúncias, de certa forma, explicitam a centralidade de uma gestão que se pretende participativa. Ilustram a dificuldade de se estabelecer um diálogo que considere a diversidade e o dissenso, sem mascará-los: *“Particularmente no Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano, né, que é o que controla o desenvolvimento da cidade. O que tu percebes é que, via de regra, o que fala alto é o empreendedor, entendeu, sob a alegação de gerar emprego e renda, rasgam-se as leis da cidade. Tudo justifica, né.”* Junto ao poder executivo e, principalmente legislativo, aparecem as conexões com outros poderes, como o poder econômico e o poder da mídia, por exemplo, formando uma rede cujas conexões permanecem invisíveis no plano da formalidade.

Paillet (1986) nomeia a mídia como o quarto poder, fazendo referência aos três poderes constituintes do Estado Democrático: legislativo, executivo e judiciário. Afirma

que os meios de comunicação de massa constituem o quarto poder, sem o qual a democracia não seria possível. Na era da imagem, a mídia cria prefeitos, governadores e presidentes, promove um partido e rebaixa outro, dependendo das informações que se dispõe a veicular<sup>39</sup>. Na comunicação, os estudos que buscam compreender as relações entre a agenda dos *media* (agenda jornalística), agenda pública e a agenda política (governamental) são reconhecidos por “teoria do agendamento” (Traquina, 2000). O advento das novas tecnologias da informação e comunicação torna a relação entre mídia e democracia ainda mais complexa. Como uma rede distribuída, a mídia amplia os espaços democráticos, no momento em que todos podem ser receptores e emissores de informação ao mesmo tempo (interatividade).

Assim como a mídia, outros grupos que detêm concentração de capital também constituem grande poder frente às decisões tomadas no “espaço público”. Poderíamos propor aqui, por exemplo, o ramo da construção civil como quinto poder, cuja atuação tem se mostrado definitiva no destino da cidade. No entanto, preferimos, aqui, não numerar, mas olhar para essa dinâmica como uma rede em tensões constantes, o que produz uma transfiguração da política: *“E enquanto a lei, normalmente está consolidada e não tem como mudar, nem na justiça muda. Então a coisa está... nós todos estamos assim, poder público, sociedade, poder judiciário, poder legislativo estamos reféns desse poder. E eles trabalham num, sempre... é como no processo de máfia, né. Eles trabalham no escuro, né, não se sabe o que eles fazem, eles trabalham assim ocultamente, eles fazem tudo, né, nós ficamos abrindo, discutindo, falando... eles não, eles ficam na, na, na atitude assim que não se sabe o que eles dizem.”*

Le Goff (1998) fala dos poderes reconhecidos já no século XIII, o que nos faz pensar que com o passar dos últimos séculos, mudaram os grupos, mas não a lógica de centralização:

[...] E, desde o século XIII, surgiu um *slogan* sobre o poder, afirmando que o verdadeiro poder, aquele que os juristas chamavam de *potestas* no direito romano, apresentava doravante três aspectos: *regnum*, a realeza, o governo, isto que chamamos de poder público;

---

<sup>39</sup> No Rio Grande do Sul, a maior empresa de comunicação é associada e subsidiada pelo ramo imobiliário. Assim, não veicula as ações do Movimento, atrasa a divulgação de audiências públicas, cuja participação popular não corroboraria os interesses econômicos de tal ramo. Ainda, omite informações importantes. Como exemplo, cito o caso “Pontal do Estaleiro”, a discussão do Projeto de Lei 470/02. O processo de discussão com a população já tinha quase 1 ano, até que um grupo de estudantes resolveu bater panelas na Câmara de Vereadores. A partir desse fato, cuja dimensão impossibilita sua invisibilidade, a discussão passou a ser pauta de jornal. Por outro lado, é através de jornais de bairro, blogs e e-mails que o Movimento potencializa suas ações, envolvendo, inclusive, atores de outros países e culturas.

*sacerdotium*, os padres, o clero e... *studium*, o saber, isto é, a universidade. (p. 66)

Na cidade medieval, e Le Goff (1998) utiliza Paris como exemplo, existe a justaposição de várias populações: agrícola, artesã, comerciante e a aristocrata. Três espaços principais dividem a Paris medieval: o econômico, o político e o universitário. Da mesma forma, na cidade contemporânea os poderes centralizados parecem se situar ao redor do técnico, do econômico e do político. O técnico é tomado como politicamente neutro e entra no cenário urbano a fim de legitimar determinados posicionamentos, atenuando a visibilidade de seu aspecto político. O econômico estabelece, na maioria das vezes, conexões não declaradas de alguns grupos que se constituem hegemônicos no âmbito do planejamento urbano. Por fim, o político, atravessando essas outras dimensões e sendo atravessado por elas. Há a política institucional respaldada pelo modelo representativo e há a micropolítica, a política do desejo, como possibilidade de abrir brechas à institucionalização, de dar voz à multiplicidade por meio da participação direta, da autonomia e tomada de decisão conjunta.

O progresso, tal como pretendido pelos grupos hegemônicos é a ordem almejada pela modernidade. A desordem é incorporada nos discursos pró-sustentabilidade, que reivindicam a possibilidade de revisitar esse projeto moderno, juntamente com a luta por uma efetiva participação da comunidade no planejamento urbano. Os cidadãos membros do *Movimento Porto Alegre Vive* tecem uma crítica severa à forma como o planejamento urbano tem ocorrido, denunciando a corrupção existente no âmbito dos três poderes e a inserção dos interesses econômicos: *“E aí entram outros interesses, interesses que hoje estão mais do que nunca ativos, que são a-pátridas, alienígenas... não têm nem raízes emocionais com a cidade, que se acham com o direito de ter o seu poder reconhecido, usando de todas as formas, inclusive muito da corrupção, da corrupção daqueles que deveriam decidir por essas situações como essa que se apresenta agora.”*

A ênfase no crescimento econômico e na expansão das atividades comerciais acaba produzindo atrito entre os interesses de comerciantes e moradores de zonas mistas. Os comerciantes defendem seu interesse, no sentido de aumentar o fluxo de pessoas e consumo. Os moradores, por outro lado, resistem buscando um lugar agradável para se viver, longe dos detritos causados pelo adensamento (aumento de produção de lixo, trânsito, poluição sonora, depredação de mobiliário urbano, do

patrimônio ambiental, ocupação das calçadas, etc.). Este é o caso, hoje, do Bairro Moinhos de Vento. Um de seus membros, coloca: “*começaram a vir aí o pessoal do Parque, eles queriam construir um bar no parque e já sabiam que existia uma Associação, não era uma Associação, mas um movimento que protegia o bairro. Daí começaram a me procurar, e aí veio todo mundo para dizer que não queria.*”

Em Porto Alegre é notável a transformação ocorrida nos últimos dez anos, em que bairros residenciais tradicionais, como o Moinhos de Vento, se tornaram zonas mistas, em que residências compõem com atividade comercial intensa. Trata-se da lógica do consumo, do comodismo e do imediatismo impressos nas ruas da cidade. A emergência dos bairros mistos, no entanto, contribui para um processo de progressiva descentralização da cidade. Le Goff (1998) conta que, principalmente a partir do século X, o desenvolvimento urbano fez-se através de núcleos, dominados por um senhor eclesiástico (bispo na maioria das vezes) ou por senhor leigo (conde). Em torno dos pontos de comando, surge a cidade de um lado, e os burgos de outro, na periferia. Gradualmente esses dois lados, vão se integrar, formando a cidade medieval – é o início da formação da unidade contemporânea entre cidade e seu subúrbio, como campos interdependentes. A ideia da progressiva indistinção entre núcleo e periferia, a partir da compreensão de que ambos são interdependentes, reafirma a tendência de pensarmos a cidade como rede.

### **E ao final... retornamos ao começo, mas nunca no mesmo ponto**

O período, mais do que nunca, de incertezas em que vivemos, configura-se também nas múltiplas formas e nos contornos escorregadios da noção da sustentabilidade. Nosso desenho procura afirmá-la como um importante vetor na constituição do *Movimento Porto Alegre Vive*, em sua ação política, potente, na expressão de um desejo de tornar sustentável a vida na cidade. Essa noção não constitui um bloco claro, mas, em sua diversidade, torna-se disparador para múltiplos caminhos e reflexões.

Buscamos abordar essa discussão dando visibilidade aos seus elementos concorrentes e complementares, assumindo uma postura dialógica. O texto, organizado como uma rede distribuída, lança um olhar sobre como se constitui esse fenômeno nas

ações e reflexões promovidas pelo Movimento. Para isso, incluímos como nodo da rede a perspectiva dialógica entre ordem e desordem, proposta por Morin.

Tomamos a cartografia desse *Movimento*, atravessado pela questão da sustentabilidade, como profícua em sua capacidade de articular natureza, técnica e cultura, ou pelo menos dar os primeiros passos em direção a esse propósito. Lançando nosso olhar para a possibilidade de uma unidade planetária, faz-se necessário o exercício de compreender a humanidade em suas dimensões física, biosférica e histórica, o que iniciamos a fazer neste capítulo.

Se por um lado, as questões levantadas pelos ambientalistas nas últimas décadas afirmam um ecocentrismo, que nos desloca de uma postura antropocêntrica, por outro, inserem-se em um contexto político, que ora apresenta-se com um discurso de responsabilização de um indivíduo ‘dono de si’ e ora identifica-se com a dimensão *demens*, sonhadora, desejante. No *Movimento Porto Alegre Vive*, a questão da ‘consciência’ dos sujeitos aparece ora como disparadora, ora como efeito da mobilização cidadã. Ambas as perspectivas se encontram no tocante a sua preocupação com o crescimento desordenado da população, que aparece associado à usurpação, à construção do ‘império das coisas’ na sociedade de consumo. A tecnicização decorrente desse processo se contrapõe à necessidade de resgatar o equilíbrio, entendido como força da natureza, condição biológica. Aparece aí uma relação, que podemos tomar como dialógica, entre natureza e técnica. O homem, em sua frágil natureza impescinde da técnica, ela é um artefato de sobrevivência da espécie humana. Enquanto que a técnica necessita da natureza, de onde advêm os recursos que a viabilizam. A sustentabilidade dos processos gerados pela tecnicização é vista como condição de sobrevivência.

O discurso da sustentabilidade surge como a desordem com relação à lógica de desenvolvimento, progresso e consumo, que se tornam bases da sociedade capitalista. Exige, assim, um processo de (re)organização que a inclua. Esse processo é marcado por transformações do próprio conceito, que surge na preocupação com o tratamento dos resíduos e, mais tarde, como possibilidade de repensar a noção de desenvolvimento. O nascimento da expressão ‘desenvolvimento sustentável’ representa, então, por um lado a cooptação do conceito de sustentabilidade pela lógica do consumo, visando manter-se; por outro, uma possibilidade de (re)organização frente à tensão desenvolvimento-sustentabilidade (ordem-desordem). Há neste conceito uma proposta

de transição de uma atitude prometeísta, para a busca de produção de vida mais digna no presente, incluindo uma atitude de respeito à diversidade.

Essa transição de valores se presentifica no *Movimento* quando sua luta diz respeito tanto à preservação de valores e do espaço da cidade para gerações futuras, quanto à qualidade de vida no local onde moram – arborização, segurança, transporte, moradia, tranqüilidade. Ainda, suas ações ilustram a relação entre preservação ambiental e preservação cultural e histórica, que enfatizam a necessidade de olhar para os referenciais que se perpetuam entre gerações, para os costumes, as culturas. Essa relação aparece tanto em nível global, quando vemos dois importantes eventos tratando desses aspectos acontecerem no mesmo ano e, hologramaticamente, associados nas lutas do *Movimento Porto Alegre Vive*. Aqui também aparecem as dimensões técnicas, na constituição da legislação que regulamenta tais procedimentos.

Nas ações do *Movimento*, as fronteiras entre o local e o global se diluem. Isso nos conduz à noção da rede, da cidade-rede. Os próprios moradores trazem a questão das redes quando falam da existência do movimento, em proteção do bairro que acaba por tornar-se um nodo agregador de pessoas cujos interesses parecem convergir em um determinado momento. Além disso, suas articulações apresentam um modelo que nasce com a governança global, que incluem o cidadão em sua autonomia-dependência no que diz respeito à gestão da cidade como um processo de auto-organização social.

Nessa discussão integrada, no tocante à revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, definem-se grupos claros, filiados ao ideal de preservação (ambientalistas) ou ao desenvolvimento e ao progresso da cidade. Os “progressistas” atuam dentro da lógica da gestão da cidade como empresa e os ambientalistas denunciam esse posicionamento, repudiando o fato da cidade ter virado uma mercadoria, submetida aos interesses de grupos econômicos.

A tendência à centralização da cidade se expressa na manutenção da divisão clara entre centro e periferia, enquanto existem outros acontecimentos que trabalham na dissolução dessa fronteira. Como exemplo disso, citamos o transporte urbano e a malha viária, que complexificaram o andar pela cidade, disponibilizando uma multiplicidade de caminhos possíveis. A discussão de associações de bairros nobres que não incluem o tema da ocupação urbana, por exemplo, ilustra uma discussão da cidade fragmentada, em que determinadas conexões se tornam invisíveis.

Assim, o discurso da sustentabilidade como desordem em relação ao projeto da modernidade, constitui os movimentos urbanos de forma importante, incitando a revisão do projeto de ‘ordem e progresso’ no que tange o planejamento da cidade, na (re)organização desse processo de urbanização, que pretende incluir a participação cidadã. Os movimentos cidadãos reivindicam essa inclusão e se organizam em redes em (co)operação na busca de espaços de participação legítima. Outras conexões se fazem presentes nesse processo, que incluem interesses econômicos, em nome do que ‘rasgam-se as leis da cidade’. Emerge uma rede de poderes cujas conexões são, por vezes, não-declaradas. A questão das redes em (co)operação, o modo como se articulam e os actantes que envolvem, é discutida no capítulo III.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, F. (2007). Os desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente. (2. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Baumgarten, M. (2002). Conhecimento, planificação e sustentabilidade. In: São Paulo Perspec. 3, 16. São Paulo. From: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392002000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392002000300005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 Maio 2008.
- Bursztyn, M. (Org.) (2001). Ciência, ética e sustentabilidade. (2.ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- Carvalho, I. C. M. (2001, april-june). Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 2, 2.
- Carvalho, I. C. M. (2006, may-august) As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. In: Revista Brasileira de Educação, 32, 11.
- Galeano. E. (2007) Úselo y tírelo: el mundo visto desde una ecolgía latinoamericana. Buenos Aires: Booket. 192p.
- Guattari, F. (2007). As três ecologias. Bittencourt, M> C. F. (Transl.). (18. ed.). Campinas, SP: Papirus.
- ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (2009, november). Declaração de Québec. From: <http://www.international.icomos.org/home.htm>.
- Iñiguez, L. (2002). Construcionismo Social. In: Martins, J.B. (Org.). Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social. Curitiba: Fundação Araucária.
- Jameson, F. (1996). Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática.

- Jacobi, P. (2003, march) Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 118.
- Lacroix, M. (1996). A ideologia do New Age. Lisboa: Instituto Piaget.
- Latour, B. (2000) Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP.
- Le Goff, J. (1998). Por amor às cidades. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Leff, E. (2000). Complexidade, Interdisciplinaridade Saber Ambiental. In: Philippi Jr., A., Tucci, C., Hogan, D., Navegantes, R. (editors). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora.
- Margulys, L. (2002). Planeta simbiótico: um nuevo punto de vista sobre la evolución. Madrid: Editorial Debate.
- Moraes, A. C. R. (1994). Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Hucitec.
- Morin, E. (1998). Amor, poesia, sabedoria. Carvalho, E. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 72p.
- Morin, E. (2000) Cabeça-bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. (2.ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2001). Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez.
- Morin, E. (2005). Ciência com Consciência. (9.ed.). Alexandre, M., Dória, M. A. S. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005a). O Método 1 – A natureza da natureza. (2.ed.). Heineberg, I. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005b). O Método 2 – A vida da vida. (3.ed.). Lobo, M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005c). O Método 5: A humanidade da humanidade – a identidade humana. (3.ed.). Silva, J. M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995). Terra-Pátria. Silva, P. A. N. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Naess, A. (1989). Ecology, community and lifestyle: outline of an ecosophy. Rothenberg, D. (Transl.). Cambridge University Press.
- Paillet, M. (1986). Jornalismo: o quarto poder. São Paulo: Brasiliense.
- Passos, E., Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (2009). Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.
- PDDUA - Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental (1999). Lei Complementar 434/99. Porto Alegre: Prefeitura Municipal.
- Pompéia, S., Muhringer, S. (s/d). Educação Ambiental na Escola: História e Contexto (vídeo)

Saavedra, M. C. (1794). O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha. Lisboa: Typografia Rollandiana.

Traquina, N. (2000). O Poder do Jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva.

Vainer, C. (2005). Planejamento urbano democrático no Brasil. In: Erba, D. A. et.al. Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades.

Santos, B. S. (2001). Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento.

Silva, C. A. P. (2009). Compor e educar para descolonizar. Tese de doutorado. Natal: UFRN.

Souza, C. (2001, october-december). Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva. 4, 15. São Paulo.

## CAPÍTULO III – (CO)OPERAÇÃO E REDE NA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE

### RESUMO

Nesta seção realizamos uma cartografia das redes em (co)operação, formadas a partir da ação de um movimento urbano – *Porto Alegre Vive*, desenhando suas articulações e actantes envolvidos. O andar pela rede inicia na Associação *Moinhos Vive* e se desloca na direção dos vários nodos que a compõem. Nosso olhar lançado às redes é constituído, entre outros operadores, pela topologia das redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas. Ao longo do capítulo, vamos mapeando as relações em rede, que se movimentam através desses diversos padrões. Para organizar o texto, o dispusemos em quatro partes: na primeira, encontramos a apresentação dos operadores da Complexidade, da proposta cartográfica e uma introdução sobre a topologia das redes; na segunda, uma reflexão sobre as redes e a comunicação, estabelecendo conexões e relativizando a relação local-global e, conseqüentemente, a noção de território; na terceira, realizamos uma reflexão acerca do processo de centralização nas redes, que resolvemos chamar reino da mediação; na quarta, apresentamos redes em relações distribuídas como a possibilidade de refletir sobre perspectivas de democracia, através, inclusive do tensionamento da fronteira entre espaço público e privado. A noção de democracia está em diálogo com o pensamento de John Dewey. As relações de cooperação são colocadas em foco, sendo, recursivamente, causa e efeito de relações mais autônomas e, conseqüentemente, mais democráticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** complexidade, redes, democracia.

### ABSTRACT

In this session we have organized a cartography of networks in (co)operation, formed by an urban movement – *Porto Alegre Vive* – actions, drawing their movements and ‘actants’. Our journey starts in the *Moinhos Vive Association* and, then, moves into different articulated nodes. We used the network topology: centralized, decentralized and distributed networks. Throughout the chapter, we go mapping the network relations, which move through the various patterns. To organize the text, we arranged it in four parts: first, we present the cognitive operators of Complexity, the propose of cartography as a strategy and an introduction into the network topology; at second, we make a reflection on the networks and communication, making connections and questioning the local-global relation and, consequently, the notion of territory; in the third point, we bring reflections about the process of centralization in networks, which we decided to call the *realm of mediation*; the last one is about distributed network relations and the possibility of moving the perspective of democracy, including the movement of the boundaries between public and private space. The notion of democracy is in dialogue with the thought of John Dewey. Cooperation skills are in focus as, recursively, caused and being caused by more autonomous and, because of that, more democratic relationships.

**KEY-WORDS:** complexity, networks and democracy.

*“As grandes mudanças políticas são a expressão de profundos processos de transformação social. Como se a vida se formasse nas entranhas das sociedades e tivesse que percorrer leitos subterrâneos até que a força de sua corrente consiga infiltrar-se nas paredes das prisões e sair à luz do dia institucional.”*  
(Castells, 1980, p.13)

### **A lógica dos múltiplos caminhos**

Uma vez compreendendo o atravessamento e a importância das questões sobre sustentabilidade na constituição do Movimento estudado, passamos a olhar para o modo como se articulam suas estratégias e quem são os actantes envolvidos. Para tanto, voltemos um pouco no tempo.

Foi em 2006 que chegamos até a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento – *Moinhos Vive*. Naquela época, havíamos aberto uma escola de Yôga na região. Na escola, tínhamos o desejo de fazer com que o nosso trabalho estivesse para além das paredes, dos limites físicos da escola. Assim, buscamos a Associação de Moradores, na tentativa de nos aproximarmos daquela comunidade, a fim de identificar suas lideranças e refletir sobre os modos de inserção da escola naquele contexto.

O Moinhos de Vento é um bairro tradicional de Porto Alegre, criado pela lei número 2.022 de 7/12/1959. De acordo com o último senso, o Bairro possui uma área de 82 ha, com aproximadamente 3.127 domicílios, onde residem 8.067 moradores<sup>40</sup>. Teve sua configuração bastante modificada nos últimos anos, pela construção de muitos edifícios residenciais e, principalmente, pela grande expansão do comércio que o transformou em zona mista. Caracteriza-se pela alta concentração de renda, pelo fluxo de uma elite cultural da cidade, que reside ou transita por suas ruas. Nesse Bairro encontram-se lugares conhecidos, como o Parque Moinhos de Vento (Parcão), a Hidráulica Moinhos de Vento, o Morro Ricaldone e o Moinhos Shopping. Por essas e outras características, o Bairro Moinhos de Vento é considerado cartão postal da cidade de Porto Alegre.

Chamou-nos a atenção o fato de haver um forte movimento de associação em um dos bairros mais nobres da cidade, sede de uma espécie de aristocracia remanescente. Perguntávamos-nos, então, que motivações existiriam para que, em um

---

<sup>40</sup> Dados capturados no *site* da Prefeitura em maio de 2009 - <http://www.portoalegre.rs.gov.br/>

bairro com tamanha concentração de renda, os moradores se reuniram para realizar alguma reivindicação.

A comunidade do Bairro é caracterizada por forte atuação política. Os moradores do Bairro Moinhos de Vento fundaram em setembro de 2003 a “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento – *Moinhos Vive*”. Na oficialização dessa entidade, uma identidade: associação cultural sem fins lucrativos. No estatuto da associação, a descrição de seu propósito: “*promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, através de esforços para atuação junto ao Poder Público, à iniciativa privada e aos próprios moradores*”. Além disso, “*defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, aliada à defesa dos interesses paisagísticos e morais da comunidade que reside no Bairro Moinho de Vento*<sup>41</sup>”. Os membros da associação explicitam sua atuação ao especificarem os interesses relativos à segurança, urbanização, meio-ambiente, história, cultura e lazer.

Logo nas primeiras reuniões de que participamos, tomamos conhecimento de uma série de outras associações análogas, em bairros como Petrópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras, Centro, Bom Fim, Menino Deus, que se conectavam às ações do *Moinhos Vive* pela consonância quanto à necessidade de buscar um desenvolvimento sustentável para a cidade. Essas associações carregam consigo a história do movimento ambientalista, reconhecidamente forte na cidade e no Estado, ampliando sua discussão da dimensão biológica à cultural, incluindo processos que envolvem diversos poderes (econômicos, técnicos, políticos) na gestão da cidade. Alguns desses movimentos reivindicavam a palavra “vive” para se designar. O uso dessa expressão nos remete ao sentido de *cidade pulsante*, que deseja viver. Os movimentos reivindicam essa vida por meio de um refletir-agir que pode se traduzir em empreendimentos sustentáveis<sup>42</sup>.

Do encontro dessas associações e outras ONGs, surge, em 2002, o *Movimento Porto Alegre Vive*, cuja constituição, a partir de uma articulação do tecido social em nível local, possui forte atravessamento dos discursos acerca da sustentabilidade. Em nível global, as discussões sobre sustentabilidade também produziram terreno fértil para o surgimento de novas propostas de gestão, como a governança local/global. Esse

---

<sup>41</sup> O Estatuto da Associação foi posteriormente modificado para o modelo de diretoria colegiada. Mas ainda está sofrendo alterações nesse sentido, de forma a não ter sido levado à Assembléia até o presente momento.

<sup>42</sup> Para compreender mais sobre essa temática, dirija-se ao capítulo II.

assunto é mais amplamente discutido no capítulo II desta dissertação.

Voltando à Associação *Moinhos Vive*, concebemos que se constitui nodo de uma rede complexa, que envolve organizações da sociedade civil, iniciativa privada, organizações públicas (governamentais). Constitui-se, ainda, holograma do *Movimento Porto Alegre Vive*, como uma de suas partes que contém o todo em si. Como participantes, vivemos o deslocamento de um nodo a outro, tendo como porta de entrada a referida Associação. Ela se torna referência em nossa experiência e, por isso, talvez pareça investida de centralidade neste trabalho. É necessário, no entanto, lembrar que essa rede não tem um centro, mas é efeito de relações que se estabelecem espontaneamente, a partir de sentidos e interesses partilhados.

Com o compromisso e a implicação da militância, buscamos aliança com a estratégia metodológica da cartografia<sup>43</sup>. A cartografia aparece como estratégia e atitude diante da pesquisa, promovendo uma ruptura com o modelo que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Sujeito e objeto são compreendidos como coemergentes no processo de produção de conhecimento. A produção de conhecimento é, assim, produção recursiva de realidade.

Adotamos essa estratégia por permitir a construção do caminho ao andar, tomando como ponto de partida a experiência (definida como plano em que sujeito e objeto, teoria e prática constituem co-emergências). A imersão no plano da experiência nos possibilita “conhecer o caminho de constituição de dado objeto”, que “equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho” (Passos & Barros, 2009, p.31). A perspectiva cartográfica propõe um deslocamento da noção de rigor científico, que se aproxima dos movimentos da vida, das propriedades do vivo: “a precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção.”(Passos, Kastrup & Escóssia, 2009, p.11).

Assim, nossa postura afirma o deslocamento do “objeto” - como algo preexistente - para a relação que o constitui. O foco na relação é um posicionamento político e nos remete à lógica das redes, caracterizada pela conectividade. A rede é a própria imagem da relação, visto que, em sua organização, as linhas (representantes da relação entre os pontos) são mais importantes do que os nodos, porque são as conexões

---

<sup>43</sup> Para saber mais sobre cartografia, dirija-se ao capítulo 1 desta dissertação.

(relações) que fazem a rede: “é o relacionamento entre os pontos que dá qualidade de rede ao conjunto” (Martinho, 2004).

O itinerário da pesquisadora pela rede inicia com reuniões semanais na Associação *Moinhos Vive*, é levada ao *Movimento Porto Alegre Vive*, outras associações, ONGs e entidades como o Rotary Club, reuniões do Fórum de Entidades, Audiências públicas na Câmara Municipal de Vereadores, reunião com a promotoria do Ministério Público e com empresários que representam a iniciativa privada nessa rede. Todos esses encontros foram devidamente registrados em Diário de Campo<sup>44</sup> e orientam uma composição em diálogo com as conversas que tive com cinco lideranças vinculadas ao *Porto Alegre Vive*. Essas lideranças constituem pontos hiperconectores<sup>45</sup> da rede, ou seja, pontos que agregam muitas articulações, linhas, conexões. Em função disso, tinham seus nomes citados em diversos espaços pelos quais circulei.

Aqui cabe ressaltar que múltiplos caminhos poderiam ter sido percorridos, outras entradas seriam possíveis e também outras articulações. No entanto, o desenho traçado fala sobre o caminho percorrido por esta pesquisa, inscrito em um espaço-tempo, de forma que não está dissociado da intenção e posicionamento da pesquisadora na rede. Essa intenção atua na produção do que estamos chamando ‘movimento urbano’, que não constitui um objeto em essência, mas algo que emerge na relação com quem o observa. Da mesma forma, nos transformamos ao sermos jogados de um ponto a outro da rede, experimentando-a de diversos modos, por diversos ângulos.

Para auxiliar essa composição, utilizamos a perspectiva do actante, presente na teoria do ator-rede de Bruno Latour para designar como nodo da rede qualquer pessoa, instituição, ou outro agenciamento qualquer que produza efeitos no mundo. Um actante é heterogêneo em sua composição, é efeito de uma articulação entre humanos e não humanos (Moraes, 2004). Em uma aliança com Morin (2005), podemos aproximar esta proposta dos operadores recursivo e hologramático, compreendendo o actante como um holograma, que contém a sociedade, a cultura em si, sendo produto e produtor das relações sociais, recursivamente – produto e produtor de uma articulada rede sócio-técnica, seja um sujeito ou uma instituição. Se na perspectiva das redes sociais falamos

---

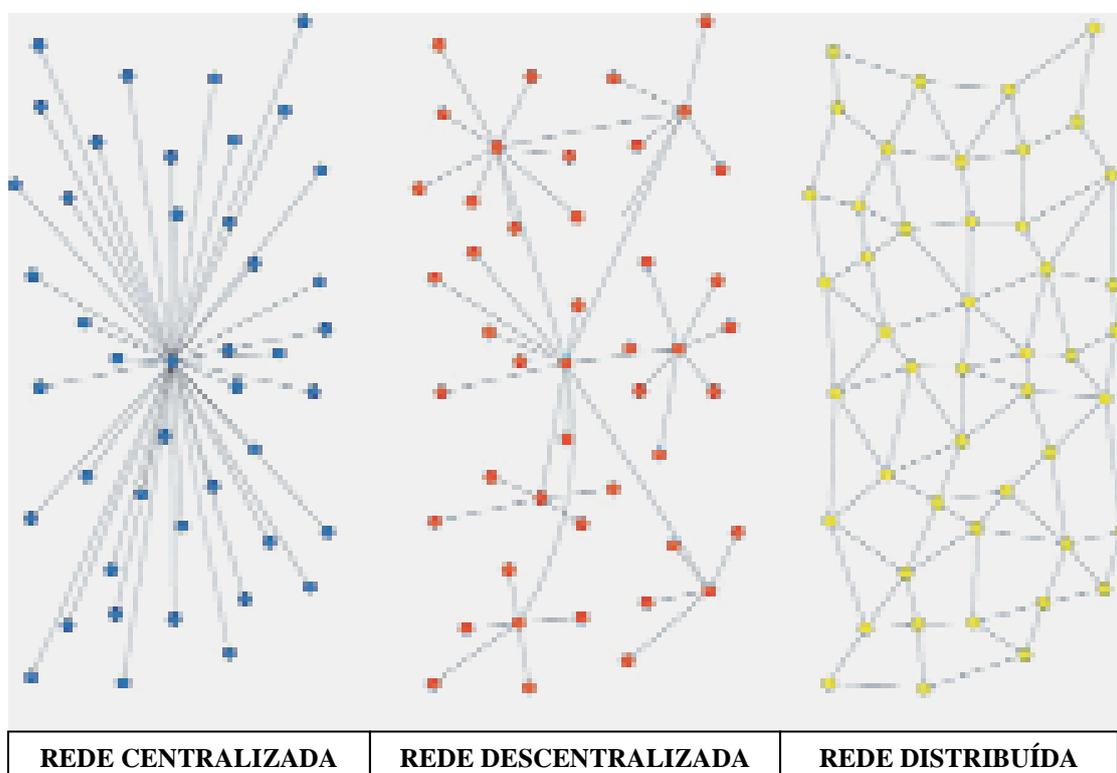
<sup>44</sup> Mais informações sobre o diário de campo podem ser encontradas no capítulo 1 deste trabalho.

<sup>45</sup> “Embora todos os pontos da rede sejam pontes entre redes, há alguns nós que realizam essa função de maneira intensiva. São pontos hiperconectores (ou ‘pontos-de-mil-linhas’) e que funcionam, dentro da dinâmica de caminhos da rede, como atalhos entre um ponto e outro. (Martinho, 2004, p.63-64)

em “pessoas”, neste texto propomos compreendê-las como agenciamentos, constituídas por saberes, instituições, elementos humanos e não-humanos.

A ideia de redes em (co)operação aqui mencionada está relacionada a dois sentidos. O primeiro é o de cooperação, no sentido de relações altruístas e solidárias a partir das quais somos capazes de promover ações coletivas – pressupõe espaços de consenso. O segundo é o de co-operação, reflexão sobre as articulações entre actantes que operam simultaneamente, mas não necessariamente através de relações solidárias, consensuais, na gestão da cidade. A ideia de formação de redes em cooperação no Brasil também está associada às experiências pioneiras vividas na área de educação ambiental, principalmente a partir da década de 90 (Martinho, 2004). Mais uma vez, explicita-se a importância das lutas ambientais na organização da sociedade (movimentos, redes em cooperação etc.).

Outra noção importante na constituição da rede que aqui tecemos é o diagrama<sup>46</sup> divulgado por Ugarte (2008). Esse diagrama apresenta o modelo de redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas, presente nas discussões propostas por Franco (2004; 2008) e Martinho (2004).



<sup>46</sup> Este diagrama foi proposto originalmente por Paul Baran em um documento que descrevia um projeto que mais tarde viria a se tornar a Internet, a partir do qual a imagem foi trabalhada por Rodrigo Araya (<http://puntogov.blogia.com>) e divulgada no livro “O Poder das Redes”, de David de Ugarte.

### **Figura 1 – A topologia das redes**

Como podemos ver na figura acima, no modelo centralizado todos os nós estão conectados através de um nodo central, mediador de toda a rede. A lógica que mantém esse modelo se aproxima do que Deleuze e Guattari (1995, p.24) chamaram de cultura arborescente. Sua vulnerabilidade consiste no fato de que se o nodo central-mediador for eliminado, a rede também o será. Altos graus de centralização produzem relações hierárquicas e, nessas situações, o fluxo da rede pode ser facilmente regulado, controlado, comandado, obstruído, manipulado, pelo seu centro.

Na rede descentralizada, a lógica da centralidade permanece e se multiplica. Trata-se de uma rede de redes centralizadas em que alguns nodos conectados centralizam as conexões entre vários outros. Nosso sistema político, calcado na representação, produz relações dentro desse padrão. Na saúde, as redes propostas pelas diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde) também seguem a lógica da descentralização. Grandes instituições e seus organogramas igualmente desenharam este padrão, experimentando relações baseadas em comando-controle. Por outro lado, esta dinâmica está sempre sujeita à subversão, a partir da possibilidade da criação clandestina de outros caminhos possíveis.

Por fim, no modelo da rede distribuída todos os nodos podem estabelecer conexão com todos os outros. Esse modelo possui um arranjo horizontal, rizomático<sup>47</sup>, em que não há necessidade de mediação. Isso torna a rede distribuída e mais resiliente, no sentido de que a eliminação de qualquer nodo não altera a configuração da rede de forma tão impactante. Trata-se do modelo mais dinâmico, em que o fluxo da rede percorre múltiplos caminhos, sem um centro regulador, de acordo com a heterogeneidade e intencionalidade dos nodos. Daí sua característica auto-organizadora. Na rede distribuída, “autonomia e insubordinação são conceitos chaves. Nesse sentido, participar de uma rede, (...) representa uma revolução política individual, uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder”. (Martinho, 2004b, p.4)

Segundo Ugarte (2008) as relações que mais se aproximam de uma rede distribuída são aquelas que se estabelecem na blogosfera – o mundo dos blogs. Na blogosfera, cada sujeito possui um blog, ferramenta de fácil gestão, e, através dele está potencialmente conectado com todas as outras pessoas desse universo. Na blogosfera

---

<sup>47</sup> A topologia das redes distribuídas também nos remete às definições trazidas por Deleuze e Guattari (1995), em Mil Platôs, a respeito da lógica rizomática.

não há mediação do fluxo da rede – todos os caminhos são possíveis para se chegar a algum de seus nodos. Constitui-se tessitura, composição não-hierárquica - nos blogs não há separação entre a vida do escritor e o que ele produz, estabelece-se uma relativização das fronteiras entre público e privado. Trago o exemplo no sentido de que a blogosfera inaugura uma forma relacional, uma forma de nos pensarmos em relação ao outro que era improvável antes do seu acontecimento.

Exemplos de redes centralizadas/descentralizadas são recorrentes em nosso cotidiano: os organogramas verticais de empresas tradicionais, a organização da máquina estatal, marcada por verticalização e burocracia – “reino da mediação”. Entretanto, cabe colocar que essas três formas de organização (centralizada, descentralizada e distribuída) constituem modelos, de modo que raramente veremos redes totalmente centralizadas ou completamente distribuídas, mas tendências à centralização e distribuição.

Ao contrário da maior parte das teorias sobre redes sociais, a rede aqui não será tratada com foco instrumentalista, ela não é uma ferramenta para se conseguir alguma coisa, mas sim o efeito de relações sociais que se dão nos diversos espaços (Franco, 2008). A rede, neste trabalho não é tomada como suporte, mas como efeito de um modo de organização que, recursivamente, produz efeitos em suas partes. Redes em (co)operação são, desse modo, geradas por relações colaborativas ao mesmo tempo em que as potencializam – “rede produz horizontalidade e horizontalidade produz rede” (Martinho, 2004, p. 27). Quanto maior a distribuição da rede, mais colaborativa ela tenderá a ser.

O aspecto colaborativo das manifestações sociais ganha visibilidade em meados do século XIX, na Europa, quando movimentos de resistência popular que acabaram produzindo experiências solidárias calcadas no ideal de ajuda mútua, cooperação e associação<sup>48</sup>. Nas últimas décadas, diferenciaram-se afirmando a dimensão política em sua ação. O reconhecimento desse tipo de modelo aponta para outras possibilidades de sustentação de formas de vida social, descentralizadas, afirmando outra forma de regulação da vida em sociedade. (França Filho, 2002). De fato, nas últimas décadas, é possível identificar a multiplicação de práticas sociais diversas em que a autonomia do cidadão assume vital importância.

---

<sup>48</sup> Como reflexo desses movimentos na economia, nasce o conceito de *economia social*, que se torna altamente institucionalizada no decorrer do século XX, tornando-se aparelho do Estado.

No Brasil, existem relatos de um expressivo crescimento de sociedades mutualistas na década de 70 do século XIX. Essas organizações funcionavam “como *locus* de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedades horizontais, e edificando espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes” (Jesus, 2007, p.476). Esses movimentos mutualistas foram contemporâneos aos de formação dos sindicatos e muito contribuíram para a

[...] formação e o fortalecimento de uma cultura cívica entre os trabalhadores, indispensável ao processo de construção da cidadania no Brasil. Além disso, que a experiência mutualista representou um nível significativo da capacidade de organização da sociedade civil brasileira em torno do direito à proteção social. (p.475)

Alguns aspectos semelhantes às associações que nos referimos neste trabalho já apareciam nessas formações mutualistas, como por exemplo, a promoção de atividades culturais, “espaços para lazer e conagração dos associados e dos demais moradores das cidades” (p.477). Como hoje, os recursos para os seus empreendimentos eram alavancados junto à própria sociedade e junto ao poder público.

[...] Além das associações que se sustentavam exclusivamente com recursos privados, havia sociedades de socorros mútuos que recebiam subvenções do Estado. As relações com o poder público eram, em geral, marcadas por demandas de cunho social e apoio na obtenção de reconhecimento da sociedade como um todo. Requeriam subvenções, [...], solicitavam serviços públicos dos mais diversos matizes e almejavam isenção de impostos. Portanto, seria difícil caracterizar as sociedades de socorros mútuos como instituições de caráter público ou privado tão somente, pois, no cotidiano tais instâncias se diferenciavam com pouca nitidez. O próprio poder público não sabia como reconhecê-las. (p.478)

As relações de mutualismo engendradas por essas experiências se manifestam concretamente em práticas de solidariedade, aglutinando homens e mulheres, fazendo florescer uma cultura emergente “diante de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas” (p.502), que marcaram o século XIX no Brasil.

Tendo isso em consideração, este capítulo objetiva traçar um desenho das redes de movimentos urbanos, tomadas como efeito das relações que se estabelecem na tessitura social. Busca-se compreender seus contornos, mapear suas articulações, refletindo a respeito de como os movimentos em rede são capazes de transfigurar a vivência de processos democráticos.

Embalada por uma configuração em rede distribuída, a proposta da escrita neste trabalho traduz o posicionamento de não-hierarquização entre saber acadêmico e senso comum, como forma de reintegrar saberes que foram dissociados por uma ciência pautada pelo ideal da racionalidade moderna (Santos, 2001).

[...] A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. (p.55)

Assim, o texto compõe com enunciados de lideranças comunitárias, evidenciando um posicionamento que inclui o então chamado senso comum na construção do saber. O senso comum constitui-se nodo na rede da escrita, na produção de conhecimento. As falas dos cidadãos, elencadas pela pesquisadora a partir de sua sensibilidade aos afetos e do material registrado em diário de campo, promovem uma reflexão que se apresenta em três sessões que seguem abaixo.

#### **A comunicação faz a rede: “o movimento vive dentro do meu computador”**

A importância da comunicação na formação das redes, em sua dinâmica de conectividade é largamente explorada por Martinho (2004). É através dos canais de comunicação que as redes se constituem na partilha de desejo e sentidos: *“eu fazia o material de apoio, de propaganda, eu fiz um blog”*. É por meio de blogs que as Associações divulgam suas ações. Assim, a participação cidadã se dá efetivamente pela partilha de desejos e sentidos que os mobilizam, pelo interesse de cada membro envolvido.

Esse compartilhar encontra nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação a possibilidade de ampliar suas ações e seu território: *“Então, as pessoas assim, hoje com a internet, a gente sabe o que está acontecendo no norte, o que está acontecendo em São Paulo, então as pessoas já se articulam e vêem, e entram em contato”*. Relativizam-se, assim, as noções de local e global, uma vez que as notícias veiculadas pelos blogs transitam conectando nodos que, em princípio, encontravam-se em outro “território”. Assim, abandonamos a ideia de território geográfico para falar de um território que se constitui a partir de outras

interações possíveis. Franco (2008) utiliza o termo “glocalização” (p.119) para tratar da hibridização local-global. Esse termo acolhe a dialógica que concebe complementaridade e simultaneidade dos processos de globalização e localização. Dentro dessa perspectiva, abandona-se a ideia de que caminhamos para uma aldeia global, capaz de conquistar homogeneidade, para abraçar a ideia de múltiplas aldeias, que em sua diversidade constituem uma unidade global. A própria temática que mobiliza esses Movimentos tem a característica da glocalidade, pois trata-se de uma discussão global (preservação ambiental, aquecimento global) que se traduz em ações locais – o local passa a ser compreendido como holograma, nodo da rede global: *“Aí então a gente começou, eu mandava e-mails, o pessoal traduzia e tudo: “quer ajudar? Manda e-mails para o Ministério da Cultura, protestando”... o Partido Verde da França, todo mundo, tudo que é lugar, da Argentina veio e-mails, nem sei quantos...”* Formam-se aqui também, redes em cooperação, no momento em que pessoas de diversas partes do mundo se solidarizam com uma causa global tratada em âmbito local. A preocupação global com a defesa do meio ambiente se localiza na ação de tombamento da Rua Gonçalo de Carvalho – primeira rua a ter seu patrimônio histórico, ambiental e ecológico tombado no Brasil<sup>49</sup>. As redes em (co)operação se auto-organizam acerca desse intento.

Em uma das anotações em diário de campo, registro quando um dos membros da *Associação Moinhos Vive* solicita aos outros que escrevam um texto sobre a destruição da cidade pela mão da construção civil. O texto havia sido solicitado por um site de arquitetura de São Paulo, que ficou sabendo das ações da *Associação* com relação ao tombamento do patrimônio histórico e ambiental do bairro e desejava, na ocasião, publicar algo a respeito dessa temática. Há um movimento de colaboração e solidariedade<sup>50</sup>, partilha em torno de interesses convergentes. Nesse exemplo citado, vemos a ampliação de ações e territórios, de São Paulo a Porto Alegre. Além disso, a gestão da cidade, os critérios de desenvolvimento e o urbanismo sustentável são questões presentes em nível global, como vimos no capítulo II.

---

<sup>49</sup> Reportagem sobre o túnel verde da Gonçalo de Carvalho pode ser encontrada no Jornal Floresta, edição de maio de 2007.

<sup>50</sup> Utilizo as palavras de Mance (2000) para definir colaboração, do latim, “trabalhar juntos” e solidariedade, “deriva de *solidu*, significando algo forte, que dificilmente se deixa destruir por uma força externa”. A solidariedade trata de uma relação de corresponsabilidade pelo “bem-viver de todos e de cada um em particular” (p.17).

Essa mobilização implica estratégias de disseminação de ideias, ações, posicionamentos que, com o auxílio da tecnologia, espalham-se sem um controle central, de forma aleatória e imprevisível (padrão distribuído): “*Eu não sei como é que surgiu, isso aí não tem uma participação direta minha, eu não sei o que que houve, talvez o pessoal começou a ver a briga que acompanha no blog.*” Esse exemplo nos mostra as tecnologias como possibilidade de promover maior grau de distribuição na topologia da rede social, em que não há mediação ou possibilidade de controlar o fluxo comunicacional e, portanto, as formas de participação que daí vão se produzir. Este exemplo ilustra uma das principais propriedades da rede: sua não-linearidade, ou seja, a capacidade de que a informação circule de forma não-linear e imprevisível, podendo percorrer um caminho circular que confere à rede um mecanismo de realimentação (Martinho, 2004).

Os canais de comunicação e mobilização utilizadas pelo *Movimento Porto Alegre Vive* incluem a utilização de ferramentas virtuais como criação de blogs e, principalmente, envio de e-mails. Através desses canais, conectam-se associações de bairro da cidade, instituições profissionais, sindicatos, ONGs, movimentos ambientalistas e mesmo órgãos públicos, secretarias de planejamento, do meio ambiente, da cultura, da segurança, gabinete do prefeito, vereadores e deputados. Através dos e-mails também entram na rede cursos e eventos que são potenciais promotores de encontros presenciais entre os cidadãos engajados nos movimentos.

É a comunicação que estabelece conexões entre os actantes da rede. Certamente o surgimento das tecnologias de informação e comunicação possibilitam outras configurações desses fluxos. Iñiguez (2002) considera o advento da computação, das tecnologias da informação como “tecnologias do pensamento” (p.110), pois sua utilização tem efeitos sobre as formas de pensar. Essas tecnologias do pensamento são colocadas como condição de possibilidade para o surgimento da pós-modernidade e fazem parte da dimensão sociológica dessas condições. A utilização do computador como ferramenta produz formas absolutamente distintas de relação com a realidade, promovendo outros modos de relação.

As tecnologias da informação constituem um marco na passagem da era industrial para a era informacional, caracterizada pela sociedade em rede. Castells (1999) também defende esse argumento ao pontuar as mudanças nos modos de produção e desenvolvimento. Na era industrial, o desenvolvimento era centrado na

introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso dessa energia, enquanto que no modo informacional a fonte do desenvolvimento é a tecnologia de geração de conhecimento, processamento da informação e comunicação de símbolos. Logo, a lógica das redes é considerada, pelo autor, como uma das principais características do novo paradigma – a sociedade informacional - trazendo a ideia do não-estruturado como possibilidade flexível e força motriz da criação/inação.

A revolução informacional é afirmada como tendo a mesma importância da revolução industrial, no sentido de promover descontinuidades nas bases materiais da economia, sociedade e cultura. Ao mesmo tempo, a difusão do informacionalismo está estreitamente relacionada com a reestruturação do capitalismo (Castells, 1999), de modo que simultaneamente se apresenta como possibilidade de ruptura e como suporte para a manutenção de uma ordem estabelecida.

Outro paradoxo original da rede é a possibilidade de controlar ou fazer circular (Musso, 2004), disseminar informações ou centralizar poder a partir da regulação dessa circulação. Nos movimentos, as postagens nos blogs podem servir para potencializar ações cooperativas e distribuídas, ou gerar mais mediação sobre elas, se a informação se conectar a redes mais centralizadas, correndo a ação o risco de ser obstaculizada<sup>51</sup>. O paradoxo entre circulação e controle contido no modelo da rede se faz presente nos Movimentos. Ao mesmo tempo em que criticam a centralidade da máquina burocrática do Estado, hologramaticamente, apresentam o mesmo paradoxo quando necessitam interceptar os fluxos da informação: *“Eu não permito comentários no blog do Movimento”*, relata um dos participantes, dizendo que já foi muito insultado através de postagens. Dessa forma, existem ações que se dão de forma mais centralizada, outras mais distribuídas, dependendo de como nos colocamos diante da aceitação da alteridade.

Ainda no âmbito da circulação das informações na rede, por um lado, a mídia eletrônica/virtual tem possibilitado a multiplicação de conexões, estimulando relações cooperativas, como vimos acima. Por outro, também gera o seu oposto, promovendo individualismo e isolamento: *“Hoje as pessoas são muito individualistas, a pessoa fica*

---

<sup>51</sup> Um exemplo disso foi a audiência em que foi aprovado o projeto de lei 470/02, sobre o Pontal do Estaleiro, que foi amplamente divulgado entre associações, sindicatos e movimento estudantil. Na chegada à Câmara, os cidadãos foram recebidos por um reforço da Guarda Municipal, que barrava as pessoas que não tivessem pegado as senhas distribuídas no início da tarde.

*em casa e se isola do mundo. Ela entra em uma janela da internet e fica vivendo uma realidade diferente, ela tá vivendo a realidade americana, russa, da Islândia, sei lá.”*

Outra forma de comunicação presente na rede é a mídia impressa<sup>52</sup>, vista como afirmação do modo de vida capitalista, estando a serviço de uma informação cujo fluxo é mediado pelos grupos detentores do capital, corporações com interesses específicos. Em Porto Alegre, a mídia formal local mantém uma forte relação com o ramo da construção civil: *“A mídia é cruel, porque ela tem interesses econômicos atrás, principalmente um grupo aqui que todo mundo sabe quem é, não preciso dizer...”* outra fala traduz a falta de apoio dos meios de comunicação formais às ações que são desenvolvidas pelos Movimentos urbanos: *“Então, primeiro lugar, o direito do cidadão de ser ouvido. Porque ele é esmagado, porque a mídia não nos dá espaço. Só o jornal de bairro. Porque os grandes jornais, por motivos óbvios... (para eles) nós somos ecoxiítas...”*

Dentro da mesma lógica, a televisão é vista como promotora de individualismo e alienação: *“existe a televisão que faz um impacto terrível na cabeça... futebol... essas coisas desviam a atenção da pessoa”*; *“porque hoje a novela é um processo também de desmonte mental das pessoas. (...)”*; *“E outra coisa é que hoje a sociedade está muito mais individualista. A gente, naquele tempo... talvez seja o efeito televisão, né, porque não tinha televisão naquele tempo”* Essa fala me remete à Guy Debord (1997) em sua obra *“A Sociedade do Espetáculo”*, em que enuncia o domínio da mídia como instrumento de comunicação pautado no ideário de imparcialidade, em que a informação, significada como pura, é unilateral e legitimadora do *modus vivendi*. O espetáculo é o exagero da mídia, é o seu excesso, que busca uma unicidade, uma *“convergência espetacular”* (Debord, 1967/1997, p.171) capaz de educar uma geração submissa aos seus códigos. Trata-se da homogeneização de um modo de vida dominante, marcado pela alienação, pela separação, pelo individualismo, pelo consumo e pela aparência – elementos que atuam no enfraquecimento das conexões entre pessoas.

Por outro lado, registro em diário de campo, a ocasião em que um membro da diretoria conta as repercussões de uma reportagem sobre a *Associação Moinhos Vive* veiculada pelo Jornal Nacional (televisão). *“Conta que recebeu 36 ligações, incluindo*

---

<sup>52</sup> Pontuo a diferenciação da mídia eletrônica e impressa, em função de aparecerem de formas distintas nos enunciados dos participantes.

*uma de Istambul (de um amigo que está morando lá e assistiu à reportagem pela internet, em tempo real)*” (Diário de campo, registro de reunião da Associação *Moinhos Vive*, dezembro de 2008). Novamente, temos a possibilidade de deslocamento territorial pela utilização de tecnologias e de disseminação, potência de conectividade por veiculação de informações na televisão. Dialogicamente, ao mesmo tempo em que se apresenta como um meio de comunicação extremamente centralizador, mediador de informação, a televisão pode atuar na promoção de conexões.

### **O reino da mediação: processos de centralização em redes**

Vivemos em um mundo tomado por instituições organizadas a partir de uma lógica centralizada, ainda que se apresente como rede descentralizada, mantém-se a lógica, multiplicam-se os nodos mediadores. Vivemos da centralização do poder em uma sociedade cujo regime político se pretende democrático. A este conjunto de processos centralizados (geralmente associados à formalidade) que caracterizam a organização da sociedade, chamamos, aqui, “reino da mediação”.

Na *Associação Moinhos Vive*, há um processo de progressiva centralização no momento em que deixa de ser um “*Movimento*” para se tornar uma “*Associação Sem Fins Lucrativos*” e formaliza sua existência através do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. No momento da formalização, relata-se um esvaziamento: “*o Movimento passou a ser uma Associação. E aí, como toda a Associação, onde tem cabeças que ficam pensando, as reuniões se tornaram cada vez menores...*” De certa forma, o processo de formalização de um Movimento, passando a atuar com um Estatuto definido, ao ter seus propósitos bem delineados, acaba por constituir um núcleo, deixando de ser regido por uma lógica de distribuição. Quanto mais fixamos uma ordem pré-estabelecida, uma solução pronta, um caminho único, menos há espaço para a distribuição e, portanto, de inovação estratégica.

Enquanto a formalização está associada à burocratização e ao controle (constituição de um núcleo), a informalidade está associada à liberdade, ao fluxo: “*mas eu tinha uma coisa que me dava liberdade, porque o movimento era informal e eu não tinha que prestar contas para ninguém.*” Os procedimentos de controle pertencem ao mundo da mediação, principalmente porque esse controle passa a se estabelecer de uma forma hierárquica e não-horizontal. A horizontalidade é mais uma propriedade das redes

distribuídas, apontadas por Martinho (2004), enquanto a hierarquia é marca da centralização/mediação.

A centralização política também acontece na esfera partidária, tanto na organização interna, como na articulação de outras dimensões sobre as quais se estende: *“Aí um diligente meu chegou e disse “olha, tu cumpriu o teu papel na juventude, agora tu já não é mais tão jovem, os espaços na juventude, por tudo o que se fez, estão fechados, né. Então, tem que procurar uma atividade de massa para fazer.” Muito bem, e qual é a atividade? Olha, movimento estudantil nós estamos bem, tem boa representação PUCRS, UFRGS... no movimento sindical nós estamos com boa representação, só que no movimento comunitário não tem ninguém.”* A partir disso, é possível pensar que não vivemos relações em redes que respeitam aos modelos de centralização e distribuição, mas em redes que conectam padrões distribuídos e padrões centralizados todo o tempo, de acordo com o fluxo de informação e com a possibilidade de traçar múltiplos caminhos ou não.

[...] Os políticos tradicionais, entretanto, não são *netweavers* e sim, exatamente, o contrário disso: eles hierarquizam o tecido social, verticalizam as relações, introduzem centralizações, obstruem os caminhos, destroem conexões, derrubam pontes ou fecham os atalhos que ligam um *cluster*<sup>53</sup> a outros *clusters*, separando uma região da rede de outras regiões, excluem nodos; enfim, introduzem toda sorte de anisotropias no espaço-tempo dos fluxos. Fazem tudo isso porque o tipo de poder com o qual lidam – o poder, em suma, de mandar alguém fazer alguma coisa contra sua vontade – é sempre o poder de obstruir, separar e excluir (Franco, 2008, p.100).

A própria delimitação das formas de articulação propostas pelo governo municipal, denuncia a centralidade nos processos de gestão. Em reunião, no dia primeiro de setembro de 2008, registro uma conversa sobre as organizações da cidade, propostas pela prefeitura: *“são das mais diversas ordens e formas. A Secretaria de Planejamento divide a cidade em 8 Regiões de Planejamento; a Secretaria de Segurança divide a cidade em 17 distritos; o Orçamento Participativo ainda possui uma outra configuração”*. Isso me leva a pensar no quanto essa disposição promove desarticulação e desmobilização das pessoas, que transitam de uma região a outra, sem estabelecer vínculos e partilha de desejos e informações. Quando muda a pauta, o cidadão é encaminhado a outra instância, outro território.

---

<sup>53</sup> Cluster é um aglomerado de nodos, fenômeno que ocorre com a rede distribuída quando esta atinge um determinado número de conexões (Franco, 2008).

Mesmo os movimentos urbanos e as associações de bairro que, como vimos, possuem forte articulação horizontal e distribuída, acabam por organizar-se centralizadamente com relação a determinados processos. Isso é ilustrado pela existência de uma instituição que representa a União das Associações de Moradores da cidade (UAMPA), ou ainda a Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Associações de Bairro (FRACAB - que também possui interesses partidários aliados). Ao mesmo tempo resistem a ela, quando se agregam por interesses convergentes em um movimento que decidem chamar *Porto Alegre Vive*, para reivindicar espaços de participação da população na construção das diretrizes do Plano Diretor. Sua principal preocupação foi a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, que foi implantado em 1999.

É interessante pontuar que o encontro das associações que posteriormente viriam a compor o *Movimento Porto Alegre Vive* se deu dentro das Regiões de Planejamento, que fazem parte do Fórum de Planejamento da cidade (instrumento de participação popular, vinculado à Secretaria de Planejamento). Assim, uma organização descentralizada (núcleo) contém em sua periferia a possibilidade de distribuição, que vem tensionar o centro, apontando para uma necessidade de (re)organização.

O padrão de centralização também está presente no *Movimento* quando se coloca na posição de fiscal do serviço público, inserindo-se em um processo de mediação entre o desejo e os rituais iniciáticos da máquina estatal, que prevêem caminhos bem delineados para a execução de qualquer ação: “*Quando tu entesa com alguma coisa e vai para cima dos órgãos públicos, tu consegue*”.

Esse processo ilustra o que Franco (2008) chama de velha “sociedade civil organizada” (p.114), realizando uma crítica em função de sua visão de ordem estabelecida de cima para baixo, que objetiva a manutenção de um padrão de ordem que parte de um pequeno grupo e é imposto aos coletivos. Coloca que os militantes que compartilham da visão da velha “sociedade civil organizada” (p.114) não cogitam a hipótese de uma ordem emergente, de uma inteligência coletiva, da possibilidade de auto-organização gerada no tecido social. Mas acreditam que agrupamentos possam ser homogêneos e utilizam os movimentos sociais como um trampolim rumo às instituições do Estado.

A dimensão centralizada também convive no *Movimento Porto Alegre Vive*. Alguns de seus membros se lançaram às instituições políticas e outros ainda assumem o

papel reativo de cobrar do governo aquilo que “deve ser feito”. No entanto, simultaneamente, acontecem movimentos imprevistos, que criam/inventam soluções inusitadas para as problemáticas no próprio local.

Em diário de campo, na ocasião de uma reunião do Fórum de Entidades, nos seus tempos de atividade independente da Câmara<sup>54</sup>, registro a criação de uma comissão jurídica, que estava “*com a atenção máxima voltada para entrar contra as irregularidades das leis*”. Isso me leva à reflexão sobre a necessidade de ser “iniciado”<sup>55</sup> para poder questionar os procedimentos regulados pelo governo. Afinal, quem legitima a lei que legitima as ações do Estado? Para questionar uma lei posta, é preciso articular uma série de códigos que nos falam de uma despolitização pela mão da técnica. É preciso ter um advogado, técnico, especialista, para dar cabo de questionar a instituição de uma lei para a qual o movimento cidadão muitas vezes representa desordem.

Há, então, um esforço no sentido de romper ou transformar a estrutura institucional, propondo novas formas de organização. Um exemplo disso aconteceu na época da elaboração da Lei Orgânica de Porto Alegre, em 1989, momento em que foi criado o Fórum Municipal de Entidades, como espaço de participação popular relativo à legislação da cidade. Em um relato, o processo de tensionamento para a criação desse espaço é contado: “*era uma reunião dos vereadores, para discutir o regimento interno da Constituinte Municipal. Então só os vereadores têm acesso. Eu saí com aquilo na cabeça, eu digo o que eu vou fazer, caminhando pelos corredores, aquela Câmara tem uns corredores que são quadrados assim e fui caminhando, (...) Aí passei por uma companheira de um Sindicato Regional, passei por uma companheira de outro municipal, de entidades diferentes e encontrei um outro companheiro que era do sindicato dos artesãos, (...) Aí fizemos um ofício dirigido ao presidente da Câmara,*

---

<sup>54</sup> O Fórum de Entidades foi vinculado à Câmara Municipal desde sua criação. No entanto, em 2008, quando a Câmara Municipal decidiu protelar a avaliação do Plano Diretor para depois do pleito, em função de interesses que não diziam respeito à população e nem à cidade, as entidades, em repúdio, romperam com a Câmara e passaram a se reunir de forma independente na Assembléia Legislativa, somente sob coordenação de lideranças comunitárias. Era essa a situação quando comecei a freqüentar as reuniões. Após a assunção do segundo mandato do prefeito José Fogaça, os trabalhos do Fórum de Entidades retornaram à Câmara sob a coordenação do Vereador Toni Proença e do arquiteto Nestor Nadruz (representando as Entidades).

<sup>55</sup> O termo iniciação, do latim *initiatio*, refere-se à “comunicação do conhecimento de coisas secretas”, ou ainda, à “entrada em qualquer sociedade secreta”. In: Dicionário da Língua Portuguesa – [www.priberam.pt](http://www.priberam.pt). Assim, quando utilizamos essa referência para falar dos procedimentos relacionados ao Governo, falamos de conhecimentos de legislação, nomenclaturas específicas, necessidade de determinadas documentações, rituais burocráticos, entre outros.

*pedindo espaço para as entidades discutirem o regimento interno e assinamos. (...) Aí o presidente da Câmara autorizou a nossa participação na discussão. E aí na discussão nós propusemos a criação do Fórum de Entidades, para discutir a lei Orgânica – Fórum Municipal de Entidades.*” Nesse exemplo, a participação popular, como desordem à instituição estabelecida tensiona o núcleo exigindo uma (re)organização.

Fazendo uma analogia com a imagem que nos foi trazida, podemos pensar a ordem institucional representada pelos corredores quadrados da Câmara e a possibilidade de desordem é inaugurada pelo andar errante e inquieto, que busca uma maneira de produzir diferença nos processos de construção da legislação da cidade e ao seu fim, formaliza, com um ofício (procedimentos institucionais), um novo dispositivo capaz de integrar a desordem inicial, gerando uma nova ordem, uma outra organização. Fala-se sobre as condições desse tensionamento que é capaz de produzir a abertura para novos espaços de interlocução: *“Meio com pé na porta, meio com pé na porta, né.”*

Segundo Baquero (2003), “o estabelecimento de uma ponte entre a dimensão institucional e as modalidades de democracia participativa é o desafio que os governos latino-americanos terão que enfrentar no futuro” (p.13). Dentro desse desafio, as tensões para a descentralização também se apresentam com a participação efetiva dos cidadãos na constituição das leis, como neste exemplo, em que o conhecimento, fruto da vivência cotidiana passa a ser considerado: *“Chega na Dona Terezinha e a dona Terezinha: eu tenho uma proposta, porque na vila tem muito homem sem vergonha, tem muito homem sem vergonha, tu não queiras saber. E eles ganham... tudo o que a gente ganha é para o homem. E aí eles recebem no nome deles, vendem, abandonam as mulheres e as mulheres ficam com os filhos e o título é deles. Então a concessão do direito real de uso deve ser feita ao homem e á mulher ao mesmo tempo e deve permanecer, no caso de separação deve permanecer com quem ficar com a guarda dos filhos menores. Esse princípio foi a analfabeta da Dona Terezinha que colocou na Lei...”* (Relato do processo de produção da Lei Orgânica de Porto Alegre, ocasião em que o Fórum de Entidades foi criado, como espaço de participação popular junto ao Legislativo).

As brechas para (re)organização, se fazem presentes em outros espaços. O *Movimento Porto Alegre Vive* cria-se como articulação espontânea a partir de interesses e objetivos comuns, articulados em um espaço formal/institucional (Fórum Municipal de Planejamento), compondo com encontros informais e tensionando outros espaços de participação institucionais – Fórum de Entidades: *“E eu comecei a me articular com*

*essas pessoas, falando de tudo isso... todo mundo... foi aí que a J. também começou, eu mandei a J. para lá (Região de Planejamento), todo mundo que eu conhecia que mandava... eu mandava para lá. E aí a gente se articulou e criou o Porto Alegre Vive.”* É a criação de espaços de encontro e troca de ideias que permite a emergência de soluções criativas para problemáticas comuns: *“E a experiência com a população, aquela que aos poucos foi, principalmente as mulheres, foram compreendendo o processo, começaram a escrever, começaram a debater, a discutir... foi o grande lance de... dos acontecimentos, né.”* A partir desses espaços é possível flexibilizar fronteiras, gerando relações mais distribuídas a partir da abertura efetiva à interação.

### **A rede como paradigma da não-fronteira: tensões de distribuição transfigurando as relações democráticas**

Quanto mais distribuídas forem as relações em uma rede, mais democráticas elas se tornam, por não necessitarem mediação – todos os nodos são igualmente autônomos e possuem poder para a ação. O padrão de organização distribuída está presente no modo como os cidadãos têm buscado exercer a democracia direta, através da criação de espaços de interlocução, de debates, de disseminação de posicionamentos, divulgação de ações, entre outras estratégias. Essa dimensão direta da democracia está mencionada na Constituição Brasileira<sup>56</sup>, mas não existe consenso sobre os modos de exercê-la. A busca pela democracia participativa se dá por meio de instrumentos formais e informais. Assim, algumas organizações preferem a manutenção da informalidade, mantendo-se como “*Movimento*” e outras, passam a se institucionalizar, tornando-se associações, organizações não governamentais, adquirindo o seu cadastro nacional de pessoa jurídica<sup>57</sup>.

Quanto ao processo já relatado sobre a formalização da Associação *Moinhos Vive* com a criação de um estatuto, podemos pensar nos processos de formalização como pertencentes à cultura da disjunção, pois no momento em que um pequeno grupo formaliza uma instituição, cria uma fronteira que, de alguma forma, exclui todos os

---

<sup>56</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou **diretamente**, nos termos desta Constituição.” (o grifo é meu).

<sup>57</sup> No Jornal Já Bom Fim/ Moinhos, edição da primeira quinzena de 2008, em uma carta dos leitores, um cidadão **corrige** o jornal: “O ‘Amigos da Gonçalo **não** é associação. (...) é um **movimento** que surgiu em defesa da rua. (...) Para melhor defender suas posições em defesa da rua, surgiu a AMABI que é **legalmente constituída**.” (Jornal Já, maio de 2008).

demais nodos (fronteira da formalidade). Há uma cisão entre “formal” e “afetivo”, dimensão que produz a ação. Quando nomeamos um pequeno grupo como representante da associação, criamos hierarquia e mediação no fluxo da rede, produzindo disjunção de nodos. Também é disjuntivo o fato de que a organização passa a ser regida por um estatuto, ou seja, cria-se um “*modus operandi*” que antes era múltiplo.

Vemos acima o que a complexidade propõe, dialogicamente, como sistema aberto e fechado ao mesmo tempo. Aberto pela sempre presente possibilidade de inclusão de novos nodos e fechado, quando assume uma estabilidade em sua formalização. A estratégia da *Associação Moinhos Vive* tem sido a constante tentativa de abrir o sistema “por dentro”, buscando constantemente o estabelecimento de novas conexões. Nessa dialógica o sistema opera como algo vivo, em constante movimento de entrada e saída de participantes nas reuniões. Os movimentos de inclusão/exclusão dos nodos da rede mostram-se, por vezes, identificados com a aleatoriedade do acaso, com o encontro, com o fluxo das redes na cidade: “*E aí um dia eu estou jantando com um amigo meu e ele diz: “A. tu viu que vão destruir todas aquelas casas da Luciana de Abreu?” (...) E daí ele disse: “Tem que fazer alguma coisa” E eu disse assim para ele “Olha, eu vou fazer”*”. Por outro lado, o acompanhamento desse movimento nos proporciona pensar que ele acontece de acordo com a importância que a temática abordada tem para os cidadãos em um dado momento, na medida de sua implicação com as ações realizadas e o sentimento de pertença com relação aos espaços e não de acordo com a previsão feita por um pequeno grupo. Os processos de exclusão que presenciei foram fruto de uma ruptura na partilha de sentido dos valores e intenções do *Movimento*.

Essa dinâmica ilustra a propriedade de movimento da rede, que, como organismo vivo, está sempre a ganhar e perder nós (Martinho, 2004). É a capacidade de compartilhamento de motivações, desejos e intenções que confere aos movimentos sua potência de auto-organização.

A condição de auto-organização e cooperação está diretamente associada à possibilidade de construir relações democráticas, segundo o pensamento de John Dewey (Franco & Pogrebinschi, 2008). Esse pensador coloca em foco as ações em comunidade, afirmando que a democracia é

[...] uma aposta de que os seres humanos comuns podem, sim, aprender a se autoconduzir – mesmo que não possuam nenhuma ciência ou técnica específica – quando imersos em ambientes que

favoreçam ao exercício coletivo dessa educação democrática. Ora, esses ambientes são os ambientes comunitários, constituídos pela prática cooperativa das pessoas que se conectam umas às outras e atuam coletivamente em prol de objetivos comuns. (p.18)

A ampliação da escala de cooperação é possível através da rede não-mediada. Como já vimos anteriormente, a circulação por essa rede viabiliza a relativização das relações entre dimensão local e global: *“Em Portugal eles pediram ajuda – ‘porque vocês são muito organizados!’ E eu vou dizer que não somos organizados? Já vai tirar o tesão dos caras, né. Eu digo: ‘Não é bem assim, mas o que que você precisa?’ ‘Como é que se faz isso? Como é que se faz aquilo?’ Aí a gente passou algumas coisas, que a gente já tinha conhecimento, né (...) Então a gente presta auxílio para outros movimentos de fora do país nessas coisas... mais é de estímulo! ‘A coisa aqui não tem jeito!’ ‘A coisa aqui também não tinha jeito, e aconteceu!’* Franco (2004) associa a possibilidade de ampliação de cooperação com um ambiente em que as relações se organizem de maneira mais distribuída, horizontal, propícia à expressão de processos democrático-participativos. No entanto, pelo fato de estarmos inseridos em um mundo em que a maioria dos processos se dá de forma mediada, temos a expectativa de organização por meio de caminhos bem delineados e pré-estabelecidos. Isso não acontece na rede distribuída, porque a rede distribuída é justamente a possibilidade de múltiplos caminhos para se chegar a um ponto. Não há como predeterminar a ação dos nodos ou a forma como estes buscarão sua inserção na rede.

Podemos aqui evocar o conceito de auto-eco-organização, de Morin (2005b) para dar conta das dimensões antagônicas e complementares de autonomia e dependência. A autonomia está associada à possibilidade de auto-organização e a dependência, à possibilidade de desenvolvermos cooperação quando inseridos em ambientes que propiciem relações cooperativas. Assim, podemos considerar os sujeitos e o próprio movimento urbano como exemplos de sistemas auto-eco-organizados. Possuem autonomia na articulação de estratégias e parceiros, ao mesmo tempo em que são dependentes de uma série de rituais, leis, códigos, burocracias, determinados pela centralização proposta pela máquina estatal.

Segundo Pereira (2008), Estado e Sociedade são configurações interdependentes. Ao mesmo tempo em que a sociedade civil organiza-se espontaneamente de acordo com as demandas que possuem sentidos partilhados,

necessita de interlocução com o governo, enquanto máquina estatal administrativa, burocrática, devendo ser iniciada em seus códigos. Entram na rede leis, portarias, decretos, laudos técnicos, reuniões, procedimentos, requisições, ofícios, abaixo-assinados, entre outros.

A estrutura burocrática, que historicamente garantiu a descentralização do Estado<sup>58</sup>, apresenta-se, muitas vezes, como um sistema extremamente centralizado e auto-referente. Um exemplo é registrado em diário de campo (outubro de 2008), em uma ocasião em que discutíamos o Projeto de Lei 470/02 em audiência pública. Como respaldo para a aprovação de um projeto especial, com relação à construção na orla do Guaíba (Projeto do Pontal do Estaleiro), utiliza-se o argumento da sujeira que existe no local, alegando sua insalubridade por ter-se tornado um depósito de lixo. No entanto, a limpeza do local é uma tarefa do executivo, pela mão do DMLU. A auto-referência, então, consiste na negligência de um lado (executivo) para justificar e respaldar soluções arbitrárias de outro (legislativo).

Ainda, quanto à centralização promovida pelos procedimentos burocráticos, registro em diário de campo, no dia 29 de julho de 2009: *“Escrevemos um ofício ao Secretário da Cultura, solicitando um retorno com relação ao ofício enviado anteriormente, referente a um pedido de tombamento. Sobre este tombamento, P. afirma que os peritos contratados pelo Ministério Público para fornecer os laudos sequer sabiam quem era o arquiteto que projetou as casinhas, um dos arquitetos mais conhecidos do Brasil, cuja obra remete às origens de Porto Alegre, fato que foi descoberto através do movimento da população.”* Assim, novamente, os procedimentos internos tornam-se auto-referentes (laudos incompletos) dando respaldo a decisões arbitrárias, alheias à participação dos cidadãos. Para essa luta de preservação específica, a Associação entrou em contato com órgãos como o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural Nacional), o EPHAC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural), o COMPHAC (Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural), todas instituições vinculadas ao governo, atuando em co-operação através da mesma lógica administrativo-burocrática<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Em Van Creveld (2002), a burocracia aparece como forma de independizar a estrutura de governo de seu governante, ou da instituição religiosa, fundando consigo o Estado Moderno “Impessoal” (p.130).

<sup>59</sup> Em uma reunião que tivemos com um desses órgãos, foi nos sugerido que enviássemos mais papéis, documentos, pesquisas sobre a ação pretendida, para constar em Brasília. A lógica implícita é: quanto maior a pilha de papel, mais importante é a ação.

O poder público constitui-se ora por processos extremamente centralizados, verticais, hierárquicos, ora em relação distribuída, em que interesses diversos compõem uma rede de forças sem centro, sem elemento regulador – uma luta de forças que não é centralizada, mas distribuída: sociedade organizada, poder público, grupos econômicos cujas conexões não são declaradas (invisíveis): *“Tem grupos econômicos que são ligados aos grupos daqui, que transferem as informações, compreende. E essas informações... é um grupo bem consolidado, viu, muito capaz e muito experiente que sabe como corromper o... por vias... por vias ideológicas, por vias materiais, difícil de tu conseguir localizar... e a falta também do poder jurídico, não se qualificar,(...) “não mas isso aqui não é lei ainda, então não pode”... eles querem que a coisa seja lei para se debater. E enquanto a lei normalmente está consolidada e não tem como mudar, nem na justiça muda. Então a coisa está... nós todos estamos assim, poder público, sociedade, poder judiciário, poder legislativo estamos reféns desse poder.”*

Morin e Kern (1995) já anunciavam a fragmentação e esvaziamento da política, tradicional pela incorporação da economia, da técnica e, em função dela, dos *experts* e especialistas, que acabaram por fragmentar ainda mais o espaço da política institucional. em modos de pensamento compartimentados. Enunciam o esvaziamento político pelo enfraquecimento dos antagonismos ideológicos (partidários) em proveito de interesses econômicos que se tornaram prioritários. “Assim, na fase atual, o econômico guia e até mesmo absorve o político” (p.144).

Se por um lado, o poder público – governo - aparece como legitimador de determinadas práticas quando elas fazem parte da agenda política: *“as pessoas começaram a acreditar mais, já que existia uma coisa pública de preservação... não é?”*. Lógica que apresenta uma inversão, em que o Estado parece dar legitimidade às ações da sociedade e não o contrário. Em outros momentos, reivindicam seu lugar na deliberação de questões acerca da gestão do espaço urbano: *“Vamos citar o nosso caso aqui: no momento em que oito mil pessoas firmam um documento dizendo discordar frontalmente com que seja descaracterizada uma parte do seu bairro e essa vontade não é respeitada, seja por qual for o poder – executivo, legislativo, ou o judiciário mesmo – está havendo uma agressão à cidadania legítima.”*

Esse jogo de forças reconfigura as possibilidades de movimentação e resistência. A lógica da distribuição também parece constituir o cenário da política partidária no contemporâneo, em que já não é possível identificar ideologias bem definidas. Os nodos

da rede vão se transfigurando através de relações de interesses, personagens e ações difusas: *“Mas era mais fácil esse aspecto. Havia, logicamente, um ideal claro. Hoje o inimigo, o adversário é difuso. Tu não sabe onde ele tá. Tu identifica o que realmente eles querem, agora a maneira que eles usam, os artifícios que eles usam, fica difuso isso. Antes era muito clara a divisão entre bem e mal, digamos assim, se é que tu me permites... Hoje é difícil. Hoje tem gente que prega coisas típicas de direita dentro da esquerda e tem gente que prega ações de esquerda dentro da direita. Então é difícil identificar isso”*

As falas apontam para o domínio de interesses econômicos sobre o poder público - Estado, tanto no âmbito executivo, judiciário, quanto legislativo: *“O que tu percebes é que, via de regra, o que fala alto é o empreendedor, entendeu, sob a alegação de gerar emprego e renda, rasgam-se as leis da cidade. Tudo justifica, né.”* Assim como na dimensão do planejamento urbano, há o domínio do ramo da construção civil<sup>60</sup>, ligada a financiamento de capital estrangeiro<sup>61</sup>. *“Só que eles montaram uma... a Câmara é praticamente toda deles, né. Não é deles por ideologia, alguma coisa tem por trás disso aí, né. (...) Como é possível que um vereador não olhe a cidade e olhe os interesses privados como é o caso daqui.”*

A iniciativa privada aparece como mais um poder ao lado dos três poderes que constituem o Estado Democrático de Direito. Constitui-se poder na formalidade, através de estratégias como as Parcerias Público-Privadas e também informalmente, atuando sobre as decisões do espaço público estatal *“Eles acham que eu não, não... eles continuam com aquele processo deles, eles têm a garantia do poder público, né, da prefeitura, têm a garantia da Câmara, tem a garantia dos seus componentes econômicos, a sociedade que se lixe.”*. Daí as notícias frequentes de vendas de votos, agravadas pela política de financiamento de campanhas, lobby, corrupção.

Com conexões não declaradas entre poder público estatal e grupos econômicos (principalmente vinculados à construção civil), também nesse âmbito, há uma

---

<sup>60</sup> Em entrevista para o Jornal Floresta, na edição de junho de 2007, um cidadão afirma “estamos vendo os construtores tomando conta de tudo e visando apenas o lucro, sem pensar nas consequências.”

<sup>61</sup> A indústria da construção civil gaúcha fechou 2008 com um crescimento de 7,3% na comparação com o ano anterior e, para 2009, a expectativa é de um incremento de atividade na faixa dos 3,0 a 3,5%. (...) Observou que embora em função da crise internacional tenha havido nos últimos meses uma redução nos lançamentos imobiliários, a execução das obras dos projetos colocados no mercado até setembro de 2008 garantirá um ritmo de atividade razoável em 2009. (Trecho retirado de reportagem disponível no site do SINDUSCON: [http://www.sinduscon-rs.com.br/site/principal/conteudo\\_nivel\\_2.php?codConteudo=518](http://www.sinduscon-rs.com.br/site/principal/conteudo_nivel_2.php?codConteudo=518)

progressiva dissolução da clara fronteira entre o público e o privado. Com isso, a ideia da rede como paradigma de não-fronteiras (por constituir-se sistema aberto, vivo, inclusivo, possibilitando sempre a inserção de novos nodos), nos ajuda a compreender essa dinâmica. As noções de espaços público e privado passam a dar lugar a um entendimento de redes, nodos em constante tensionamento, que envolvem poderes econômicos, políticos, técnicos, intenções, interesses e desejos das mais diversas ordens.

A criação de espaços de participação formais, com pretensões democráticas, pode tornar-se armadilha. Mapeio a estratégia do “Cavalo de Troia”<sup>62</sup>, conforme optei denominá-la. O cavalo surge como promessa de uma democracia possível - talvez mais um mito grego - através dos espaços de participação. Dentro, invisível, o exército: grupos que detêm o capital, hegemônicos nas decisões sobre o território urbano. Ao tomar os espaços de participação, em direção ao ideal democrático – presente de grego – os cidadãos abrem as portas da cidade para fazer entrar o cavalo. A cidade é destruída. Ao ocuparem os espaços de participação formais, os cidadãos legitimam as decisões ali tomadas, muitas vezes decididas de antemão, à revelia de sua manifestação. Justificam “democráticas” as decisões que desenham processos de organização da cidade.

Macedo (2007), ao discutir políticas públicas, aponta o crescimento de iniciativas do Terceiro Setor como um processo de esvaziamento do político relativo à noção de sociedade civil. Para a autora, o advento do Terceiro Setor não resgata o trabalho comunitarista historicamente delineado por práticas diversas, mas projeta outras formas de intervenção que “forjam um universo heterogêneo por onde transitam diferentes atores motivados, em sua grande maioria, por interesses particularistas” (p.5). Em sua opinião, a sociedade é redesenhada a partir da ação do Terceiro Setor e tende a se confinar nas particularidades de um cenário composto por diferentes grupos sociais. Assim, associa esse evento a “perdas das referências totalizadoras e democráticas.” (p.5)

Em antagonismo com essa autora, compreendemos as referências totalizadoras como ações autocráticas e associamos a democracia às práticas capazes de abarcar as hibridizações do campo social, promovidas pela glocalização cultural e econômica. A

---

<sup>62</sup> “Cavalo de madeira por meio do qual os gregos conseguiram penetrar em Tróia, cidade que lhes resistiu ao assédio durante dez anos. Os gregos construíram o cavalo aconselhados por Minerva e, em seu interior, esconderam um grande número de guerreiros. (...) Persuadidos por Sínon, que se fazia passar por desertor grego, os troianos puxaram o cavalo para dentro da cidade. À noite, os gregos saíram de seu interior, saquearam e incendiaram Tróia” ( Abrão e Coscodai, 2000, p.73)

imagem da rede é capaz de dar conta dessa integração, de uma unidade na diversidade, de uma uni-multiplicidade<sup>63</sup> da esfera pública. As conversas que tive com as lideranças comunitárias, fizeram-me refletir sobre a fronteira cuidadosamente estabelecida entre público e privado, presente no cuidado com aquilo que pode ser dito e divulgado e aquilo que deve permanecer no espaço do privado. Inicia um conflito entre o que deve e o que não se deve tornar público: *“eu estou tirando várias coisas fora, algumas até bem cabeludas, né, de alguns movimentos que eu fiz, anterior a isso.”* Em alguns momentos, o espaço público aparece como lugar de exposição, em que informações devem ser censuradas. A necessidade de censura remete à lógica de comando-controle. São os momentos em que o público está associado à ideia de formalização. No entanto, os espaços apresentam a ambigüidade da dialógica, sendo que o público também é o espaço da diversidade e da informalidade.

A ambigüidade faz diluir a fronteira clara entre os espaços público e privado. Nas denúncias de corrupção, o interesse privado passa a ganhar espaço no cenário público, a partir de uma rede cujas conexões não são declaradas: *“e aí tu viu o que aconteceu lá, aquela gente lá no congresso aquela... a uns dois anos atrás. Mas eles eram melhores, tinham até um ideal, mas o poder corrompe. O poder e a grana que te oferecem, entendeu? Todo mundo tem um preço. Entendeu? E é isso.”*

A relação público-privado também é associada aos espaços da família (privado por excelência) e do emprego (vida pública que pode se dar em ambiente privado) como pontos a conciliar com a participação nos movimentos urbanos (espaço do público, da política do desejo, da integração com o território habitado, com a vida cotidiana). A partir dessa ideia, podemos pensar sobre a dissociação produzida pela vida moderna, em que cidadania e trabalho passam a ser dimensões separadas. O resultado do trabalho não é incorporado à vida cotidiana. Essa separação clara é análoga à dissociação entre a técnica e a política.

Scarparo (2007) nos fala sobre a construção do que chamamos espaços público e privado, resgatando que somente no século XVIII é que essas dimensões foram diferenciadas, juntamente com a diferenciação entre relações econômicas e políticas, entre a sociedade civil (relações entre indivíduos) e o Estado (interesses gerais). Assim,

---

<sup>63</sup> Aqui, nos remetemos ao conceito de unitas-multiplex, descrito na obra de Morin (2005), que se refere à possibilidade de integrar unidade e multiplicidade, concebendo-as como elementos concorrentes e complementares. O desafio de unir o uno e o múltiplo também está presente na esfera dos movimentos em rede, espaço do dissenso que contempla momentos de consenso.

o Estado Liberal se funda na rígida separação entre Estado – não intervencionista - e Sociedade Civil – regulada pelo livre mercado. Essa dicotomia abarca dois lados de uma mesma moeda: um lado, a defesa da propriedade e da manutenção do *status quo* e, o outro, a defesa dos direitos fundamentais.

No entanto, quanto mais se desenvolve a autonomia de ações e a cidadania no tecido social, menos sentido tem essa fronteira entre o privado e o público, “visto que a autonomia privada e os direitos individuais, a partir de então, não mais puderam ser compreendidos isolados dos valores sociais da comunidade.” (Scarparo, 2007, p.215)

O autor ainda conclui que, atualmente, há, no mundo jurídico, a valorização da noção de cooperação entre o social e o particular, num contexto em que se torna fundamental considerar a integração entre interesses públicos e privados. Morin (2005c) nos desafia a pensar na impossibilidade de dissociação entre as dimensões individuais e sociais de um sujeito, enfatizando seu fundamento biológico e designando um indivíduo-sujeito que se constitui socialmente, uma mente-espírito-cérebro. Critica, assim, o conhecimento disciplinar, que acabou por dilacerar os conceitos transversais de ser humano, indivíduo e sociedade. Ao propor o operador hologramático, permite pensar o sujeito como parte da sociedade que contém o todo em si, através da inscrição na linguagem.

Aliamo-nos a esse pensamento no compartilhar a necessidade de reintegração do ser humano em suas diversas dimensões. Assim, consideramos que os movimentos urbanos constituem-se, potencialmente, como espaços de integração, em que os sujeitos vão se constituindo a partir de suas relações com a cidade, com os espaços urbanos, com o território que habitam, agregando sua formação técnica a aspectos de sua cidadania. A história da cidade é presente na narrativa de suas próprias histórias, o conhecimento do eu é sempre relacionado ao conhecimento do espaço. E a história do eu está sempre imbricada com a história do território da cidade, dos desejos investidos ao processo de adoecimento: “*Então, não é examinar a pessoa sobre o critério individual, mas sim ele no meio, e que esse é o grande fator aí dos distúrbios das pessoas, né, é o meio que age.*”

Assim, o espaço da *Associação Moinhos Vive*, bem como do *Movimento Porto Alegre Vive*, é ocupado de acordo com as demandas consideradas emergentes por cada nodo, de modo que não se apresenta como espaço representativo, mas como um espaço participativo. As conexões são firmadas a partir de um espaço de consenso a respeito de

valores e intenções. O *Movimento*, organizado em rede, vai formando conexões aleatoriamente, sem controle e sem um centro regulador, manifestando seu potencial auto-organizador, que inclui desordem ao perder ou incluir novos nodos: “*E foi um boom, eu não sei se aquelas pessoas que estavam... sei dizer, Luciele, que eu não precisei fazer muita coisa, cada vez aparecia mais gente nas reuniões, mais gente queria as listas do abaixo assinado.*”

Os movimentos articulados e concebidos como redes, com maior ou menor grau de centralização/distribuição passam a compor um cenário social em que no lugar da legitimidade associada aos movimentos de massa, surgem as articulações em redes. A legitimidade do movimento se dá pela qualidade e estratégia de articulação dessas redes em co-operação e não pela ação em massa: “*nós nunca conseguimos juntar cem pessoas para fazer um abraço da porta do shopping ali na Gonçalo até a Santo Antônio, nunca conseguimos cem pessoas que morassem ali.*” A ideia da rede possibilita pensar na abertura à multiplicidade, não é uma voz em uníssono, mas múltiplas vozes muito diversas em aliança de propósitos.

### **Considerações Finais: “as Associações de Bairro vêm ganhando força no cenário político da cidade”**

Nosso objetivo, neste capítulo, foi o de traçar um desenho das redes de movimentos urbanos, buscando compreender seus contornos, de que modo os actantes se articulam. Estabelecemos um diálogo com as noções de espaço público e privado, refletindo a respeito de como os movimentos em rede são capazes de configurar de outros modos a vivência de processos democráticos. Para tanto, utilizamos como estratégia a cartografia, como forma de implicação e aproximação com os movimentos da vida, vida reivindicada pelos movimentos que se auto-denominam “Vive”, para falar de um desejo, de uma cidade que deseja viver.

Assim, fomos construindo o caminho ao andar, tomando como ponto de partida a experiência – contamos a história do caminho percorrido por esta pesquisadora, inscrito em um espaço-tempo, dialogando com uma intencionalidade. Utilizamos o modelo das redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas (Ugarte, 2008) para desenhar as relações estabelecidas no tecido social. A rede foi sendo cartografada a partir das estratégias e ações lançadas pelo *Movimento Porto Alegre Vive*, através de um

de seus nodos – *Moinhos Vive* - integrando relações de cooperação e co-operação, conforme defini no início da seção.

Iniciamos com uma reflexão sobre a comunicação em seu papel na formação de redes, dando visibilidade para as conexões potencializadas pelas tecnologias, através da utilização de blogs e e-mails, que intensificam a possibilidade de distribuição das relações. A visualização de relações distribuídas no tecido social nos permite relativizar as noções de local e global, a própria noção de território. Antagonicamente, desenhamos processos de centralização na rede, em que um nodo centralizador regula e intercepta o fluxo da comunicação. Propomos inicialmente pensar nos processos centralizados vividos no seio da estrutura estatal como ordem e, os processos de auto-organização social como desordem relativa à tal estrutura, incitando processos de (re)organização. No entanto, fica claro o quanto todas as instâncias, instituições ou *Movimentos*, acabam vivendo momentos de centralização e distribuição.

Outras mídias também aparecem nessa rede. O jornal, mais especificamente, como aliado aos interesses econômicos (exceto os jornais de bairro, que são considerados alianças, veiculando informações a respeito das ações do *Movimento*). A televisão, por um lado, é vista como promotora de individualismo e alienação, por outro, como potencial de conectar pessoas, através das informações que transmite.

Ao desenhar a centralização de determinados processos, fomos denunciando a dialógica presente entre relações centralizadas que podem ser subvertidas, a partir de iniciativas criadoras de outros caminhos/conexões possíveis. A cartografia de relações antagônicas presentes em um mesmo contexto é análoga ao fluxo constante entre ordem-desordem e organização. Como exemplo, no contexto das formas de organização social, a centralização e controle postos na necessidade de formalização das Associações, a fim de possibilitar diálogo com as instituições governamentais, é subvertida pela possibilidade de manter-se como um Movimento (resistência e liberdade).

Há os movimentos de centralidade na esfera partidária, como nos processos de gestão da cidade, cujos caminhos, predeterminados, produzem desarticulação entre os cidadãos, criando diferentes espaços rígidos de acordo com cada demanda a ser discutida com a população. De outro lado, as tendências centralizadoras também estão presentes nas próprias organizações (ONGs, Associações) quando se fazem representar por uma só entidade, como se pudessem constituir um nodo homogêneo. Justamente

pela impossibilidade de homogeneidade no âmbito da política é que espaços centralizados como as Regiões de Planejamento, podem ser subvertidos pelo surgimento de outro Movimento.

Ainda assim, os poderes da política institucional pretendem-se hegemônicos ao impingirem a utilização de seus códigos, submetendo os cidadãos aos seus rituais, que delineiam caminhos únicos e predeterminados pelo centro ordenador (núcleo). Ainda assim, há o espaço para que o desvio vindo da periferia produza reorganizações no centro /núcleo/ representante da ordem, como ilustra o caso da criação do Fórum de Entidades e do artigo sobre direito real de uso na Lei Orgânica da cidade.

Por fim, abordamos relações em redes distribuídas como possibilidade de repensar a democracia, por meio de relações não mediadas, ou cada vez menos mediadas. Essas relações são compreendidas como tentativas de criar formas de exercer a democracia direta, apontando para a insuficiência do modelo de democracia representativa como única forma de deliberação em uma sociedade cada vez mais múltipla e heterogênea. Marcamos igualmente a transfiguração de espaços que anteriormente eram tomados como espaços de representação e passam a ser considerados, aqui, como espaços de participação, por suas propriedades e pelo modo como se articulam e produzem conexões no tecido social. Assim, compreendemos as redes distribuídas como conexões que se estabelecem, horizontalmente, a partir da partilha de sentidos, desejos e intenções em um movimento que surge da possibilidade de cooperação e também a gera, recursivamente.

Ainda, realizamos uma crítica aos procedimentos centralizados e auto-referentes impostos pelas estratégias de gestão do Estado, que atuam formando redes em co-operação, que se tornam frágeis (pela crise instaurada acerca da noção de soberania) e assépticas (não contaminadas, salvas pela suposta neutralidade da técnica). A distribuição também aparece no lugar de ideais claros e definidos em blocos, como outrora eram as facções políticas - hoje, formações híbridas. As redes distribuídas também se fazem presentes nos espaços de deliberações quanto ao presente-futuro da cidade, tensionando deliberações que envolvem governo, sociedade civil e iniciativa privada - confundem-se, mais uma vez, as dimensões do público e do privado, estabelecendo-se uma lógica de rede - lógica da não-fronteira. Nesse caso, vemos o privado tomar conta do público em seu aspecto deliberativo e, o público tomando conta do privado em seu aspecto regulador.

As articulações propostas neste texto apontam para uma necessidade de integração no sentido de buscarmos uma política multidimensional, capaz de associar administração, técnica, economia, sem se deixar dissolver por esses elementos. Entendemos os movimentos urbanos como espaços políticos de auto-eco-organização social. São formações espontâneas, campos profícuos para o florescimento de uma política mais integradora e flexível. Ao repensarmos relações democráticas, firmamos a necessidade de fazer dialogar ordem e desordem em um processo fluido, em contraposição às enrijecidas instituições estatais que, lentas para uma sociedade em que as transformações se dão de forma mais rápida e dinâmica a cada instante, são incapazes de dar conta de tudo a que se propõem, bem como de representar a heterogeneidade crescente do tecido social.

## REFERÊNCIAS

- Baquero, M. (2003, september-december). A dimensão oculta da democracia contemporânea: desigualdade, cultura política e capital social no Brasil. In: *Redes – Revista do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento regional*. 3, 8. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. p. 9-37.
- Castells, M. (1980). *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madrid*. (2.ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Abreu, E. S. (Transl.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Deleuze, G., Guattari, F. (1995) *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Neto, A.G. & Costa, C. P. (Transl.). Rio de Janeiro : Ed. 34.
- Franco, A. (2004). *O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social*. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento.
- Franco, A. (2008). *Escola de redes – novas visões: sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet e o mundo glocalizado*. Curitiba: Escola-de-redes.
- Franco, A. & Pogrebinski, T. (2008). *Democracia Cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- França Filho, G. C. F. (2002, june). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: *Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI, 1, 12, p.9-19.
- Iñiguez, L. (2002). *Construcionismo Social*. In: Martins, J.B. (Org.). *Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social*. Curitiba: Fundação Araucária.

- Jesus, R. P. (2007, september). Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: OIDLES – Observatório Iberoamericano Del Desarrollo Local y La Economía Social. 1.
- Macedo, M. A. (2007, september). O Comunitarismo na Nova Configuração das Políticas Sociais no Brasil. From: <http://diacrianos.blogspot.com/2007/09/o-comunitarismo-na-nova-configurao-das.html>.
- Mance, E. A. (2000). A evolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Rio de Janeiro: Vozes.
- Martinho, C. (2004). Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. (2.ed.). Brasília: WWF Brasil.
- Martinho, C. (2004a). Desafios do Trabalho em Rede. In: Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil – CD ROM.
- Moraes, M. (2004, may-august). A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(2).
- Morin, E. (2005). Ciência com Consciência. (9.ed.). Alexandre, M., Dória, M. A. S. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005a). O Método 1 – A natureza da natureza. (2.ed.). Heineberg, I. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005b). O Método 2 – A vida da vida. (3.ed.). Lobo, M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005c). O Método 5: A humanidade da humanidade – a identidade humana. (3.ed.). Silva, J. M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995). Terra-Pátria. Silva, P. A. N. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Musso, P. (2004). A Filosofia da Rede. In: PARENTE, André (Org.). Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (2009). Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.
- Pereira, P. A. P. (2008). Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez.
- Scarparo, E. (2007). A dicotomia público-privado no Direito Processual Civil. In: Molinaro, C. A., Milhoranza, M. G., Porto, S. G. (Coord.). Constituição, Jurisdição e Processo: estudos em homenagem aos 55 anos da Revista Jurídica. Sapucaia do Sul: Notadez.
- Santos, B. S. (2001). Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento.
- Van Creveld, M. (2002). The rise and decline of the state. Cambridge: University Press.
- Ugarte, D. (2008). El Poder de las Redes. Porto Alegre: EDIPUCRS.

## IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A ideia do fim da democracia, no entanto, é apenas um conjectura, exatamente como a ideia oposta. Não tenho argumentos racionais suficientemente fundados para defender a primeira hipótese mais do que a segunda. Porém, se sigo não a minha frágil faculdade de compreender e não a minha ainda mais frágil faculdade de prever, mas a minha forte faculdade de desejar e, apesar de tudo, de esperar, não tenho qualquer dúvida quanto à resposta”.*

(Bobbio, 2000, p.18)

Esta pesquisa resultou de um desejo de que organizações e movimentos urbanos, em sua ação cada vez mais autônoma, possam configurar relações sociais e políticas de modos cada vez mais democráticos. O viés ambiental desse *Movimento urbano* é explicitado, cartografado e visto como potência na construção de uma identidade e decorrente responsabilidade planetária, que desperta a fertilidade das relações cooperativas.

Assim, esta dissertação impôs-se pela necessidade de pensar a psicologia de forma a articular aspectos diversos - explicitar seu viés político, econômico, técnico, social, ambiental, urbano. Na busca de religar saberes, devemos deixar que a psicologia seja atravessada pela biologia, pela economia, pela geografia, pela arquitetura, entre outras tantas possibilidades, tornando a experiência uma intensidade capaz de adentrar por fronteiras porosas. A relação com o território que habitamos igualmente nos constitui, como aparece em uma das falas: *“E a psicologia, ela tem que entrar nessa área do conhecimento da vida urbana como hoje ela se coloca(...)”*

Durante o processo de pesquisa, trouxe o *Movimento* para dentro da Academia e a Academia para dentro do *Movimento* em um desejo de continuar incitando porosidade nas fronteiras. Em minha dissertação, o *Movimento* fala. Em minha prática militante, lutei para a inserção de estágios curriculares de Psicologia Comunitária e Arquitetura. Por um lado, no sentido de instigar uma formação técnica que possa incluir o aspecto humano, político, social e cidadão; de aproximar a formação profissional da vida cotidiana. Por outro, no sentido de democratizar o conhecimento, de estabelecer relações mais horizontais a partir das quais nos seja impossível dissociar discurso e prática, conhecimento científico e senso comum, colocando em foco a possibilidade de saber-fazer.

*Escuto e esqueço,*

*vejo e recordo,  
faço e entendo.*  
(Tão Te King)

Percebo o *Movimento Porto Alegre Vive* como vida em movimento, encontro, espaço de potência. Estamos falando de sujeitos que podem ser mais íntegros ao assumirem a cidadania como uma abertura para a invenção da vida no território da cidade. A política do cotidiano se faz. A partir dela, foram tantas as intensidades, as provocações, as afecções... Foram tantas informações que em muitos momentos, tive medo de me perder na incerteza, no caos. Mas do limite do caos emergiu uma ordem, que é sempre provisória.

E, ao final, somos sempre conduzidos ao início, mas nunca no mesmo ponto. Tomando a imagem da espiral, retornamos sempre em um ponto diferente. Considerações finais (sempre provisórias) denunciam a forma singular de organização que o pesquisador confere à história que conta. O pesquisador como contador de histórias é aquele que planeja a sua viagem, coloca a mochila nas costas, caminha pelos locais mais inusitados, correndo o risco de alterar seu itinerário a qualquer instante, por qualquer motivo alheio à sua “previsão”. Ao final, volta para contar histórias sobre o seu caminhar, sobre as coisas que encontrou, os lugares que visitou, as pessoas que conheceu... Os cheiros, gostos, ruídos... Os caminhos e descaminhos.

Apesar de, dialogicamente, apontar a não centralidade humana nas questões referentes à natureza e à crise planetária, os discursos acerca da sustentabilidade também reconhecem o potencial político dessas discussões. A política e o desejo encontram-se na constituição do *Movimento Porto Alegre Vive*, que aparece, recursivamente, como causa e efeito de um processo de conscientização da população. Essa conscientização aponta para a necessidade de revermos os rumos da lógica de desenvolvimento e progresso, a partir do que podemos pensar nos processos de tecnicização, por um lado necessários à sobrevivência, por outro, próximos ao seu limite quando justificam processos de urbanização que produzem e implicam devastação ambiental.

As ações do movimento urbano nos apontam a crise do “desenvolvimento”<sup>64</sup> e a necessidade de superar essa concepção criadora de escassez. O desenvolvimento esbarra, hoje, no problema cultural/civilizacional e nos problemas ecológicos (Morin & Kern, 1995). Junto a essa ideia de desenvolvimento cresceu a crença no futuro promissor, no progresso que seria impulsionado pela ciência, pela técnica e pela razão.

O *Movimento Porto Alegre Vive* apresenta uma tentativa de restauração presente/passado/futuro ao associar a preservação do patrimônio cultural e histórico, a preservação de valores e referências, o bem-viver em comunidade no tempo presente e a preservação do futuro aliada ao passado, pela perspectiva da “herança” deixada às gerações vindouras.

O movimento se articula em rede, cooperando na busca de imprimir suas aspirações no território urbano, construindo pequenos espaços momentâneos de consenso. Essas questões aparecem como questões “glocais”, com efeitos simultaneamente globais e locais. Para as conexões que transgridem os territórios geográficos, as tecnologias de informação e comunicação desempenham um importante papel, produzindo possibilidades de relações mais distribuídas, através de fluxos não mediados.

Relações distribuídas e centralizadas circulam. Não são padrões rígidos, mas dependem do fluxo da informação: livre ou interceptado. Ao mesmo tempo, existem redes em *co-operação*, nem sempre conectadas por convergência de objetivos, mas configurando, dialogicamente, o mosaico da cidade em sua atuação simultânea. Há uma rede de poderes cujas conexões não são publicamente declaradas, mas se tornam visibilíssimas. Bobbio (2000) menciona esses grupos organizados e detentores de capital como poder “invisível” (p.41). Os processos democráticos em uma sociedade complexa não mais cabem na praça como a democracia da ágora grega. Tampouco possuem tal transparência, à luz do sol, partilhada e visível a todos.

Acabamos trabalhando duas dimensões sob uma perspectiva análoga: falamos sobre os antagonismos de pensamentos e posicionamentos que constituem os espaços democráticos, que o constituem sua multiplicidade, do exercício da democracia representativa em um cenário urbano, em que se multiplicam os cidadãos

---

<sup>64</sup> Morin & Kern (1995) relatam que a noção de desenvolvimento foi ideia-chave dos anos pós-guerra. O mundo desenvolvido era dividido em dois: capitalista e socialista, ao mesmo tempo em que criou o seu antagonico, mundo subdesenvolvido.

(multiplicidade – mulheres, negros, trabalhadores etc.). Assim, concluímos que uma sociedade democrática é palco de consensos e dissensos, composto pela diferença, que produz movimento.

Hologramaticamente, essa é a mesma discussão acerca dos processos de produção do conhecimento científico, em que a diversidade de teorias e posicionamentos faz movimentar o pensar. Todas as perspectivas constituem o mosaico do que chamamos “científico”.

Na política, essa uni-multiplicidade (multiplicidade que se pretende unificar pela representação) torna os espaços políticos, dialogicamente, espaços de consenso e dissenso. Conforme aponta Bobbio (2000), “a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (p.19). Ainda sob a mesma lógica, vemos o tecido social composto de antagonismos: “progressistas” e “preservacionistas”, que se articulam para fazer valer suas perspectivas, compondo o espaço urbano a partir do conflito.

Para lidar com essas dimensões de conflitos, haveremos de nos colocar ante um posicionamento dialógico, não excludente, capaz de compreendê-los em sua complementaridade. Além disso, a dialógica nos aproxima da compreensão de que do caos emerge a ordem e que em direção a toda ordem está a desordem. No plano da organização social, inclui-se a desordem quando se abrem espaços de interação, de discussão, de consenso provisório, de construção.

Apontam-se caminhos para se (re)pensar a democracia. Reconfigura-se a noção de soberania do povo, pelo seu desejo de participação, incitando instrumentos para a sua concretização e não mais através da obediência a leis e regras fixas, tampouco à transferência da soberania aos eleitos. Deseja-se participar da construção dessas leis, que, como convenções humanas e sociais, devem ser revistas e transformadas de acordo com o fluxo das relações no tecido social. A lei a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço da lei.

Pensar a democracia a partir das redes é fazer dialogar maiorias e minorias, de modo não excludente. Um campo democrático é capaz de integrar o surgimento da periferia, a expressão do desvio, da minoria. Dialogia entre consenso e conflito. É um sistema de organização social que alimenta a autonomia e alimenta-se dela (Morin & Kern, 1995).

Ainda segundo esses autores, “a regra do jogo democrático necessita de uma cultura política e cívica cuja formação foi impedida por décadas de totalitarismo” (Morin & Kern, 1995, p. 119). Aí entra a importância de organizações sociais como o movimento urbano que estudamos, que dá voz e corpo à cultura política capaz de restaurar uma democracia em seu sentido pleno. Essa democracia em sentido pleno passa pela necessidade de uma democracia cognitiva, favorecendo a difusão e integração dos saberes, o que defendemos neste trabalho ao buscar incluir o saber-agir local, que foi considerado “senso comum” pela ciência moderna.

Buscamos trazer visibilidade à relação intrínseca entre autonomia, democracia e cooperação. A democracia da qual falamos aqui não é aquela que se define pela consagração do Estado Democrático de Direito, tampouco aquela que se configura pela possibilidade do voto; mas sim, a democracia que se inaugura pela capacidade autônoma dos cidadãos de se tornarem in(ter)ventores em seus contextos. Não é um sistema político que se possa instituir, mas um meio e um fim, que permite produzir a vida a partir de uma política desejante: democracia como algo que se **Vive**.

## REFERÊNCIAS

- Abrão, & Coscodai, (2000). Dicionário de Mitologia (2.ed.). São Paulo: Best Seller.
- Bobbio, N. (2000). O Futuro da Democracia. (10.ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Guattari, F., Rolnik, S. (1986). Micropolítica: cartografias do desejo. (2.ed.). Petrópolis, Vozes.
- Morin, E. (2005). O Método I: A natureza da natureza. (2.ed.). Heineberg, I. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2005a) O Método 5: a humanidade da humanidade – a identidade humana. (3.ed). Silva, J. M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995) Terra-Pátria. Silva, P. A. N. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA E DOCUMENTOS RELACIONADOS



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-109/09

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2009.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 09/04516 intitulado: **"Porto Alegre Vive: compreendendo redes de cooperação e micropolítica na cidade"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Roberto Goldim  
Coordenador CEP-PUCRS

Ilma. Sra.  
Profa. Dr. Helena Beatriz Scarparo  
N/Universidade

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000

Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345

E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)

[www.pucrs.br/prppg/cep](http://www.pucrs.br/prppg/cep)

Porto Alegre, 18 de agosto de 2008

Aos Membros Diretores do Moinhos Vive  
Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores

Vimos por meio desta apresentar, para apreciação, o Projeto de Pesquisa **“Porto Alegre Vive: redes de cooperação e a busca de vida sustentável na cidade”**. Este projeto de pesquisa se propõe a lançar um olhar aos processos de **auto-organização social na contemporaneidade**, buscando compreender sua **articulação em redes de cooperação** nas lutas por uma **vida sustentável na cidade**. A questão da **auto-organização social** passa a ser pensada em um contexto social, político, histórico e cultural marcado pela tomada do espaço de vida social intermediário entre o Estado o mercado formal, constituindo-se num entre lugares. Esses movimentos possibilitam repensar a relação do Estado com a sociedade.

Em consonância com a perspectiva da complexidade, o método constitui-se como composição de estratégias diversas. Assim, pretendemos a realização de cinco entrevistas com lideranças comunitárias, cidadãos engajados no Movimento Porto Alegre Vive. Além disso, temos intenção de contar com a análise de documentos, atas e registros desta Associação, bem como diário de campo realizado em reuniões, encontros, assembléias, auditorias. No processo de análise dos dados propõe-se a compreender os sentidos produzidos pelos cidadãos, como pensam seu fazer, sua prática de engajamento no âmbito político.

O projeto pretende ser realizado, em parte, junto à **Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento**, com o conhecimento e consentimento de sua diretoria. (Segue em anexo o Projeto na íntegra)

No aguardo dos respectivos pareceres, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

---

Luciele Nardi Comunello -  
Pesquisadora

---

Helena B. Kochenborger Scarparo -  
Profa. Orientadora

## CARTA DE AUTORIZAÇÃO

À  
Comissão Científica da Faculdade de Psicologia e  
Comitê de Ética em Pesquisa  
PUCRS

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

Prezados Senhores

Eu, \_\_\_\_\_, membro diretor da **Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento – Moinhos Vive**, conheço o Projeto de Pesquisa **“Porto Alegre Vive: redes de cooperação e a busca de vida sustentável na cidade”** da Pesquisadora **Luciele Nardi Comunello** e autorizo a coleta de dados nessa Instituição, através de sua participação nas reuniões e da análise de documentos históricos, após aprovação do referido projeto pelo(s) órgão(s) competentes (Comitê de Ética em Pesquisa, Comissões Científicas...).

Atenciosamente,

---

Assinatura

RG:

CPF:

Telefone:

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, cujo objetivo é compreender como cidadãos pensam seu fazer, sua prática; como pensam a si mesmos inseridos em um processo cooperativo de formação de redes na atuação por uma vida sustentável na cidade.

Sua participação envolve uma entrevista, de aproximadamente 30 minutos, que será gravada e transcrita e fará parte da composição no corpo do trabalho.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, as falas não serão identificadas e os nomes dos entrevistados serão omitidos.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo fone (051) 9327-8138 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 3320 3345.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Luciele Nardi Comunello - Pesquisadora  
Matrícula: 08190816-2

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 2009.  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo – Orientadora da Pesquisa  
Matrícula:

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 2009.  
Local e data

## ANEXO 2 – NORMATIVO

### Programa de Pós-Graduação em Psicologia Mestrado / Doutorado

ATO NORMATIVO Nº 002 / 07

#### **MODELO DE DISSERTAÇÕES E TESES:**

A Comissão Coordenadora, no uso de suas atribuições, em relação ao novo modelo de teses e dissertações, **RESOLVE:**

#### **I - ELEMENTOS FORMAIS**

CAPA - AZUL (MODELO PUCRS)  
FOLHA ROSTO - CENTRALIZADA  
FOLHA ROSTO COM OBTENÇÃO DO TÍTULO - NO VERSO DESTA FOLHA DEVE CONSTAR A FICHA CATALOGRÁFICA  
FOLHA ROSTO COM NOMES DA BANCA EXAMINADORA  
DEDICATÓRIA (OPCIONAL)  
AGRADECIMENTOS (OPCIONAL)  
RESUMO e PALAVRAS-CHAVE/ ABSTRACT e KEY WORDS DA DISSERTAÇÃO/TESE  
SUMÁRIO  
TABELAS  
LISTA DE FIGURAS  
QUADROS  
LISTAS DE SIGLAS  
NÚMERO DA ÁREA DO CNPq

#### **II – INTRODUÇÃO**

O objetivo desta introdução é descrever todo o processo de pesquisa para a elaboração da tese ou dissertação, desde a escolha do tema até o final da investigação. Deverá contemplar o planejamento e desenvolvimento do estudo bem como a apresentação dos resultados e discussão. É importante que essa introdução retrate o processo de construção do conhecimento do/a aluno/a.

A Introdução pode ser elaborada **como um texto único** ou **ser dividida em tópicos** como os sugeridos abaixo:

##### **a) Temática da Dissertação/Tese**

Contextualizar o tema na atualidade/contemporaneidade. Explicitar os fundamentos teóricos, considerando a área do conhecimento em que o estudo está inserido, explicitando a relevância do tema pesquisado.

##### **b) Justificativa**

Abordar a importância do tema estudado, no sentido de mostrar em que, como, por que e para o que pode contribuir para a produção de conhecimento.

##### **c) Objetivos**

Fazer constar os objetivos da pesquisa, evidenciando as modificações que possam ter ocorrido no processo de construção da dissertação/tese.

##### **d) Operadores/Conceitos/Ferramentas teóricas**

Apresentar os conceitos/operadores e perspectivas teóricas que fundamentam a pesquisa, indicando a perspectiva/o paradigma teórico, assim como a área do conhecimento na qual o estudo se situa.

##### **e) Problema/Hipóteses e Questões da Pesquisa**

Descrever o problema geral da pesquisa e, dependendo da abordagem, explicitar as questões ou das hipóteses da pesquisa.

##### **f) Do Contexto/Campo de Pesquisa**

Descrever o contexto no qual a pesquisa aconteceu, ou seja, espaço, local, lugar, que pode ter sido uma instituição, uma cidade, uma política, etc.

### **g) Metodologia de Pesquisa**

Descrever todos os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, considerando população, participantes, métodos, técnicas de levantamento de dados e de análise dos resultados.

### **h) Apresentação da Dissertação/Tese**

Descrever a proposta de estruturação do trabalho. Para tanto, o/a autor/a oferece uma visão integrada do trabalho apresentado, indicando a forma de organização do conteúdo em cada seção/parte/capítulo do documento.

### **i) Referências**

Listar todas as referências utilizadas na Introdução.

Este modelo possibilita transformar com facilidade uma parte, um capítulo, ou uma seção da Dissertação e/ou da Tese em material para a publicação. Além disso, o modelo proposto para a introdução informa detalhadamente as características do tema escolhido, o enfoque, a abordagem e a metodologia do trabalho realizado.

## **III – CAPÍTULOS/PARTES/SEÇÕES**

Cada capítulo/parte/seção equivale ao que pode vir a ser transformado em capítulo de livro ou artigo de revisão/teórico (na dissertação e na tese) e ao primeiro artigo empírico (na dissertação e na tese) e ao segundo artigo empírico (na tese). Cada uma dessas partes forma em si um todo com Introdução, Objetivos, Método, Resultados, Considerações Finais, Referências, Anexos.

## **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tecer as considerações finais da dissertação ou tese como um todo, ou seja, como o conjunto dos materiais para dar um fechamento a tudo o que é explanado na Introdução. Listar as referências dessa parte.

## **V – ANEXOS**

Aprovação do Comitê de Ética

**OBSERVAÇÃO:** Permanece como optativa, na ocasião da defesa, segundo critérios da orientação do trabalho, a entrega, como documento em separado, do Projeto da Dissertação/ Tese.

**ATENÇÃO:** O novo modelo de dissertações e teses acima é obrigatório para todos os alunos ingressantes no ano de 2007. Para alunos anteriormente matriculados é optativo.

**Este Ato Normativo entra em vigor a partir da presente data, anulando as resoluções anteriores referentes a publicações.**

Porto Alegre, 06 de novembro de 2007.

*Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lucia Tiellet Nunes*  
*Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia*